

REVISTA DO Exército Brasileiro

 Vol. 155 – 1º quadrimestre de 2019



Editorial

A História Militar do nosso país é rica em momentos magníficos, quando a têmpera do Soldado Brasileiro, aliada à capacidade de nossa gente em se superar perante as dificuldades, leva a resultados surpreendentes em termos de conquistas e vitórias em acontecimentos díspares, ao longo do tempo.

Como resultante, temos esta colossal Pátria amada, rica em recursos naturais, dona de imenso patrimônio territorial e habitada por um povo ordeiro, hospitaleiro e trabalhador, ainda que sujeito e enormes deficiências, que aos poucos são golpeadas.

Em nossos cinco séculos de existência total e quase dois de vida como nação independente, três segmentos históricos são abordados nesta edição da *Revista do Exército Brasileiro*. Todos eles foram objeto de trato em eventos acadêmicos levados a cabo pelo Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx).

O primeiro trata da Amazônia, região riquíssima, ainda pouco conhecida e explorada, objeto de cobiça internacional e detentora de reservas minerais de valor inestimável. Como disse o Gen Rodrigo Octávio Jordão Ramos, “Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados, de conquistá-la e mantê-la”. Com o intuito de mais conhecê-la e divulgá-la aos brasileiros, realizamos já dois “Ciclos de Estudos de História Militar da Amazônia” (CEHMA). Aqui, trazemos um interessante artigo.

Em *Escrito em verde-oliva — o Exército na Amazônia: intelectuais, fronteiras e diplomacia (1889-1933)*, o Prof. Dr. William Gaia Farias nos mostra o Exército Brasileiro na

Amazônia nas primeiras décadas do regime republicano, com destaque à atuação dos militares formados na Escola Militar da Praia Vermelha (EMPV), nos anos finais da Monarquia.

São intelectuais que tiveram relevo à frente da administração de instituições, governos e mandatos parlamentares, na conformação das fronteiras amazônicas. Sem ações de comando de tropas em campanhas militares, agiram em grandiosos empreendimentos voltados à ocupação e ao desenvolvimento.

O segundo segmento foca o maior conflito armado do continente sul-americano, referido, em carta do barão de Cotelipe ao barão de Penedo, em maio de 1866, como “Maldita guerra, atrasa-nos meio século!” em face dos enormes prejuízos que causava. A Campanha, estudada nos “Seminários de História da Guerra da Tríplice Aliança”, já em sua sétima edição, mostra diferentes situações lá vividas pelos nossos valorosos combatentes. Em 2018, o mote do Seminário foi “o Legado de Caxias”.

O 2º Sgt de Aviação Denilson Alexandre Coêlho, em *Como escrever a história?: a “Dezembrada” e a Guerra do Paraguai*, nos mostra a História como conhecimento científico, capaz de apresentar possibilidades de escrita sob variados pontos de vista: social, cultural, econômico, descritivo, narrativo ou até mesmo político. As batalhas ocorridas em dezembro de 1868 aqui são vistas sob as diferentes ópticas de diversas correntes de historiadores, descritas e interpretadas em distintas perspectivas.

Já em *A liderança de Caxias na Guerra da Tríplice Aliança*, o Cel Átila Queiroz de Barros ressalta, entre os vários personagens dos países envolvidos que se destacaram por ações bravas e de heroísmo, a figura de Luiz Alves de Lima e Silva, marquês e futuro duque de Caxias. A liderança exercida pelo notável chefe militar o consagra como o grande artífice da vitória.

Em *A Travessia do Chaco*, o Cel Luciano Rocha Silveira descreve esta extraordinária manobra de guerra, concebida por Caxias, que permitiu contornar as poderosas defesas da Fortaleza de Humaitá, que impediam o avanço aliado. O deslocamento aconteceu no Chaco, terreno extremamente inóspito e difícil para se locomover. A transposição de efetivos, a construção de uma estrada, o posicionamento eficaz do apoio, tudo isso em meio a infundáveis dificuldades, permitiu o avanço e o envolvimento das tropas adversárias.

O Cel Luiz Augusto Rocha do Nascimento, em *Caxias e a sua defesa no Senado: uma análise pós-ação para a História da Guerra da Tríplice Aliança*, reporta o pronunciamento que Luís Alves de Lima e Silva fez no Senado do Império, em 15 de julho de 1870. Sua fala, que hoje chamaríamos de “análise pós-ação” (APA), constituiu-se em resposta a uma série de críticas que lhe foram dirigidas por alguns senadores. Em sua argumentação, o insigne líder, retornado da Guerra e em debilitado estado de saúde, apresentou os aspectos mais relevantes que ele utilizou para amparar e justificar suas decisões na campanha.

Finalmente, o terceiro ponto focal se situa nos SENAB – 2^a GM (Seminários sobre a participação do Brasil na 2^a GM), igualmente em sua sétima realização. Neles, tratamos da FEB, em especial os nossos valorosos “pracinhas”, destacando-se os esforços despendidos pelo nosso país em enviar a tropa e sua hercúlea atuação em terras europeias. Estudamos, ainda, as participações das forças coirmãs, Marinha e Aeronáutica. Nesse ano, o tema foi *Correspondentes de Guerra e divulgação da FEB*.

Em *Notas de uma Guerra na Itália: jornalistas no front da FEB (1944-45)*, o Prof. Dr. Helton Costa mostra a participação dos jornalistas brasileiros na II Guerra Mundial, no front da Itália. Estes, membros da imprensa Aliada, cobriram a FEB, desde seu desembarque, em julho de 1944, até o retorno após a vitória da Europa. Faz-se um contexto das operações de guerra, do Jornalismo em tempos de guerra, e são apresentados resumos breves da vida dos jornalistas que cobriram as ações dos “pracinhas”.

Em *Vozes femininas da Guerra: o antagonismo do noticiário de duas brasileiras na Segunda Guerra Mundial*, o Subten Alvaro Luiz dos Santos Alves trata sobre profissionais de imprensa durante aquele conflito. Em particular, nos faz conhecer duas brasileiras em lados opostos da mesma Guerra: Silvia de Arruda Botelho Bitencourt, conhecida pelo pseudônimo de “Majoy”, e Margarida Hirschmann. Ambas prestaram serviços durante o conflito, a primeira como correspondente da agência americana United Press e a segunda empregada pela agência de propaganda alemã.

No artigo *1º Brazilian Fighter Squadron: a coletividade de suas memórias*, a historiadora Andréia Elizabeth Bohn Lüder examina a relação entre história e memória coletiva partindo dos livros escritos pelos pilotos do 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB), os quais possuem

como elemento em comum os relatos das experiências durante a Segunda Guerra Mundial.

A pesquisadora Elen C. G. Vasconcellos nos brinda com *Estudo comparado entre os fatos narrados pelos correspondentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial e os relatos dos pracinhas*. Num estudo comparado dos escritos dos correspondentes de guerra brasileiros com os relatos de “pracinhas” brasileiros, colhidos pós-guerra, chega a uma interessante conclusão. Enquanto aqueles publicam sobre o *front* fatos levando ao leitor notícias detalhadas de um lugar distante e, na maioria das vezes, desconhecido, estes últimos, combatentes, em sua maioria, não gostavam de relembrar o que passaram na Itália, e poucos se aventuraram a publicar diários ou suas memórias.

Como vemos, são três segmentos grandiosos de nossa caminhada, mescla de dificuldades, dor, sofrimento, trabalho, heroísmo e obstáculos vencidos. Tudo em prol do desenvolvimento, da integridade e da paz para o Brasil e sua gente. Com incontida satisfação, trazemos aos nossos leitores mais luzes sobre estes episódios, tão importantes quando enriquecedores de nossa História em geral e da nossa História Militar em particular.

Boa leitura!

- 6 Escrito em verde-oliva — o Exército na Amazônia: intelectuais, fronteiras e diplomacia (1889-1933)

William Gaia Farias

- 17 Como escrever a História?: a “Dezembrada” e a Guerra do Paraguai

Denilson Alexandre Coêlho

- 40 A liderança de Caxias na Guerra da Tríplice Aliança

Átila Queiroz de Barros

- 49 A Travessia do Chaco

Luciano Rocha Silveira

- 61 Caxias e a sua defesa no Senado: uma análise pós-ação para a História da Guerra da Tríplice Aliança

Luiz Augusto Rocha do Nascimento

- 73 Notas de uma guerra na Itália: jornalistas no front da FEB (1944-45)

Helton Costa

- 94 Vozes femininas da Guerra: o antagonismo do noticiário de duas brasileiras na Segunda Guerra Mundial

Alvaro Luiz dos Santos Alves

- 103 1º Brazilian Fighter Squadron: a coletividade de suas memórias

Andréia Elizabeth Bohn Lüder

- 113 Estudo comparado entre os fatos narrados pelos correspondentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial e os relatos dos pracinhas

Elen C. G. Vasconcellos

Escrito em verde-oliva – o Exército na Amazônia

Intelectuais, fronteiras e diplomacia (1889-1933)

*William Gaia Farias**

Introdução

Neste artigo, que é base da conferência de encerramento do II CEHMA, proponho discutir a situação do Exército Brasileiro na Amazônia em pouco menos das primeiras cinco décadas de estabelecimento do regime republicano, dando destaque especial à atuação na Amazônia dos militares formados na Escola Militar da Praia Vermelha – EMPV, no Rio de Janeiro, nos anos finais da Monarquia.

Minha intenção com esta discussão é demonstrar que estes intelectuais tiveram atuações relevantes à frente da administração de instituições, governos e mandatos parlamentares, na conformação das fronteiras amazônicas no âmbito regional, nacional e internacional e tornaram-se reconhecidos por suas atuações também nos meios intelectuais civis. Suas ações são reconhecidas pelo Exército Brasileiro como membros de uma inteligência fardada, embora em altar diferente daqueles tipos clássicos de heróis.

Estes intelectuais fardados não praticaram ações que permitiam a elevação à condição de herói, ou seja, seus feitos geralmente não envolveram ações de comando de tropas em campanhas militares, tal como preconiza a ideia de herói alimentada desde a antiguidade, quando o ser heroificado era uma liderança política ou militar que conduzia a conquista de novos territórios, defesa de reinos, batalhas religiosas, como fizeram Carlos Magno, Alexandre o Grande, Fernando de Aragão e Isabel de Castela, entre outros.

Mas é preciso considerar que as experiências individuais, em muitos casos, formam sentimentos de coesão, que possibilitam a construção de experiências coletivas relevantes ao afloramento de sentimentos identitários de grupos sociais. Neste sentido, viver em um mesmo território, mantendo relações políticas e econômicas integradoras, além de defendê-lo em momentos difíceis, em lutas contra um inimigo comum, certamente possibilita ao grupo social o despertar de sentimentos que ligam o passado e o presente dos indivíduos à

* Doutor em História, professor efetivo da Faculdade de História (FAHIS) e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA). É coordenador do Grupo de Pesquisa Militares, Poder e Sociedade na Amazônia. (wgaia@ufpa.br)

existência da coletividade: uma simbiose formadora de sentimento de pertencimento.¹

No caso da atuação dos oficiais “científicos” formados na EMPV, por muitos deles instituição também chamada de “Tabernáculo das Ciências”,² as atuações como governadores de estados, parlamentares, literatos, expedicionários e dirigentes de comissões no âmbito da demarcação de fronteiras, da expansão de linhas telegráficas, contatos com grupos sociais distantes dos centros urbanos e em atividades diplomáticas não renderam honrarias de herói. Não obstante, suas atuações os consagraram por suas competências técnicas e destreza nas relações com o “outro”.

Portanto, como historiador consciente de que as narrativas do passado são particularizadas, produtos de escolhas dos que escrevem história ou que simplesmente narram passados, optei por centrar este texto em algumas ações desenvolvidas por estes oficiais do Exército na Amazônia, nas décadas de intensas definições de fronteiras e baixos recursos financeiros e efetivos das forças armadas brasileiras. O período enfocado será de 1889, ano da Proclamação da República no Brasil, por ser um marco na atuação dos militares do Exército de forma geral e, em particular, da jovem oficialidade formada na EMPV, dos quais alguns dos que atuaram na Amazônia são sujeitos centrais nesta conferência. A abordagem que proponho fechará no ano de 1933 com o encerramento da Questão Letícia, que preocupou o governo brasileiro e também marcou a atuação de intelectuais do Exército. Dito isto, espero que Escrito em verde-oliva possibilite a abertura de novas perspectivas de produção de história militar da

Amazônia, que, afinal, é uma das principais razões que neste momento nos une aqui.

Forças Armadas na Amazônia: transição da Monarquia à República

A atuação dos militares na ação que instituiu o regime republicano levou muitos destes a posições de destaque no campo político. Logo nos primeiros anos de vigência do novo regime, os militares ocuparam pastas ministeriais, governaram estados, chefiram gabinetes e secretarias, tornaram-se deputados e senadores e governaram o país. Conforme anota John Schulz, logo no início do regime republicano, os militares obtiveram aumentos de salários que chegaram a atingir 50%, acima das anteriores ainda em janeiro de 189

No Exército, entrou em vigor o plano de ampliação do efetivo, que chegou a duplicar o quadro de pessoal ativo até o ano de 1894, mesmo ainda não alcançando o efetivo ideal. Ademais, um grande número de oficiais foi beneficiado com promoções e reformas.³

Contudo, as disputas entre os militares eram evidentes nos governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Durante o Governo Provisório, pelo menos dois grupos eram bem definidos. De um lado, estavam os militares mais próximos de Deodoro, que acusavam Benjamin Constant de priorizar “... os antigos alunos e afirmaram que o ministro permitia que seu jovem secretário, capitão Lauro Sodré, controlasse o ministério da guerra...”. Por outro lado, os militares alinhados a Benjamin acusavam Deodoro de exigir promoções para os seus amigos. Todavia, mesmo formando grupos divergentes, os militares do Exército aproveitaram o momento

de prestígio e força no campo político para obter vantagens na carreira militar, pois durante o Governo Provisório o presidente foi aclamado generalíssimo, o ministro da Marinha foi promovido a vice-almirante e o ministro da guerra foi promovido a general de brigada, além de uma série de promoções em outros níveis da hierarquia das Forças Armadas.⁴

No caso da situação das forças amadas na Amazônia, um caso me chamou a atenção sobre o 15º Batalhão de Infantaria. Constantemente, encontravam-se na imprensa informações a respeito de seu deslocamento. Sob o Império, o 4º Batalhão de Artilharia também embarcou para o Amazonas, mas para participar de operações de treinamento militar.

Diante da situação apresentada, não há dúvida de que os militares se sentiram em melhores condições para manifestar seus interesses após a Proclamação. Por isso, pleitearam poder político e espaço na administração. Para estes, o estabelecimento do regime republicano significou o primeiro grande momento de emergência na sociedade brasileira.

Na década de 1880, as condições das instalações das unidades do Exército e da Marinha e da corporação policial militar no estado do Pará não eram tão diferentes do início século XIX. As autoridades militares e civis frequentemente apresentavam os problemas nos relatórios de governo.

O 4º Batalhão de Artilharia (Belém) estava com as paredes parcialmente estragadas e não tinha acomodações para o corpo da guarda, onde ficariam os militares de serviço e prontidão. As instalações do 15º Batalhão de Infantaria (Belém) estavam em situação deplorável, e até a segurança estava ameaçada, uma vez que a obra do muro que

delimitava a área do quartel em 1889 estava em obra havia 15 anos. No relatório do presidente da província, considerava-se que até mesmo a indisciplina era motivada pela falta de pessoal, pela difícil escala de serviço e precariedade das instalações. A Enfermaria Militar (Belém) funcionava em um prédio alugado na travessa São Mateus que não reunia as “condições imprescindíveis” para a atividade à qual fora destinado, e a sua farmácia funcionava em uma pequena casa alugada.⁵

No ano de 1889, o 4º Batalhão de Artilharia contava com um efetivo de 26 oficiais e 240 praças, sendo que seu efetivo completo deveria ser de 37 oficiais e 350 praças. O 15º Batalhão de Infantaria contava com 26 oficiais e 194 praças, quando seu efetivo completo, segundo a legislação, seria de 37 oficiais e 350 praças. Portanto, os dois quartéis do Exército contavam com efetivos tão limitados quanto o Corpo de Policial da Província e tinham de atuar na capital e no interior e ainda guarnecer as regiões de fronteira. Os quartéis se encontravam com a estrutura física bastante comprometida. A Fortaleza da Barra, a Fortaleza de Óbidos e o depósito de pólvora do Aurá (Belém) estavam com problemas de infraestrutura.⁶

A extensão territorial da região amazônica era grande para a diminuta presença militar. Contando com o efetivo do Pará, do Amazonas e do Maranhão, havia em 1889 quatro batalhões, sendo um de artilharia e três de infantaria, sete fortalezas, das quais duas ficavam no Pará, três no Amazonas e duas no Maranhão. A província do Pará era guarnecida pelos militares do Exército, que, além de dois batalhões e duas fortalezas, dispunha de pequenos efetivos de corpos de

fronteira e guarnições do Amazonas, das colônias prisionais D. Pedro II, situada na margem esquerda do rio Araguari (transferida em 1907, para a margem direita do rio Oiapoque), e a Colônia de São João do Araguaia, em área de floresta no sul do Pará, e ainda da Fortaleza Militar de Óbidos no Baixo Amazonas (Oeste paraense). O Amazonas também contava com uma colônia militar e prisional, no Rio Branco.⁷

Na Amazônia, o único Arsenal de Marinha era situado em Belém; já no Amazonas, a única unidade da Marinha era a Capitania dos Portos, em Manaus. O estado do Pará contava ainda com uma Capitania dos Portos e uma Escola de Aprendizes Marinheiros, também localizados na capital, e com faróis fixos e flutuantes localizados nas margens dos rios e em pontos considerados estratégicos.

Se as condições das instalações do Exército e da Marinha não eram animadoras, a polícia militar paraense não devia nada neste quesito. A cavalaria, quando ainda era apenas um piquete, estava em uma área alugada e inadequada, com as cavalariças em péssimas condições, devido ao telhado bastante danificado.

Proclamada pelos militares, a República, logo no seu alvorecer, via-se endividada e apoiada por este seguimento social. Mesmo assim, era preciso edificar uma relação mais favorável com os quartéis, pois os republicanos civis sabiam que a força dos militares poderia redirecionar os caminhos e até mesmo levar a uma crise de governo em caso de insatisfação vinda das casernas. De 1889 a 1930, por exemplo, os militares estiveram envolvidos em vários conflitos. A Proclamação da República foi sua primeira intervenção efetiva na política brasileira. Segundo Rodrigo Patto

Sá Motta, a partir de 1889, os militares se tornaram “personagens centrais” nos principais eventos políticos brasileiros.⁸

Todavia, é importante enfatizar que, apesar do destaque político de muitos oficiais do Exército e da Marinha no decorrer da Primeira República, no campo institucional as forças armadas tiveram bastante dificuldade em seu processo de modernização de equipamentos e armamentos, ampliação de efetivo, tropas e unidades. Tais melhorias somente se tornaram realidades para as forças armadas brasileiras a partir de 1930, sobretudo nos anos que precederam a II Guerra Mundial.⁹

Intelectuais do Exército: administração, litígios de fronteiras e diplomacia na Amazônia

A historiografia que discute o desenvolvimento do pensamento republicano no Brasil apresenta a segunda metade do século XIX como o período mais expressivo de envolvimento dos militares nas discussões políticas. Consideradas as especificidades das abordagens, historiadores como José Murilo de Carvalho¹⁰ e Celso Castro¹¹ apontam para as principais instituições de ensino em que circulavam ideias republicanas, não deixando de apreender as transformações processadas no período.

Dentre os principais centros de formação militares, merecem destaque, à época, a Escola Politécnica, Escola Militar da Praia Vermelha e a Escola Naval, localizadas no Rio de Janeiro, além das Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife. Essas instituições de ensino superior aparecem como importantes espaços de formação acadêmica e política.

De certa forma, os propagandistas defendiam uma ideologia do “progresso”, da qual o regime republicano fazia parte. A este respeito, Celso Castro defende que pelo menos os jovens militares da Escola Militar da Praia Vermelha comungavam de uma mistura heterogênea de ideias, à época consideradas “científicas”, que incluem o positivismo e outras correntes de pensamento.¹² A intelectualidade brasileira, conchedora das vertentes positivista, evolucionista, monista e social-darwinista procurava apreender a sociedade brasileira partindo dessas diretrizes e da ideia de “progresso” e, nestes vieses, apresentavam propostas para o desenvolvimento do país.¹³

Celso Castro situa Lauro Sodré e Serzedelo Correia no grupo denominado “mocidade militar”, cujo perfil sociológico era marcado pela ênfase no cientificismo, como caminho para promover as transformações necessárias à sociedade brasileira, nas quais a abolição da escravidão e a Proclamação da República eram apreendidas como fundamentais ao país. Vários estudiosos atribuíram a Benjamin Constant o epíteto de apóstolo do positivismo no Brasil, considerando-o também como o principal formador da EMPV. Vicente Licínio Cardoso, contemporâneo dos primeiros anos de República, defende que Benjamin Constant fora bem sucedido na pregação do positivismo e das ideias republicanas devido ao fato de a maioria de seus alunos não descerdem de aristocratas, o que certamente lhes facilitava a aceitação de tais ideias.¹⁴

Do Exército Brasileiro no estado do Pará, Lauro Sodré e Serzedelo Corrêa foram os militares de maior expressão na defesa da República na EMPV nos momentos em que a Monarquia se enfraquecia. Os dois jovens

militares paraenses faziam parte deste grupo, a que Celso Castro atribui o papel mais significativo no processo que culminou com o movimento que levou à República no Brasil. Contudo, estes oficiais, alcançaram destaque nacional no alvorecer republicano sendo eleitos como representantes de outros estados ou nomeados para ministérios e governo de estado. Sodré foi o primeiro governador republicano do Pará, e Serzedelo Corrêa, em pouco tempo, ocupou vários cargos, sendo governador do Paraná, além de assumir três ministérios.¹⁵

Portanto, não se deve compreender as relações entre os militares do Exército sem considerar este cenário que antecede a Proclamação da República, pois havia visíveis diferenças entre os oficiais bacharéis seguidores de Benjamin e os “tarimbeiros”, oficiais mais antigos, assim denominados pela jovem oficialidade, devido a suas promoções corresponderem mais à atuação diante das tropas do que às aptidões intelectuais.¹⁶

À frente do governo do estado do Pará, Lauro Sodré implementou importantes medidas, como a reorganização do Museu Parense, chamando o suíço Emílio Goeldi para dirigir a instituição e promover as mudanças necessárias; deu ainda atenção ao conservatório de música, nomeando o maestro campineiro Carlos Gomes, que mesmo doente assumiu a direção da instituição, que, após sua morte, mudou o nome para Conservatório Carlos Gomes. Sodré investiu na construção da Biblioteca Pública (atual Arquivo Público do Estado do Pará), reorganizou a força pública paraense, dando atenção especial ao Regimento Militar de Polícia, ampliando significativamente o efetivo, aumentando os soldos e modernizando os armamentos, além de

outras mudanças que tiveram como referência o Exército Brasileiro. Cabe destacar que, além de político, Lauro Sodré foi um grande intelectual e escritor reconhecido até mesmo por seus opositores.

É preciso considerar que a atuação desta intelectualidade formada pelo Exército Brasileiro na região amazônica não se deu somente no campo do executivo ou nos parlamentos, como governadores, deputados ou senadores.

Na historiografia brasileira, é evidente o destaque à atuação de Cândido Mariano da Silva Rondon. Este que era um intelectual do Exército de destacada atuação na Amazônia. Coube a Rondon a tarefa de chefiar a Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao vale do rio Madeiras, no Amazonas. As comissões chefiadas por Rondon eram compostas por civis e militares e tinham o objetivo de instalar linhas de telégrafo para promover a melhoria da comunicação com as áreas mais centrais do território brasileiro, integrando o “litoral ao sertão” e melhorando as condições para garantia do território diante dos países vizinhos. Neste sentido, expandindo linhas telegráficas, fazendo contato com indígenas e outros grupos sociais, colhendo espécies animais e vegetais, fazendo levantamentos científicos no âmbito da botânica, antropologia, geologia, zoologia e rebatizando lugares, as expedições lideradas por Rondon também procuravam ampliar o domínio da República sobre o território.¹⁷

No entanto, as comissões comandadas por Rondon enfrentaram uma série de obstáculos, tais como a malária e outras doenças, que algumas vezes o fizeram recuar, os animais selvagens, terrenos acidentados, estações chuvosas intensas, calor forte, problemas

disciplinares envolvendo praças e ataques de grupos indígenas. A atuação de Cândido Rondon à frente de comissões teve significado tão expressivo quanto a de um general à frente de tropas em guerras.¹⁸ A formação na EMPV no âmbito da comunicação militar e a intensa atuação de Rondon em contato com grupos sociais diferentes talvez tenha despertado uma tendência à diplomacia.

Outro oficial formado no “Tabernáculo da Ciência” e de destacada atuação na Amazônia foi Euclides da Cunha, que, em 1904 e 1905, esteve à frente da Comissão de Demarcação de Fronteiras na região dos rios Purus e Juruá, em função da ocorrência de disputas em território de fronteira do Brasil com o Peru. Antes de ser nomeado para dirigir a Comissão junto com um representante do governo peruano que participou da Comissão como representante daquele país, o engenheiro militar Euclides da Cunha opinava que havia um grande risco de a República do Brasil perder a Amazônia, caso a questão não fosse tratada com sutileza e esforços para garantir a soberania na região em disputa.

A própria negociação direta¹⁹ com a criação da Comissão em acordo com o governo peruano dissipou o perigo de conflito armado pela área em questão. No período, ocorreram duas expedições que percorreram vários rios da bacia amazônica, de ocupação brasileira e peruana. De acordo com o autor de *Os sertões*, a situação deveria ser resolvida com diplomacia, e este foi seu intuito à frente da Comissão, pois a questão dispensava as investidas em operações militares. O engenheiro militar acreditava que o governo brasileiro deveria investir no povoamento das áreas de fronteiras e na sua interligação às áreas mais dinâmicas e

desenvolvidas do país, já que o mundo estava passando por intensas disputas imperialistas.

Portanto, a atuação dos oficiais do Exército Brasileiro no processo de estabelecimento da República e conformação territorial na Amazônia contou com ações de preparação de manobras militares, mas não dispensou a destreza de alguns oficiais, como Cândido Rondon e Euclides da Cunha, que, de certa forma, criaram uma vertente mais amistosa, ou melhor, diplomática, para resolver problemas relacionados aos contatos e litígios de fronteiras nacionais e internacionais e investiram no âmbito do fortalecimento policial e cultural, como fez Lauro Sodré, que também apoiou as ações dos moradores brasileiros na luta contra os franceses das guianas no rio Oiapoque. Ademais, ainda que neste artigo não seja a intenção adentrar nos detalhes da atuação de militares do Exército no governo do estado do Amazonas, cabe destacar que Augusto Ximeno de Villeroy, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Eduardo Gonçalves Ribeiro e Antonio Constantino Nery, todos oficiais do Exército, foram governadores no alvorecer republicano.

As questões de fronteira na Amazônia foram marcantes durante o século XIX, mas, ainda nas primeiras décadas do século XX, havia litígios a serem resolvidos, até porque se tratava de um período de disputas internacionais em diferentes regiões e da expansão de interesses de burguesias nacionais pelo globo.

Em 1901, investidores do ramo da exploração e comercialização da borracha, seringueiros, moradores da área e o governo do estado do Amazonas se organizaram para investir contra a cidade boliviana de Puerto Alonso, mas não obtiveram êxito. No en-

tanto, o governo amazonense logo percebeu que a situação era mais delicada e enviou José Plácido de Castro à frente da Polícia Militar do Amazonas e de alguns voluntários para enfrentar os bolivianos. O governo brasileiro temia as influências inglesa e norte-americana na região e diante da situação de conflito nesta fronteira, mas, como o Exército estava com o efetivo de oficiais e praças bastante reduzido, deslocou tropas de Manaus e Belém para a fronteira em disputa,²⁰ tornando possível a vitória sobre os bolivianos no ano de 1902. No entanto, mais uma vez a habilidade diplomática do barão do Rio Branco teve peso decisivo nas negociações com os bolivianos. Em 21 de março de 1903, por meio do Tratado de Petrópolis a Questão do Acre, como ficou conhecida esta disputa, foi encerrada. Mas, nos anos seguintes aos conflitos fronteiriços, o governo brasileiro, além de iniciar a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, conforme definiam os termos do armistício, e também como estratégia integradora que visava assegurar o domínio das terras conquistadas nesta área de fronteira, investiu nas comissões de linhas telegráficas lideradas pelo engenheiro do Exército, Cândido Rondon.

Ainda no final do século XIX, a falta de instituições do estado brasileiro foi sentida em áreas de fronteira. Tratava-se das disputas entre brasileiros e moradores das Guianas Francesas. Na realidade, os limites entre a Guiana Francesa e as terras do Cabo Norte não eram bem precisos, havendo vários grupos sociais franceses nas margens do rio Araguari, um afluente do rio Amazonas. Por outro lado, havia muitos brasileiros negociantes, seringueiros e garimpeiros, entre outros

trabalhadores em territórios reivindicados pelas autoridades das Guianas. No ano de 1895, os brasileiros liderados por Francisco Xavier da Veiga Cabral intensificaram a luta e foram vencedores.²¹ Diante da situação, o governo brasileiro recorreu à diplomacia para reivindicar o direito da área em litígio e da definição da fronteira. Em 1900, o Brasil, representado pelo barão do Rio Branco, teve suas reivindicações aceitas.

Após o arbitramento da questão, com sucesso para o Brasil, o governo republicano tomou algumas medidas visando à soberania da área fronteiriça e, nos anos 1920, enviou o experiente militar Cândido Rondon para chefiar uma expedição para garantir mapeamento da área, rebatizar nomes de lugares em português, estreitar contatos com os índios e outros grupos sociais de fronteira.²²

Cabe destacar que, na ocasião das disputas fronteiriças na Amazônia entre Colômbia e Peru, que ficou conhecida como a Questão Letícia (1932/33), Cândido Rondon foi nomeado presidente da Comissão da Liga das Nações para acompanhar os termos do Protocolo de Paz que tinha por objetivo selar a paz entre Colômbia e Peru,²³ resolvendo a situação de litígio e trazendo uma certa tranquilidade ao governo brasileiro, que temia algum tipo de perda territorial com estas disputas na área de confluência entre os países com terras na Amazônia e qualquer tipo de influência nos interesses do país.

Considerações finais

Escritos em verde-oliva na parte setentrional do Brasil certamente foram produzidos no decorrer de séculos, com a presen-

ça do Exército na Amazônia em suas várias formas de atuação. No entanto, nesta conferência, parafraseando Éric Hobsbawm, me dediquei a um “olhar vista aérea” sobre as ações do Exército em pouco menos de cinco décadas de República.

A Proclamação da República significou um novo panorama político e social para as Forças Armadas no Brasil, levando os militares a demonstrar suas competências a serviço de um Estado em transformação interna em várias dimensões e diante de uma conjuntura de disputas internacionais que afetaram as relações exteriores no mundo inteiro, com uma corrida intensa pelas potencialidades de grandes regiões em todos os continentes. Foi no campo destas disputas, que os interesses por redefinições e delimitações de fronteiras reacenderam a necessidade de contar com unidades militares em áreas pouco guarnecidas se tornaram fundamentais neste intenso jogo entre as nações. Na falta de infraestrutura adequada nas fronteiras, o uso da diplomacia e da competência técnica em estabelecer os marcos de limites, ampliar linhas telegráficas, abrir estradas e construir edificações civis e militares tornou-se alternativa significativa para o governo brasileiro assegurar territórios na confluência com outros países amazônicos, neste caso.

Contando com oficiais qualificados, o Exército disponibilizou seus quadros às causas consideradas relevantes à garantia do controle do território na vasta região amazônica. Estes oficiais, engenheiros militares em sua maioria, atuaram em campos de batalha diferenciados das guerras convencionais de seu tempo, fazendo dos conhecimentos técnicos obtidos no “Tabernáculo das Ciências”

suas principais armas em defesa das causas do país. Ademais, também atuaram na administração de estados, investindo em instituições de ensino e pesquisa, apoiando as manifestações culturais etc.

A partir da segunda metade do século XX, com a intensificação das disputas inter-

nacionais, dos perigos e medos entre as nações e a emergência da ideia de soberania do país, a noção de segurança nacional ganhou dimensão cada vez mais relevante. Contudo, esta conferência tratou apenas da fase inicial deste processo e nela encontrou a jovem oficialidade formada na EMPV: os científicos. **REB**

Referências

CARDOSO, Vicente Licínio. A margem da história da República. 2^a ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Editora da Universidade de Brasília, 1981.

CARDOSO, Francinete dos Santos. O Contestado franco-brasileiro: conflitos e representações. In: NEVES, Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto. Faces da História da Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2006.

CARR, David. La narrativa y el mundo real: um argumento em favor de la continuidade. *Histórias*. México, n. 14, p. 15-27, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças armadas na primeira República: o poder desestabilizador. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1990. v.9.

CASER, Arthur Torres; SÁ, Dominichi Miranda de. O medo do sertão: a malária e a comissão Rondon (1907-1915). *História, ciências, saúde. Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.2, abr.-jun. 2011, p.471-497.

CASTRO, Celso. Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886-1897)*. Belém: Editora Açaí, 2016.

MCCANN, D. Frank. *Soldados da pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a construção do Serviço Telegráfico no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 127-144. 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*, 2 vols. (Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1993). Volume 1: A fronteira colonial com a Guiana Francesa; Volume 2: A fronteira com as colônias espanholas.

SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero de; LIMA, Nisia Trindade. *Telégrafo e inventário do território no Brasil: as atividades científicas de Cândido Rondon (1907-1915)*. História, ciências, saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.779-810, jul.-set. 2008.

SCHULZ, John. *Exército na política: origens da intervenção militar 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 144.

SOUZA, Vinicius Gonçalves. *A participação brasileira em Operações de Paz das Nações Unidas como vetor de inserção internacional de segurança*. 2012. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, p. 53-54.

VIVEIROS, Esther. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ CARR, David. *La narrativa y el mundo real: um argumento em favor de la continuidade*. Histórias. México, n. 14, p. 15-27, 1986.

² CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

³ SCHULZ, John. *Exército na política: origens da intervenção militar 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 144.

⁴ Ibid. p. 145.

⁵ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Executivo. Relatório do presidente da província Miguel José d'Almeida Pernambuco. Belém: Typographia de A. F. Costa, 1889, p, 60 -61.

⁶ Ibid.

⁷ FARIA, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886-1897)*. Belém: Editora Açaí, 2016.

⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

⁹ MCCANN, D. Frank. *Soldados da pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças armadas na primeira República: o poder desestabilizador*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1990. v.9.

¹¹ CASTRO, Celso. Op. Cit. 1995.

¹² CASTRO, Celso. Op. Cit. 1995.

¹³ Ibid.

¹⁴ CARDOSO, Vicente Lícínio. *A margem da história da República*. 2^aed. Brasília: Câmara dos Deputados; Editora da Universidade de Brasília, 1981.

¹⁵ Além de governar o Paraná em 1890, foi prefeito do Distrito Federal (1909) e nomeado para os seguintes cargos: ministro das Relações Exteriores (1892), ministro de Estado dos Negócios do Interior e Justiça (1892), ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1892). MACHADO, Eurico Serzedelo. *Um republicano: a vida de Serzedelo Corrêa*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Paraense, 1972, p. 175-77.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero de; LIMA, Nisia Trindade. *Telégrafo e inventário do*

-
- território no Brasil: as atividades científicas de Cândido Rondon (1907-1915). *História, ciências, saúde. Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.779-810, jul.-set. 2008. MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a construção do Serviço Telegráfico no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 127-144. 2001.
- ¹⁸ CASER, Arthur Torres; SÁ, Dominichi Miranda de. O medo do sertão: a malária e a comissão Rondon (1907-1915). *História, ciências, saúde. Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.2, abr.-jun. 2011, p.471-497.
- ¹⁹ Sobre resolução de desacordo com a negociação direta, ou seja, sem a intervenção de terceiros, ver: VARGAS, Fábio Aristimunho. *Formação das fronteiras latino-americanas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017, p. 561.
- ²⁰ VARGAS, Fábio Aristimunho. Op. Cit. REIS, Arthur Cézar Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*, 2 vols. (Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1993). Volume 1: A fronteira colonial com a Guiana Francesa; Volume 2: A fronteira com as colônias espanholas.
- ²¹ CARDOSO, Francinete dos Santos. O Contestado franco-brasileiro: conflitos e representações. In: NEVES, Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto. *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006.
- ²² SOUZA, Vinicius Gonçalves. A participação brasileira em Operações de Paz das Nações Unidas como vetor de inserção internacional de segurança. 2012. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, p. 53-54.
- ²³ VIVEIROS, Esther. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010, p. 560.b

Como escrever a História?

A “Dezembrada” e a Guerra do Paraguai

*Denilson Alexandre Coêlho**

Introdução

A História é escrita de diversas maneiras. Cada historiador, cada pensador, cada admirador possui sua forma de ver e interpretar a História. Mas, há um jeito certo de escrever a História? Como escrevê-la? O que abordar? O que é e para que serve a História? Perguntas que possibilitam uma reflexão sobre a forma como se vive a História e como cultuamos os grandes nomes e os grandes acontecimentos de nossa humanidade.

A Guerra do Paraguai foi um episódio na História da América do Sul que merece destaque, pois foi o maior conflito armado já ocorrido em território sul-americano. Seus efeitos são sentidos ainda hoje, seja do lado paraguaio, seja do lado dos aliados. Costumes foram alterados, fronteiras modificadas, governos derrubados e governantes mortos. Esta guerra deixou um legado de luta, bravura, coragem, covardia e tristeza em todos os que dela participaram e em todas as nações que tiveram a inevitável necessidade de combater.

Todos os momentos do conflito entre Brasil, Argentina e Uruguai (Tríplice Aliança) e o Paraguai foram momentos importantes e decisivos. Cada soldado morto em combate, cada terra conquistada e reconquistada, cada forte derrubado foram de extrema importância, entretanto, pode-se afirmar que a “Dezembrada” foi o clímax e o ponto de inflexão e decisão de todo o conflito.

A “Dezembrada” foi o nome dado à sequência de batalhas ocorridas no mês de dezembro de 1868, ano decisivo para a guerra. Itororó, Avaí e Lomas Valentinas foram batalhas cruciais, que deram novo rumo ao conflito. Francisco Solano López, o presidente e comandante das tropas paraguaias, sentiu a força do Exército Brasileiro e o exemplo de coragem de seu marechal, Caxias.

Como descrever esses momentos decisivos da guerra? Segundo a visão dos antigos historiadores, como Heródoto, a Dezembrada deveria ser descrita com emoção, exaltação e sutilezas literárias para envolver e agradar o leitor. Sob a ótica da História positivista, os conflitos de dezembro de 1868 deveriam ser relatados com

* 1º Sgt AvMnt (CIAvEx/02), graduado em História (UNICEUB/12) e pós-graduado (especialização) em História, Sociedade e Cidadania (UNICEUB/17). (2scoelho@gmail.com)

simplicidade, narrados e descritos estritamente como ocorreram, sem qualquer liberalismo; além de serem utilizados somente documentos ditos oficiais e verdadeiros. Segundo a Escola Metódica, Itororó, Avaí e Lomas Valentinas devem ser exibidas sob métodos estritamente descritivos, sem espaço para que o historiador possa emitir qualquer juízo de valor; o formato da escrita deve ser direto e pautado em detalhes técnicos e científicos. Para o marxismo, deve-se enfatizar o caráter econômico da guerra bem como na forma como o Paraguai foi sistematicamente destruído. Pela Escola dos Annales, este episódio deve ser escrito sem muitas amarras, sob o olhar de uma documentação ampla e variada, além de abranger todo um conjunto de informações e campos de conhecimento que permitam ao leitor desfrutar um panorama historiográfico privilegiado. Por fim, a Nova História é a amplitude de pensamento historiográfico de que o historiador precisava para apresentar uma História ao mesmo tempo vasta, como que em uma longa duração, e restrita, como que num piscar de olhos; é a possibilidade de olhar no fundo do olho dos acontecimentos e perceber os detalhes que o passado deixou; como por exemplo, descobrir por que Solano López conseguiu fugir durante o cerco a Lomas Valentinas.

A História é brilhante e permite aos leitores do presente e do futuro compreender e conhecer todas as atitudes e todos os motivos que os trouxeram a esse presente tal como ele é. O passado não é a História, mas sim a ferramenta utilizada pelo historiador para desvendar, interpretar e com-

preender o conhecimento humano, pois o historiador nada mais é que o guardião do conhecimento humano.

Em cada subtítulo, será apresentado um aspecto das batalhas ocorridas em dezembro de 1868, a “Dezembrada”, e, em cada aspecto, será apresentada a forma como cada Escola e linha de pensamento histórico trata da escrita da História. Será uma viagem em torno da Guerra do Paraguai comandada por várias tendências historiográficas, possibilitando assim o aprendizado sobre a Guerra do Paraguai, a “Dezembrada” e os percursos da historiografia mundial.

A escrita da História

A escrita da História é, por vezes, controversa e duvidosa, outras vezes, direta e objetiva, mas sempre deve ser esclarecedora, reflexiva e orientadora. Há diversas maneiras de escrever a História. Há diversas correntes dispostas a transmitir o conhecimento historiográfico para as gerações presentes e futuras. Há também uma infinidade de possibilidades de se compreender e apreender o saber histórico. No entanto, é razoável ter a plena certeza de que o historiador deve ser coerente com seus pressupostos e as necessidades da sociedade que o circunda.

Para se escrever a História, é necessário primeiro saber o que é História e para que serve. Para isso, é necessário compreender a História como sendo a ciência que estuda o ser humano no tempo, no espaço, no pensamento, nas ideias e em tudo o que liga o

passado com o presente e o futuro.¹ Assim é possível perceber a importância de se estudar e escrever a História.

Mas, para que serve a História? Essa é uma pergunta que inúmeras vezes não é respondida ou é mal respondida. A História serve para que o ser humano compreenda o passado para compreender o presente, mas, também, compreender o presente para compreender o passado.²

Para exemplificar a necessidade de se estudar a História, é importante ter como exemplo a Guerra do Paraguai. Para que estudar e conhecer sobre esse conflito, já que se passaram quase 150 anos de seu fim? De maneira geral, a resposta é que é de extrema importância compreender as limitações, as necessidades, os desafios encontrados durante a campanha no Paraguai, os obstáculos ultrapassados, além de valorizar e enaltecer os grandes nomes e as instituições que transformaram nossa sociedade.

Para melhor compreensão da importância da História e da forma como ela é escrita, faz-se necessário conhecer as diversas correntes historiográficas e cada um de seus modos peculiares de fazer e interpretar o conhecimento histórico.

Como escrever a História? Desde o século XIX, a História passou a figurar como uma ciência. Anteriormente era apresentada e ensinada somente como um conhecimento erudito e sem grandes importâncias para o ser humano.

Ao longo deste trabalho, serão apresentadas as evoluções e as diversas formas de escrever a História. A “Dezembrada” nada mais foi do que uma sequência de ba-

talhas em que as tropas aliadas venceram um inimigo em comum, o Paraguai, dentro do contexto da Guerra da Tríplice Aliança. Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura foram conflitos ocorridos no mês de dezembro no ano de 1868, que poderiam ter culminado com o fim da guerra. No entanto, alguns fatores não permitiram tal feito, e a guerra se estendeu até março de 1870. De forma dinâmica, interessante e reflexiva, os acontecimentos serão desvendados e decifrados sob o olhar atento do historiador e do leitor.

“Sigam-me os que forem brasileiros”³ – a História narrada

Até o século XIX, a História era vista como sendo composta apenas dos grandes acontecimentos ou de grandes nomes. Era uma escrita basicamente literária, sem a preocupação com a documentação a ser amparada ou a efetiva verdade dos fatos.⁴ Heródoto, pensador grego que viveu entre 484 e 420 a. C. (pai da História), compreendia a História como sendo um processo de investigação⁵ sobre os grandes acontecimentos de seus antepassados com o objetivo de agradar os ouvidos de seus leitores. Portanto, na antiguidade, os grandes pensadores escreviam de forma livre, sem a necessidade de comprovar os acontecimentos ou de escrevê-los sob qualquer formato predeterminado. Atualmente, muitos escritores, principalmente jornalistas, estão retomando esse modo de escrever a História.

A Dezembrada, sob o olhar dos antigos historiadores, seria escrita da seguinte forma.

As tropas já haviam saído de uma batalha extremamente exaustiva e perigosa. Muitos companheiros morreram. O cansaço estava no semblante de todos. Os governantes aliados sentiam-se pressionados pela opinião pública para adiantar o fim do conflito. Mas não havia previsão do término da guerra.

O grande comandante em chefe das tropas aliadas, marechal Caxias, estava em uma situação delicada. Era necessário tomar uma decisão que poderia pôr fim ao grande confronto entre os aliados e o Paraguai.

Caxias observa o terreno, sua tropa, o efetivo da tropa inimiga, a localização do inimigo; tudo deve ser analisado para que haja a menor quantidade de baixas possível. Logo à sua frente o rio Paraguai corre forte e incessante. O inimigo encontra-se bem diante de seus olhos à distância de alguns poucos quilômetros.

O que fazer?

Um combate frontal levaria a uma infinidade de mortos e feridos, além de uma grande possibilidade de perder a batalha. Uma decisão difícil, mas que deveria ser tomada.

Francisco Solano Lopez encontrava-se sediado em Lomas Valentinas, e Caxias, às margens do rio Paraguai, na cidade de Palmas. O reconhecimento do terreno entre os dois líderes era extremamente difícil, pois era um local pantanoso e com trincheiras que percorriam incríveis nove quilômetros de distância, fortemente guarnecididas por forças paraguaias.

A solução encontrada era atravessar o rio Paraguai, seguir para o Norte pela margem

esquerda do rio e retornar logo atrás das linhas inimigas. Era manobra que demandaria um esforço de logística e engenharia altamente complexo. Caxias se utilizou de seus navios para transportar milhares de soldados de uma margem a outra. Além disso, foi necessária a força de trabalho de mais de três mil pessoas para construir uma estrada de cerca de onze quilômetros, sendo que, em três quilômetros de muito charco, foram utilizados milhares de troncos de árvores como calçamento e pontes para atravessar os diversos riachos encontrados no caminho.

Há que se imaginar o esforço escomunal da tropa para construir tal estrada. Quase um mês depois da partida de Palmas, Caxias chegou à cidade de San Antônio. As embarcações já estavam à espera para transportar os milhares de soldados para a outra margem do rio Paraguai.

Ao desembarcar, a tropa marchou rumo a Lomas Valentinas, no entanto, muitos obstáculos os aguardavam no caminho. Após dois dias de marcha, eis que surge um arroio chamado Itororó. Caxias já havia enviado militares no dia anterior para efetuar um reconhecimento do local. Segundo informações, havia uma guarnição paraguaia à espreita protegendo a ponte sobre o rio, mas que não ofereceria grandes dificuldades para os aliados.

Caxias decidiu dividir a tropa de forma que uma parte executaria o ataque frontal, e outra parte, comandada pelo grande general Osório, atacaria pela retaguarda com seus cavaleiros.

Logo no alvorecer do dia, todos se preparam para o combate. Osório e seus cavaleiros

saíram em disparada para contornar o rio Itororó e surpreender o inimigo pela retaguarda, ao mesmo tempo em que Caxias, com a força principal, efetuaria o ataque frente a frente com os paraguaios.

Na verdade, nada aconteceu como previsto. As forças paraguaias eram maiores do que o esperado, Caxias iniciou o ataque antes que Osório chegasse à retaguarda do inimigo, o caminho percorrido por Osório era duas vezes maior que o planejado e a ponte que ligava as duas margens era muito pequena e insegura. Enfim, tudo se estava encaminhando para dar errado.

O combate em Itororó iniciou-se com as tropas brasileiras tentando atravessar a ponte. Não era possível passar mais que dois cavalos um ao lado do outro ou mais que seis pessoas a pé. Os soldados eram alvo fácil para a defesa paraguaia e seus poderosos canhões. Um a um, os soldados iam caindo mortos ou feridos diante dos olhos de seu comandante em chefe, Caxias. Enquanto isso, Osório ainda não havia chegado.

Aos poucos, diante daquele cenário de destruição e morte em que ambos os lados perdiam seus homens, a tropa brasileira começou a demonstrar sinais de fraqueza, medo e até mesmo covardia. Muitos soldados nem sequer se atreviam a atravessar a ponte, pois sabiam que possivelmente seriam atingidos pelo fogo inimigo. Caxias, indignado com a situação e percebendo que a tropa apenas refletia o medo que seus comandantes expressavam, decidiu seguir para a frente de batalha.

No alto de seus sessenta e três anos de idade, o poderoso comandante brasileiro

partiu rumo à ponte sobre o rio Itororó, montado em seu vigoroso cavalo, com sua espada desembainhada e seu olhar ativo, firme, corajoso, e cheio de força e vontade de vencer, e iniciou a travessia da ponte com seus oficiais logo à retaguarda. Toda a tropa, ao ver seu comandante em ordem de batalha e no mais alto exemplo de coragem e vigor, partiu para o ataque e acompanhou seu líder em um de seus maiores exemplos de amor à pátria.

Que exemplo de soldado. Diante de uma triste cena de covardia de seus militares, resolve descer da posição de estrategista para se lançar contra as posições inimigas como um soldado recém-chegado às fileiras do Exército. Grande soldado, grande exemplo, grande líder, grande patriota.

Enquanto o então marquês de Caxias segue morro abaixo rumo ao imprevisível destino de uma batalha corpo a corpo, com sua espada pronta para ser utilizada e seu cavalo galopando como nunca, e toda a tropa é inebriada com uma injeção de coragem aplicada por seu comandante, surge uma voz forte, alta e estrondosa como que um raio a cair sobre a terra: “sigam-me os que forem brasileiros”.

O grande líder Caxias brada esta célebre frase, que o tornou imortal e, de uma vez por todas, o maior soldado brasileiro.

Ao pisar firme na ponte com uma incrível velocidade, e sob a observação de todos, naquele momento magistral em que o líder toma as rédeas da batalha para decidir a vencer o conflito, de repente, o inesperado acontece.

Caxias tomba diante de seus homens.

No fragor da luta e no calor da batalha, a coragem e a vontade de vencer supera todos os males e, como que num lapso de tempo, Caxias ergue-se intocável e incólume e deixa seu cavalo para trás, atingido por um tiro do inimigo. A luta deve continuar, e, com a coragem e o moral restabelecidos, as tropas aliadas vencem a batalha de Itororó, e os paraguaios batem em retirada de forma desesperada e desorganizada.

Muitos soldados poderiam ter sobrevivido caso o general Osório tivesse chegado a tempo para combater.

Horas depois do fim do conflito, Osório chega sem entender por que Caxias iniciou a batalha sem que ele e sua tropa estivessem posicionados para o combate. Depois de muita discussão e desconfiança, tudo foi esclarecido, e se percebeu que na verdade ocorreu um erro de cálculo quanto à distância que contornaria o rio Itororó.

Após a batalha, não havia tempo para descanso, e a tropa seguiu em busca de Francisco Solano López, presidente e comandante das tropas paraguaias.

Ao receber a notícia da derrota guarani às margens do rio Itororó, López ordena que parte de sua tropa intercepte os aliados antes que cheguem a Lomas Valentinas.

Poucos dias após o conflito em Itororó, às margens do rio Avaí, Caxias reencontra uma impressionante força militar paraguaiá pronta para o combate. Não há como se preparar. A luta é imediata e inevitável. As mortes serão certas e numerosas.

A chuva cai de forma torrencial, e Caxias observa mais uma vez a tibieza e o medo nos olhos de seus militares. O desânimo e a

tristeza ficam estampadas em seu rosto impassível diante da fraqueza moral de seus oficiais. Mas ele não podia deixar que tal sentimento contaminasse a todos. E mais uma vez, foi à frente de seus homens para dar o exemplo de soldado que tão bem sabia demonstrar.

A batalha em Avaí foi um erro crucial na estratégia de López, tendo em vista que não era um terreno militarmente importante e facilmente contornável por uma tropa numericamente maior.

Foi o que aconteceu. A luta começou. A infantaria aliada partiu para o ataque, no entanto, uma infinidade de militares recuaram amedrontados com a possibilidade de morrer. Foi então que entrou em cena a cavalaria brasileira, com Osório à frente de seu contingente. Osório foi gravemente ferido no maxilar, mas a cavalaria rompeu em galopes fulgurantes e ensurecidos para dizimar as forças paraguaias. O impacto da cavalaria foi como que uma assombrosa avalanche sobre os guaranis. Foi de tal magnitude que, dos milhares que lutaram, apenas algumas dezenas fugiram desnorteados diante de tal arraso nas tropas inimigas.

Mais uma vez, os aliados sagraram-se vitoriosos. Mais uma vez, os inimigos partiram desbaratados diante da força dos soldados de Caxias. Não graças à coragem dos militares, mas graças à intrepidez e ao incansável espírito de liderança, patriotismo e vontade de vencer de Caxias.

Finalizada a batalha, Caxias reorganiza sua tropa e parte para a cidade de Villette — objetivo intermediário para repor as forças dos militares e todo o suprimento necessário para a retomada da marcha.

Após repor as energias e recompor a tropa, Caxias seguiu de Villeta direto para Lomas Valentinas. Entretanto, esbarrou diante de uma trincheira inimiga em plena colina de Itá-Ivaté. O combate foi árduo, as condições climáticas eram as piores possíveis, os soldados cansados e desmotivados lutaram com muita resistência. E o grande marquês de Caxias precisou ficar por horas à frente da tropa para que não houvesse uma debandada. E, mesmo diante de tanto esforço, as tropas brasileiras tiveram de recuar diante da enormidade da chuva e dos trovões que despencavam sem cessar sobre todos, impossibilitando a continuação dos ataques. Dias depois, e mesmo diante de tantas intempéries, milhares de soldados paraguaios morreram, e o caminho estava livre para chegar à fortaleza de López.

Diante da fortaleza de Solano López em Lomas Valentinas, houve três frentes de batalha. A principal, que vinha direto das trincheiras de Itá-Ivaté, outra, que foi combater em Angostura e uma terceira, que havia partido de Palmas, vencido em Piquissiri e estava a caminho de Lomas para engrossar as linhas aliadas.

Caxias e o general argentino Gelly y Obes, que viera de Palmas, tentaram convencer López de que o melhor a fazer seria que o Paraguai se rendesse e acabasse de vez com a guerra. O general paraguaio não se intimidou e sustentou a posição com firmeza e insensatez, pois as forças aliadas eram muito maiores em relação ao que restou do Exército guarani.

O massacre foi inevitável. As tropas paraguaias lutaram bravamente e caíram diante

da inquestionável superioridade das forças aliadas. Não havia mais a possibilidade de Solano vencer a guerra, mas sua postura irredutível simplesmente levou seu exército a completo extermínio. Só faltava a captura do ditador e general Francisco Solano López, e então a guerra finalmente terminaria.

Após várias horas de muita luta, os aliados vencem a batalha, mas, como que em um passe de mágica, Solano López consegue misteriosamente fugir de Lomas Valentinas. Ele e sua família partiram deixando tudo para trás. Os saques à fortaleza foram inevitáveis, e a violência contra os prisioneiros foi arrebatadora. As mulheres foram violentadas, e os homens, torturados ou executados. Foi grande o massacre.

Por fim, Angostura caiu em 30 de dezembro de 1868.

Com a fuga de López, as tropas aliadas rumaram até Assunção, a grande capital paraguaia, que foi ocupada em 1º de janeiro de 1869.

Os aliados saíram vencedores nas batalhas de dezembro de 1868, mas ainda havia muito o que fazer até a derrota final de Solano López. A guerra se transformou em guerrilha, numa busca implacável ao presidente paraguaio em plena Cordilheira.

A História foi escrita de forma leve, emocional, literária e sem a preocupação de se provar se o que estava escrito foi o que realmente aconteceu. Um formato de História que se liga pouco ou quase nada ao presente ou a uma reflexão quanto ao futuro. Por isso, no século XIX, surge uma História preocupada com a forma e a documentação.

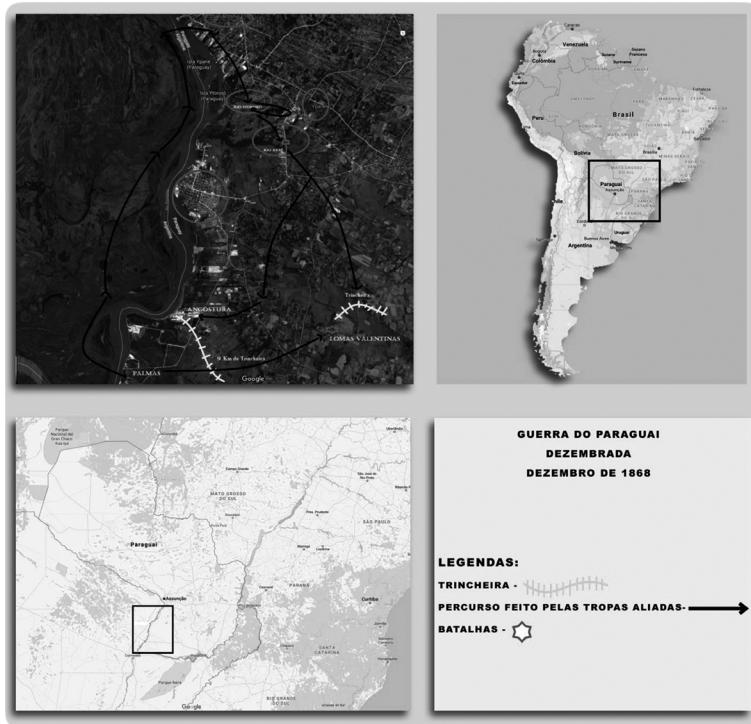


Figura 1 – Mapa da localidade onde ocorreu a Dezembrada
Fonte: composição organizada por este autor com base na bibliografia referenciada e em imagens de Google Maps®
Formatação: Jorge Orro

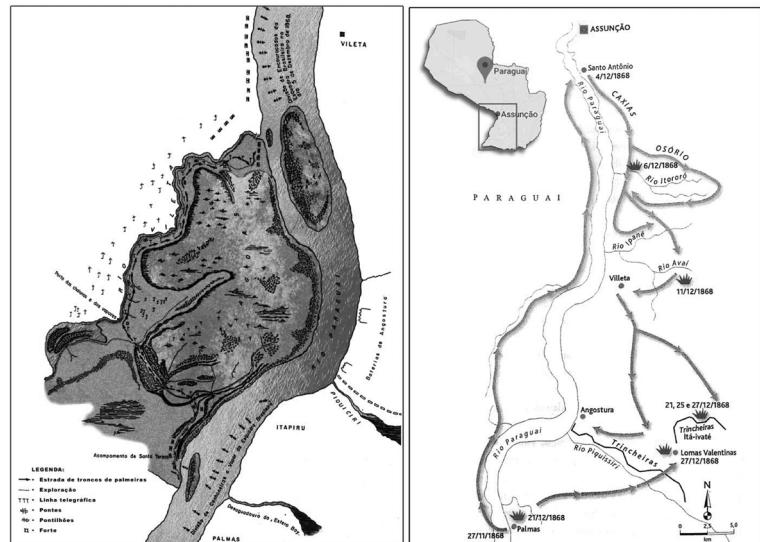


Figura 2 – Caminho percorrido pelas tropas brasileiras durante a Dezembrada

Fonte: imagem adaptada por este autor com base na obra (DORATIOTO, 2017 p. 230)

Formatação: Jorge Orro

A Dezembrada – positivistas e metódicos

Com o advento do século XIX, a História elevou-se ao status de ciência, com a chamada História Positivista, fundada na Universidade de Berlim por volta de 1811 e 1812.⁶ Seu objetivo era apresentar uma História estritamente descritiva, utilizando-se de crítica textual com base em investigação quanto à veracidade da documentação. Era veemente contra a tradição literária da História originária de Heródoto.⁷

Já a Escola Metódica, que, com muita frequência, é confundida com a História Positivista, surgiu na França logo após a sua derrota na Guerra Franco-Prussiana em 1870. Uma coincidência com o fim da Guerra do Paraguai ocorrida no mesmo ano. Tal conflito abalou as estruturas da sociedade francesa. A linha de pensamento metódica baseou-se principalmente na estrutura histórica alemã, por isso a confusão entre as linhas históricas. Seus principais objetivos são: uma História voltada para o orgulho francês, uma investigação objetiva sem qualquer espécie de pensamento filosófico, literário ou teológico⁸ e uma História narrativa e descritiva de grandes batalhas ou personagens ilustres. Este pensamento historiográfico foi hegemonicó até a década de 60 do século XX.

Em linhas gerais, a Escola Metódica segue os seguintes princípios: apagamento e imparcialidade do historiador; análise do conteúdo (o que o autor quis dizer?); síntese do assunto pesquisado; comparação entre vários documentos; recorte metodológico e interpretação do conteúdo (apenas considerações gerais sobre o conteúdo).

A História escrita à luz dos positivistas e metódicos seria assim.

As batalhas de Itororó, Avaí, Lomas Valentinas, Angostura e Piquissirí estão inseridas no contexto da Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança — conflito armado entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai, cuja duração se estendeu entre os anos de 1864 a 1870. Essas batalhas ocorreram em dezembro de 1868, por isso o nome “Dezembrada”, terminologia atribuída tendo em vista o mês em que as batalhas foram travadas.

Após inúmeras batalhas entre os aliados e a República Guarani, o conflito se encaminhou para seus momentos decisivos. As tropas paraguaias se instalaram nas fortificações de Lomas Valentinas, Angostura e arredores, onde se encontravam cerca de dezoito mil militares.

As tropas aliadas se dividiram na cidade de Palmas para efetuar um cerco aos paraguaios. Dos 31 mil soldados, 25 mil eram brasileiros, 5 mil argentinos e mil uruguaios.⁹ Os demais atravessaram o rio Paraguai e contornaram o Chaco até a cidade de San Antônio. O terreno era pantanoso e de difícil acesso. Foi construída uma estrada de 11 quilômetros, sendo que três deles foram cobertos por mais de seis mil palmeiras e cinco pontes sobre pequenos rios, em 23 dias de trabalho com uma força de mais de 3.000 pessoas.¹⁰

Em 4 de dezembro de 1868, ao chegar às margens do rio Paraguai em frente à cidade de San Antônio, a esquadra brasileira transportou 23 mil soldados de volta para a margem em que se encontravam os combatentes paraguaios. Daí em diante, foram dois dias de caminhada até um arroio chamado Itororó. Em 6 de dezembro de 1868, 12 mil brasileiros travaram combate contra os cinco mil paraguaios que estavam à espreita

na outra margem do rio Itororó. Parte da tropa brasileira, cerca de cinco mil homens, contornou o rio para atacar pela retaguarda. Os cálculos eram que a volta seria de 10 quilômetros, mas descobriu-se que passava de 20 quilômetros, não permitindo que os combatentes chegassem a tempo para a batalha, chegando cerca de 30 minutos após o final.

A margem do rio media pouco mais de três metros de largura por quatro de profundidade, e, na ponte que ligava as duas margens, mal cabiam seis homens lado a lado. A batalha teve início às 8h da manhã, com cinco horas de duração. Ao final, os brasileiros ocuparam as duas margens, e os paraguaios recuaram para se reagrupar. Foram 600 mortos e 600 feridos do lado paraguaio, e 1.806 perdas entre mortos e feridos do lado brasileiro.¹¹ Parte da tropa permaneceu em Itororó para proteger o local e impedir que novos atacantes passassem, enquanto o restante seguiu em frente.

Após cinco dias de marcha, em 11 de dezembro de 1868, os paraguaios, sob a ordem de Solano López, ocuparam as imediações do rio Avaí para emboscar as tropas brasileiras que seguiam rumo a Lomas Valentinas. Em um terreno pouco ondulado e debaixo de forte chuva, cinco mil paraguaios travaram uma luta de cinco horas de duração. Ao final, menos de 200 soldados paraguaios conseguiram fugir, e, do lado brasileiro, cerca de dois mil entre mortos e feridos, e 1.200 pessoas foram presas pelas tropas aliadas.

Com o fim da batalha em Avaí, as tropas brasileiras ocuparam a cidade de Villette e reorganizaram seus efetivos e suprimentos. No dia 21 de dezembro de 1868, próximo da fortaleza de Francisco Solano López, em Lomas

Valentinas, as tropas brasileiras depararam com cerca de 9.000 paraguaios nas colinas de Itá-Ivaté. Em Angostura, López possuía aproximadamente 600 homens, e em Piquissirí, mais ou menos três mil. As tropas aliadas contavam com quase 20 mil soldados. No combate em Itá-Ivaté, foram mais de 8.000 perdas paraguaias, sob um forte temporal que forçou as tropas brasileiras a recuar.

Caxias decidiu permanecer à retaguarda para recompor suas tropas, enquanto López também recebeu reforços vindos de outras localidades do Paraguai. Em 27 de dezembro de 1868, uma força de 24 mil soldados da tropa aliada estava pronta para combater a fortificação em Lomas Valentinas. Soldados brasileiros, argentinos que haviam conquistado as trincheiras em Piquissirí e uruguaios destruíram as tropas paraguaias. No entanto, Solano López conseguiu escapar pelo potreiro de Marmol, um caminho que levava diretamente para as cordilheiras. Em 30 de dezembro, caiu também Angostura com cerca de 1.300 homens aprisionados.

O resultado das batalhas chamadas de dezembrada: perda de 20 mil soldados paraguaios; e mais de 11 mil soldados das tropas aliadas, sendo que 2.099 brasileiros foram mortos e cerca de 8.000 mil feridos; os argentinos tiveram 99 mortos e quase 500 feridos.¹²

Esse é um tipo de História descritivo-narrativa, uma escrita objetiva, sem qualquer lirismo ou fundamentos teológicos ou filosóficos. Possui um aspecto árido em que somente o documento escrito é tido como sendo uma fonte histórica válida. É carregado de dados numéricos para se provar a veracidade dos fatos, além das datas que marcam os acontecimentos. Tudo deve ser escrito de forma que

não fique nada sem uma comprovação, de uma documentação verdadeira do ponto de vista acadêmico ou governamental. Ou seja, documentos disponibilizados pelo Estado ou que a academia validou. Além de tudo, há a total impessoalidade do historiador, dentro da medida do possível.

Ainda é uma forma de escrever a História muito comum nos dias de hoje, tendo em vista que as universidades cobram muitos aspectos da linguagem metódica. Exemplo disso é a obrigatoriedade de apresentar citações de autoridades no assunto. A História Positivista e a Escola Metódica foram de grande importância para a historiografia mundial, pois elevaram a História à posição de ciência, além de utilizarem uma escrita mais metodológica e preocupada com a veracidade dos fatos.

O fatídico dezembro – o lado marxista da História

Ao contrário da História Positivista e da Escola Metódica, o pensamento marxista apresenta uma escrita carregada de uma ideologia política. É uma escrita marcada por um ideal revolucionário e de luta de classes. É basicamente contrária à política expansionista e hegemônica de países capitalistas, como a Inglaterra do século XIX e os Estados Unidos da América do século XX e XXI, além de qualquer potência que queira se impor sobre outro país.

Esta linha de pensamento não é especificamente histórica, mas muitos historiadores se utilizam desta metodologia para escrever a História. Criada por Karl Marx (1818-1883), filósofo alemão que ficou famoso por suas diversas obras, entre elas *O capital* e o *Manifesto comunista*, apresentou ao mundo um modo

de pensar a humanidade completamente diferente daquilo que até então havia existido. Para ele, tudo acontece com base em leis econômicas, e a luta de classes é que move a humanidade, em que sempre haverá uma classe explorada e uma exploradora.¹³

Desde a década de 60 do século XX, muitos pensadores brasileiros utilizaram-se e utilizam até hoje esse modo de pensar a História. Gerações inteiras estudaram em cartilhas e livros didáticos com um viés marxista. Muitos foram formados sob o olhar marxista da História, embora poucos saibam deste fato.

A História sob a ótica marxista deve ter como foco as forças produtivas (fontes de energia que movem o mundo), o materialismo histórico (o econômico se impor sobre o social), a luta de classes (explorado X explorador), entre outros.

O Paraguai, como uma potência em plena ascenção, com uma política autônoma e sem as amarras da maior potência imperialista do mundo no século XIX, a Inglaterra, busca um crescimento em benefício de sua população. O presidente Francisco Solano López, grande estadista, visionário e extraordinário comandante militar, sempre lutou com todas as forças para manter seus país livre das garras imperialistas inglesas e brasileiras. No entanto, após forte influência britânica sobre os países sul-americanos, com o objetivo de destruir a grande potência em ascensão, formou-se a chamada Tríplice Aliança. Brasil, Argentina e Uruguai se juntaram para dizimar o Paraguai sob o pretexto de invasão paraguaia em territórios argentinos e brasileiros.

Mais uma vez, o poder econômico¹⁴ se sobrepôs ao social. Os britânicos, os grandes

exploradores do mundo, injetaram bastantes recursos para bancar uma guerra em que o único beneficiado seriam eles mesmos. Ao final da guerra, todos os países envolvidos saíram com dívidas incalculáveis, além das grandes perdas humanas.

O mais afetado foi o Paraguai, cuja população sofreu pesadas baixas. Dos 800 mil habitantes antes da guerra, sobraram apenas 194 mil ao final do conflito, sendo que apenas 14 mil eram homens.¹⁵

O Paraguai foi completamente destruído. Ocorreu um verdadeiro genocídio. De uma nação democrática, ascendente, autônoma e próspera para um país devastado por uma guerra inútil e sem sentido. As potências capitalistas novamente conquistaram seus objetivos. Eliminaram um concorrente de peso que surgia em meio ao rio da Prata.

Entretanto, a maior perda ocorrida no Paraguai foi a de seu maior e mais democrático e próspero líder. Francisco Solano López, o governante que transformaria o país em uma das maiores potências mundiais sem que se precisasse dos préstimos interesseiros das potências hegemônicas.

Foi o fim de uma era. Foi o fim de uma política em que o proletariado dominaria todas as forças produtivas em favor do povo. O fim de uma política em que os explorados seriam exaltados. No entanto, só a morte e a destruição restaram ao Paraguai.

Esse tipo de declaração foi amplamente discutido e rebatido no livro de Francisco Doratioto, *Maldita guerra*, em que ele rechaça toda e qualquer possibilidade de o Paraguai ser uma potência econômica em ascensão, de o presidente Francisco Solano López ser um líder democrático¹⁶ e de a Inglaterra ter

interferido nas causas da guerra. Segundo Doratioto, o verdadeiro agressor foi o próprio Paraguai, com uma política expansionista contra territórios brasileiros e argentinos. Além disso, critica a atuação de historiadores revisionistas que buscam uma História populista em que se exalta Solano López herói e os exércitos aliados como sendo os agressores covardes.¹⁷ Clara crítica aos pensadores marxistas influentes de seu tempo.

Quanto aos números da guerra, há que se fazer um controponto em relação à porcentagem de mortos e a população paraguaia. No período da Guerra, segundo Marco Antônio Cunha, a população paraguaia era em torno de 300 a 400 mil pessoas, com um Exército de 28 a 57 mil militares.¹⁸ E a quantidade de mortos e feridos, segundo Doratioto, poderia ter chegado entre 24 a 60 mil mortos.¹⁹ Não há um número exato para esses dados.

Essa divergência entre pensadores é muito salutar e enriquecedora, tendo em vista as diversas possibilidades de se escrever a História. No entanto, deve-se sempre se valer do compromisso com a verdade dos fatos.

A Guerra do Paraguai – os *annales*

Como contraponto ao marxismo emergente e aos metódicos hegemônicos à época, surgiu, na França em 1929, a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, sobre a qual se formou a Escola dos *annales*. Sua proposta é uma História pluridisciplinar, em que o historiador deve pensar o todo, desde os aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais, geográficos etc.

Sua principal contraposição à Escola Metódica está em relação à documentação,

visto que, para os metódicos, somente eram válidos documentos escritos e, para os annales, eram aceitos os mais variados formatos documentais, desde os escritos até vestígios arqueológicos, obras de arte e tudo o que pode ligar o passado com o presente. Mas sempre tomando como parâmetro informações tidas como “verdadeiras”. Além disso, a forma de escrita se tornou mais livre e menos descriptiva.

O escrever História segundo a Escola dos Annales deve seguir os seguintes princípios: apresentar uma História de longa duração (a geografia, o clima, a vegetação); escrever sobre a formação social, política e econômica da sociedade ou comunidade em questão; e, por fim, uma História de curta duração (o indivíduo, o acontecimento, o evento).

Quem era o Paraguai, aquele que iniciou a Guerra da Tríplice Aliança?

O Paraguai possui um terreno pantanoso a oeste do rio Paraguai chamado Chaco, local de vegetação muito pobre, e a leste é a área mais produtiva e fértil do país. A extensão territorial do Paraguai antes da guerra era incerta e discutível com todos os seus vizinhos. Não havia uma delimitação precisa e definitiva, um dos motivos do conflito com a Tríplice Aliança.²⁰ As principais cidades paraguaias à época não passavam de aldeias e vilarejos, tendo em vista a pobreza e a quantidade ínfima de habitantes.

O ensino no Paraguai era deficitário e carente de aprofundamento. Todos os paraguaios eram obrigados a ler e a escrever. No entanto, a instrução secundária era mínima, e o ensino superior, quase nulo.²¹

O comércio era livre, mas o governo (na pessoa do presidente) possuía mais da

metade das terras e era o maior dos comerciantes, além de controlar todo o mercado interno e os preços de todos os produtos. A liberdade de comércio era extremamente limitada. A agricultura era rudimentar e mal servia para a subsistência. Os principais produtos de exportação eram o chá e a erva, além de outros diversos produtos primários. O governo comprava dos particulares com o preço que lhe conviesse e negociava com os países interessados com valores muito acima.

Quanto à literatura, os poucos livros permitidos a entrar no país eram aqueles que contavam a vida de santos (tendo em vista que o país era majoritariamente católico) e alguns livros de viagens autorizados pelo governo.²²

O Paraguai foi efetivamente ocupado pelos espanhóis em 1528, sendo colônia da Espanha até 1776, ano em que foi elevado ao status de Vice-Reino do Rio da Prata (esse vice-reino abrangia os territórios do que hoje é conhecido como o Paraguai, Argentina, Uruguai e a Bolívia, cuja capital era Buenos Aires). Em 1811, essa região tornou-se independente e logo tiveram início os conflitos por território e autonomia política. A Confederação da Argentina tinha pretensões de abranger todo o território que um dia foi o Vice-Reino do Rio da Prata. No entanto, desde 1811, o Paraguai já se sentia independente, mas, somente em 1842, foi formalmente proclamado independente.²³

Como República, o Paraguai possuiu três presidentes: doutor José Gaspar Rodrigues de Francia, de 1811 a 1845; após sua morte, assumiu o poder Antônio Carlos López, até 1862, quando substituiu seu pai e assumiu o governo Francisco Solano López, aquele que iria deflagrar a maior guerra já

ocorrida em território sul-americano de todos os tempos, a Guerra do Paraguai.

A Guerra do Paraguai durou de dezembro de 1864 até março de 1870. Seu estopim foi a invasão do Paraguai a terras brasileiras e argentinas, respectivamente a região de Mato Grosso e Rio Grande do Sul no Brasil e Corrientes na Argentina.

As tropas paraguaias invadiram o forte Coimbra na província brasileira de Mato Grosso no dia 28 de dezembro de 1864. Depois seguiu para as cidades de Miranda, Nioaque, Dourados, Corumbá, chegando ao ponto máximo da invasão em 24 de abril de 1865 na cidade de Coxim.²⁴

Em terras argentinas, Solano López solicitou passagem com o objetivo de atacar a província brasileira do Rio Grande do Sul. Com a negativa do governo argentino, López declarou guerra à Argentina e não hesitou em invadir a província de Corrientes em 13 de abril de 1865.

A partir de então, foi declarada Guerra ao Paraguai. Em 1º de maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, em Buenos Aires, contra um inimigo em comum, o Paraguai, de Francisco Solano López.

A ofensiva paraguaia não parou por aí. São Borja, única cidade brasileira que fazia fronteira terrestre com o Paraguai, foi ocupada pelas forças de López sem grandes dificuldades em 10 de junho de 1865, permitindo chegar até a cidade brasileira de Uruguaiana no dia 5 de agosto do mesmo ano.

Somente em 18 de agosto de 1865 é que as tropas aliadas conseguiram derrotar os paraguaios em Uruguaiana. Na ocasião, o imperador do Brasil, D. Pedro II, e os presi-

entes do Uruguai e da Argentina, respectivamente Venâncio Flôres e Bartolomé Mitre, estavam presentes para ver a rendição paraguaia. Esse foi o início da retração paraguaia, pois, em 31 de outubro de 1865, as tropas paraguaias retiraram-se de Corrientes.

As tropas aliadas invadiram o Paraguai em 16 de abril de 1866 com o objetivo de destruir a fortaleza de Humaitá às margens do rio Paraguai. Esta fortificação era um dos pontos mais protegidos das forças paraguaias e que impediam que a esquadra imperial chegassem até a capital paraguaia, Assunção.

Em 12 de setembro de 1866, Solano López tentou um acordo de paz com o presidente da Argentina, mas não houve acordo. Dez dias depois, os aliados tiveram sua maior derrota na guerra ao tentar invadir a fortaleza de Curupaiti. Foi o suficiente para o governo brasileiro nomear o então marquês de Caxias para ser o comandante em chefe de todas as forças brasileiras, no dia 10 de outubro de 1866.

Em Tuiuti, Caxias implementou mudanças radicais no Exército e transformou, de uma vez por todas, o destino do combate. Melhorou toda a logística de suprimento e os mais diversos utensílios para manter o moral da tropa sempre elevado; melhorou a alimentação de todos os militares;²⁵ reestabeleceu a disciplina; centralizou os procedimentos de comando; regulamentou todo o funcionamento das questões sanitárias e hospitalares da tropa; e, principalmente, proporcionou um treinamento adequado a toda a tropa. A paralisação necessária para implementar as melhorias no Exército durou quase um ano.

Entre abril e setembro de 1867, as tropas brasileiras e paraguaias se enfrentaram

em diversas batalhas, depois denominadas como a Retirada da Laguna. Foram inúmeras baixas, principalmente por causa de uma doença chamada cólera.²⁶

Após a reorganização das tropas implementada por Caxias, inicia-se uma investida à fortaleza de Humaitá. Em 3 de março de 1868, Solano López abandonou Humaitá, deixando aproximadamente três mil homens. Caxias ordenou que Osório atacasse Humaitá com sua tropa. Os brasileiros sofreram grandes baixas, mas logo depois López ordenou que todos os soldados paraguaios evacuassem a fortaleza. Em 25 de julho de 1868, os aliados assumiram Humaitá.

Caxias surpreendeu a todos com uma carta ao ministro da Guerra em que solicitou o fim da guerra. Segundo ele, as injúrias contra os brasileiros já haviam sido vingadas.²⁷ Entretanto, D. Pedro II negou a solicitação e ordenou a continuação da guerra até que Solano López fosse capturado ou expulso do país, conforme constava no Tratado da Tríplice Aliança.

Com a continuação da guerra, Caxias seguiu rumo a Lomas Valentinas, local em que Solano López se encontrava. Seguiu pela margem oposta do rio Paraguai e surpreendeu López com um ataque à retaguarda. Em três batalhas, as forças aliadas destruíram o exército paraguaio: Itororó, a 6 de dezembro de 1868, Avaí, em 11 de dezembro e Lomas Valentinas, em 21 e 27 de dezembro de 1868. Tais batalhas ficaram conhecidas como a “Desembrada”. De maneira inexplicável, López conseguiu fugir de Lomas Valentinas e se esconder nas cordilheiras.

Os aliados ocuparam Assunção, Caxias deu a guerra por terminada e retirou-se do

comando das tropas brasileiras. Conde d’Eu assumiu e conclui a guerra com uma busca implacável, que resultou na morte de Solano López, em 1º de maio de 1870.

Foi o fim da guerra do Paraguai.

Luiz Alves de Lima e Silva, o então marquês de Caxias, ao desembarcar na cidade do Rio de Janeiro foi recebido como um anônimo. Ninguém o aguardava. O comandante de todas as tropas aliadas, aquele que revolucionou e tomou novos rumos à guerra e que efetivamente derrotou Solano López foi subitamente esquecido por seus concidadãos. Esse é o preço da luta e da defesa da pátria. No entanto, em 23 de março de 1869, por decreto do imperador D. Pedro II, Caxias se tornou o duque de Caxias; único na História do Império brasileiro a receber tal título. E, em 25 de junho de 1875, duque de Caxias foi nomeado o presidente do Conselho de Ministros do Império, o segundo na hierarquia, abaixo somente do imperador.

Conforme se pode observar, segundo a Escola dos Annales, a escrita é feita através de uma História de longa duração, apresentando todos os aspectos gerais do assunto (no caso em questão, todas as características geográficas, sociais, econômicas, políticas e culturais do Paraguai da época foram contempladas), para depois, propositalmente, pormenorizar todos os acontecimentos da Guerra do Paraguai e, por fim, particularizar a figura de seu comandante máximo, o duque de Caxias. Nem sempre é uma leitura fácil e agradável, mas, de certa maneira, é uma forma completa de se escrever a História. Entretanto, a “História Nova”, evolução da Escola dos Annales, veio trazer novo ânimo e novas perspectivas para a escrita da História.

A fuga de Francisco Solano López – a História nova

Como uma evolução ao pensamento da Escola dos Annales, surgiu em 1978, na França, a História Nova. Não é uma ruptura, mas apenas uma nova geração de pensadores. A forma como se escreve a História permaneceu a mesma. A diferença crucial para as gerações anteriores dos Annales é o fato de se ter ampliado o campo de análise historiográfico para muito além de tudo o que se havia imaginado como História até então. A morte, o medo, a doença, o sexo, a loucura, além do retorno aos grandes acontecimentos, de eventos e biografias (não aos moldes dos metódicos ou dos pensadores antigos), tudo se pode transformar em História. Tudo é História.²⁸

No calor do combate em Lomas Valentinas, após a transposição pelas tropas brasileiras sobre o Chaco, a travessia do rio Paraguai e as batalhas sobre o rio Itororó e Avaí, que marcaram aquele dezembro de 1868, Francisco Solano López conseguiu escapar de sua fortaleza completamente cercada pelas tropas aliadas. Não havia como fugir.

O que aconteceu?

Antes da batalha em Lomas Valentinas, o general argentino Gelly y Obes, verificando que havia um trecho pouco guarnecido e que mereceria uma atenção maior por parte de Caxias, tendo em vista que por ali facilmente López poderia fugir, resolveu solicitar a Caxias que guarnecesse com mais homens naquele ponto, o potreiro de Marmol, um caminho estratégico que levava até as cordilheiras.²⁹

Naquele momento, Caxias aceitou a sugestão mas preferiu uma tropa exclusivamente brasileira e deixou os argentinos em

Angostura para bloquear a posição inimiga. No entanto, logo depois ordenou novamente a retirada da tropas do potreiro de Marmol e deixou apenas uma guarnição como segurança. No dia 27 de dezembro, antes de iniciar o combate, Caxias convocou as tropas que guarneciam o potreiro e o deixou completamente livre. E, no mesmo dia 27 de dezembro, López consegue fugir em meio a batalha que ele certamente sabia que iria perder. Fugiu ele, sua família e seu estado-maior. Ficou apenas uma infinidade de cadáveres paraguaios espalhados por toda a parte. O que sobrou do Exército Paraguaio foi completamente dizimado naquela ocasião.

Gelly y Obes, ao saber que o potreiro havia ficado desguarnecido e que Solano López fugira justamente por lá, ficou completamente enfurecido com a decisão de Caxias. No entanto, nada mais poderia fazer a não ser continuar a perseguição ao ditador.

Caxias permitiu a fuga de Solano?

Há diversas hipóteses para a fuga do ditador paraguaio.

Muitos militares que participaram do evento relataram que Caxias havia tido uma conferência com López no dia anterior ao ataque. O teor da conversa varia de acordo com cada um dos relatos encontrados. Há a hipótese de uma troca entre um major brasileiro chamado Cunha Matos, preso em um dos ataques paraguaios a Tuiuti. Há também a versão de que Caxias acordara o fim da guerra em troca da fuga de López.

Há uma versão muito aceita também que Solano López, por meio de um diplomata norte-americano, MacMahon, teria negociado sua fuga em troca de sua saída do Paraguai. Ao final, o diplomata não cumpriu sua palavra e

López fugiu sem que ninguém o incomodasse. Tempos depois, o próprio diplomata, ao falar sobre o assunto, não confirmou que Caxias havia efetivamente concordado com o acordo.

Há algumas explicações fundamentadas no estado físico e psicológico do comandante das forças aliadas. É possível que o estado psicológico de Caxias não estivesse em suas melhores condições, tendo em vista o prolongamento da guerra e um sem número de batalhas ocorridas quase sem cessar naquele mês de dezembro de 1868. Além disso, há que se considerar a idade e as condições de saúde do comandante; Caxias já estava com 65 anos de idade, e a guerra impôs uma série de limitações sanitárias e alimentares. Para um jovem já é sacrificante, para um senhor sexagenário é ainda mais difícil o dia a dia na guerra. Portanto, há que se considerar as condicionantes físicas e psicológicas no momento do combate.

A notícia da fuga do ditador se espalhou rápido e causou grande desconforto na tropa. Todos esperavam a captura de Solano. Os relatos sobre o acordo ou a fuga são diversos e cada um à sua maneira.

Mas o que falou Caxias sobre o episódio?

Em discurso no Senado Federal do Império, no dia 15 de julho de 1870, Duque de Caxias esclareceu como tudo aconteceu.

Segundo Caxias, era praticamente impossível descobrir por onde López poderia fugir, visto que o campo de batalha compreendia uma área de 20 quilômetros. Solano fugiu com pouco mais de 60 pessoas; era um número muito pequeno para um contingente em combate de milhares de homens, todos sob tensão e preocupados com sucesso na luta e com a própria vida. O terreno era desconhecido das tropas aliadas, mas os paraguaios

haviam construído a fortificação e conheciam muito bem suas terras.³⁰

Não era de se imaginar que López já havia planejado uma possível fuga. No momento do combate, as decisões são difíceis, conturbadas e parciais. Após a luta é fácil dizer que poderia ter feito de uma forma ou de outra. O fato é que Caxias não confirmou qualquer acordo e que a fuga de López faz parte dos óbices de uma guerra.

No entanto há que se relatar que, por conta dessa fuga, a guerra durou mais 15 meses e milhares de vidas perdidas. Óbices da guerra.

Com o fim da batalha em Lomas Valentinas, a rendição das forças paraguaias em Angostrura e a fuga de Solano López, as tropas aliadas marcharam rumo à ocupação da capital paraguaia, Assunção. De lá, Caxias emitiu a ordem do dia nº 272, de 14 de janeiro de 1869, em que declarou o fim da guerra.³¹ Entretanto, o fim da guerra efetivamente ocorreu somente em março de 1870.

Aqui foi detalhado um pequeno aspecto do conhecido evento chamado “Dezembrada”. Segundo a corrente historiográfica “História Nova”, os eventos e acontecimentos históricos podem ser escritos, mas sob outra roupagem. Além disso, é de se observar o caráter psicológico das decisões, as interferências ocorridas por relatos de ex-combatentes e o foco na fuga do ditador, ao contrário de se analisar a batalha em si. Essa é a proposta da História Nova: abranger novas formas de escrever a História.

Os números da guerra

A Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança teve seu início em 28 de

dezembro de 1864, quando da tomada do forte Coimbra por forças paraguaias, e seu fim se deu no dia 1º de março de 1870, dia em que Francisco Solano López foi morto em Cerro Corá.

A Tríplice Aliança sagrou-se vencedora na batalha, mas os gastos foram inquestionavelmente grandes. O Brasil contraiu muitas dívidas para manter as contas da guerra. Só de empréstimos internacionais, somaram-se 49 mil contos de réis. Os custos totais em cinco anos de conflito chegaram a 614 mil contos de réis. Só para se ter uma ideia dos números, o orçamento anual do Império, antes do início da guerra, foi de 57 mil contos de réis. Isso custou aos cofres públicos brasileiros cerca de 20 anos de déficit.

Ao Paraguai, restou uma dívida a ser paga ao Império, de 460.718 contos de réis.³² A dívida foi perdoada pelo Brasil e Argentina somente no ano de 1940, no Governo de Getúlio Vargas. O Brasil só não perdoou antes, pois temia uma possível invasão argentina ao Paraguai. Sempre foi uma pretensão da Confederação Argentina o fato de anexar o Paraguai a suas terras. No entanto, o Brasil sempre deixou claro que, se por acaso a Argentina incorporasse o Paraguai a seus domínios, obrigatoriamente deveria pagar toda a dívida de guerra imposta ao país derrotado.

Quanto à Argentina, sua economia foi muito beneficiada com a guerra. A atividade pecuária foi uma das que mais lucrou, pois fornecia carne, couro e cavalos para todas as tropas aliadas. Além de pesadas cargas tributárias impostas ao Governo brasileiro, os argentinos ainda ganharam fornecendo trigo e milho.³³

As fronteiras também foram consideravelmente modificadas. O Paraguai sofreu as

penas pela derrota e perdeu território para o Brasil e para a Argentina. As perdas só não foram maiores porque o Brasil interferiu nas negociações entre Argentina e Paraguai. Não que o Império quisesse proteger os interesses paraguaios, mas unicamente porque temia que a Argentina tivesse uma fronteira maior com o Brasil, sendo o Paraguai um entreposto entre as duas nações.

De 1869 a 1876, o Brasil permaneceu com suas tropas em Assunção, em apoio ao Governo Provisório instalado no Paraguai. Neste período, o Brasil manteve uma força de pacificação até que o Paraguai pudesse exercer sua soberania com segurança. No ano de 1876, as forças brasileiras, com um efetivo de 1.894 pessoas, se retiraram definitivamente do Paraguai. No entanto, permaneceram próximas à fronteira para o caso de qualquer emergência no país vizinho.

Duque de Caxias – o nome da guerra

Quem foi duque de Caxias?

Luiz Alves de Lima e Silva nasceu em 25 de agosto de 1803 (atualmente, em 25 de agosto, é comemorado o Dia do Soldado no Brasil, em homenagem ao dia do aniversário do patrono do Exército Brasileiro, duque de Caxias). Já aos cinco anos de idade, juntou-se às fileiras do Exército; era costume crianças serem educadas também nos ambientes da caserna.³⁴ Seu pai, o marechal de campo Francisco de Lima e Silva, foi também um dos regentes no período da Regência brasileira, entre os impérios de D. Pedro I e D. Pedro II.

Antes de combater em terras paraguaias, já havia participado de muitos outros conflitos internos e externos ao Brasil. Participou

ativamente da Guerra da Cisplatina, de 1825 a 1828; da revolta da Balaiada, em 1837, no Maranhão; nas Revoltas Liberais de 1842; na Revolução Farroupilha, que durou 10 anos, de 1835 a 1845, na província do Rio Grande do Sul; na Guerra do Prata, em 1851 e 1852, e na grande Guerra do Paraguai (1864 a 1870).

Militar preparado, disciplinado, inteligente e um impecável estrategista, Caxias soube conduzir todos os conflitos de que participou com toda a garra e patriotismo de um militar sempre pronto a defender sua nação.

Durante a Guerra da Tríplice Aliança, soube reorganizar a tropa, discipliná-la e conduzi-la com todo o respeito que um soldado deve ter para com o outro. Nos momentos em que esteve à frente das forças aliadas, buscou sempre os caminhos que levassem ao menor número de perdas. Até o fim de seu comando, esteve sempre à frente nos combates, dando exemplo de liderança e coragem.

Caxias também participou da política brasileira como senador do império, ministro da Guerra e presidente do Conselho de Ministros. Dos muitos cargos que ocupou, sempre buscou o melhor para o Brasil e para o Exército Brasileiro. Não é à toa que foi escolhido, em 13 de maio de 1962, como patrono do Exército Brasileiro.

Caxias, o maior de todos os soldados, morreu em 7 de maio de 1880, mas deixou seu nome gravado na História do Brasil.

Conclusão

Dezembro de 1868, mês em que Solano López sentiu a força do Exército Brasileiro e de seus aliados, Argentina e Uruguai. Não foi um dezembro qualquer, foi um mês em que quase

40 mil pessoas perderam suas vidas em nome de seu país e de seus concidadãos. Mês em que se viu o grande marechal sagrar-se o maior e mais inteligente de todos os soldados brasileiros. Não sem erros e falhas, mas sempre com a certeza de fazer o possível dentro dos limites de cada um.

A historiografia ensina que a maneira como se escreve a História deve ser pautada sob aspectos que não podem fugir à científicidade adquirida ao longo de mais de um século de História como disciplina acadêmica e como ciência. Hoje é sabido que é impossível ser imparcial ao escrever; no entanto, o que jamais pode faltar é a veracidade das informações e a validade dos documentos. Tudo pode ser usado como vestígio para se escrever e interpretar a História, mas se deve ter o cuidado de dar o seu devido valor.

Como nos tempos antigos não se atribuía muita importância ao fato exatamente como ocorria, o autor se dava ao luxo de incrementar e acrescentar detalhes que melhor pudesse agradar ao leitor. Permitindo-se, como no caso da “Dezembrada”, escrever de forma lírica e livre das amarras da ciência e dos dados.

Com o positivismo e a visão metódica da História, foi possível observar uma escrita suscinta, seca, árida e repleta de documentos comprobatórios sobre os fatos. Desta forma, foi possível compreender como Caxias conseguiu atacar López pela retaguarda utilizando-se de um caminho que poucos ousariam atravessar. O Chaco era a melhor estratégia para se chegar à retaguarda do inimigo. Além disso, foi possível perceber as dificuldades e os números das batalhas de Itororó, Avaí e Lomas.

Pelo olhar marxista, a História foi vista sob a óptica da luta de classes e da supremacia

dos interesses econômicos sobre todos os outros aspectos humanos. O interesse em ganhar mais dinheiro leva nações a lutar umas contra as outras sem nem sequer saber por que estão lutando. É uma forma crítica enxergar a História sob o viés do explorado sobre o explorador.

Com a Escola dos Annales, a “Dezembrada” se transformou em um imenso campo de experiência social, cultural, econômico, geográfico e histórico. É a historiografia utilizando-se de todas as formas de conhecimento para melhor apresentar a História. Com isso, percebe-se que o terreno que as tropas brasileiras percorreram no Chaco e durante as batalhas não era dos melhores; que as pontes que tiveram de atravessar eram de péssima qualidade; que as estradas que tiveram de construir e as trincheiras e fortificações que tiveram de invadir só foram possíveis com o empenho e a garra de cada um dos soldados. Entretanto, apenas foi possível que as gerações seguintes conhecessem e compreendessem esses fatos graças às mãos de diversos pensadores, que mantiveram as informações escritas e seguras.

A História Nova, com seu ar de novidade, sobre as bases consolidadas da Escola dos Annales, permitiu ao leitor compreender que a fuga de López teve várias hipóteses, cabendo só a quem estivesse presente às batalhas e no comando das tropas a defesa das diversas acusações. Caxias teve a chance e o privilégio de se defender e de ser ouvido por todas as gerações até hoje. Graças ao seu pronuncia-

mento como senador do Império, pôde esclarecer a fuga imperceptível, sob seus olhos, do ditador paraguaio. Não é a única versão sobre o fato, mas é a versão daquele que viveu os horrores de comandar e presenciar uma guerra em sua plenitude.

Quanto aos números deste conflito, que durou cinco anos, de 1864 a 1870, eles falam por si. Cofres públicos foram enxugados para bancar a guerra, milhares de mortos e feridos em todas as nações envolvidas, fronteiras repartidas, governos derrubados e outros empossados. E o Exército, desde o século XIX, está envolvido em missões de paz, mesmo que neste caso tenha sido um dos partícipes da guerra.

Caxias não foi imediatamente considerado o grande herói e estrategista do Exército após a Guerra do Paraguai. Demorou para que a historiografia e a sociedade reconhecessem o verdadeiro crédito àquele que definiu o destino e consolidou a vitória aliada no maior conflito armado da América do Sul.

Por fim, a “Dezembrada” foi o início do fim para Francisco Solano López, herói para alguns, ditador sanguinário e comandante controverso e falho para outros. Um mês que entrou para a História como o momento em que Caxias conduziu a guerra para o fim do Exército Paraguaio, formalmente constituído. Pois, depois da “Dezembrada”, López partiu em retirada e passou a lutar apenas em formato de guerrilha, se escondendo até sua morte, em 1º de março de 1870. 

Referências

Biografia resumida do Duque de Caxias. Disponível em: <www.eb.mil.br/patrones/-/asset_publisher/DJfoSfZcKPxu/content/biografia-resumida-do-duque-de-caxias?inheritRedirect=false>. Acesso em 19 maio 2018.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2001.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas: da Idade Média aos nossos dias*. Portugal: Publicações Europa-América, 2012.

BURTON, Richard Francis, Sir. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 1997.

CARR, Edward Hallet. *Que é História?* 4^a Ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1985.

CARVALHO, Affonso. *Caxias*. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 1976.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 3^a Ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2013.

CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: A Guerra do Paraguai*. 17^a Ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1984.

CUNHA, Marco Antônio. *A Chama da Nacionalidade – Ecos da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 2000.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história sobre a Guerra do Paraguai*. 2^a Ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2017.

LIMA, Luiz Octavio de. *A guerra do Paraguai*. 3^a Ed. São Paulo, SP: Planeta, 2017.

MINEIRO JUNIOR, Francisco José. *Retirada da Laguna: derrota ou vitória*. Revista Verde-Oliva – Exército Brasileiro. Brasília, DF, n. 236, p. 16-22, abr/2017.

PERNIDJI, Joseph Eskenazi, PERNIDJI, MaurícioEskenazi. *Homens e mulheres na Guerra do Paraguai*. 1^a Ed. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 2010.

SILVEIRA FILHO, Luiz Cesário da. *Ordens do Dia da Guerra do Paraguai: Primeiro Corpo de Exército, sob o comando do Marquez do Herval*. Rio de Janeiro, RJ: ZL Soluções, 2008.

WESTIN, Ricardo. “Guerra do Paraguai foi feita às apalpadelas”, afirmou Caxias no Senado. Disponível em: <www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/28/201cconflito-foi-feito-as-apalpadelas201d-afirmou-caxias-no-senado>. Acesso em 19 maio 2018.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Os diversos conceitos de História:

Marc Bloch afirma que História é “Ciência dos homens”, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: “dos homens, no tempo”. (2002, p. 55)

Segundo E. H. Carr, a História “se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado”. (1961, p. 29)

- “A história é o privilégio que é necessário recordar para não esquecer-se a si próprio. Ela situa o povo no centro dele mesmo, estendendo-o de um passado a um futuro.” (CERTEAU, 2013, p. XVIII)
- ² Bloch explica que “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vã esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente”. (BLOCH, 2002, p.65)
- ³ “Tasso Fragoso, ao comentar a refrega em que o futuro Patrono teria emitido a célebre exclamação: Sigam-me os que forem brasileiros!” (CUNHA, 2000, p.128).
- ⁴ “Todos escreviam História na tradição da literatura, como grandes obras literárias produzidas para o deleite, ainda não havia a carreira universitária.” (FUNARI e SILVA, 2008, p. 28)
- ⁵ Funari e Silva explicam que “a História, termo grego que já se confunde, no senso comum, com a noção de passado, como se fosse aquilo que aconteceu. Na verdade, história é um termo grego que significava pesquisa, uma observação — de novo, uma noção ligada a algo investigado pela vista”. (2008, p. 14)
- ⁶ “Barthold Georg Niebuhr (1776-1831) foi um dos fundadores da nova Universidade de Berlim, produto do reformismo prussiano, o primeiro historiador da nova era, se assim podemos dizer. Suas palestras sobre a História de Roma, ministradas em 1811-1812, publicadas entre 1827 e 1832, marcam a nova erudição positivista.” (FUNARI e SILVA, 2008, p. 30)
- ⁷ “Mais do que julgar, compreender o passado, baseando-se na crítica erudita das fontes, essas são as pretenções do positivismo historiográfico nascente.” (2008 p. 31)
- ⁸ “A escola metódica quer impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando à objetividade absoluta no domínio da história; pensa atingir os seus fins aplicando técnicas rigorosas respeitantes ao inventário das fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas na profissão.” (BOURDÉ e MARTIN, 2012, p.93)
- ⁹ “A essa altura, os aliados eram 31 mil soldados — 25 mil brasileiros, 5 mil argentinos e mil uruguaios — contra não mais de 18 mil paraguaios.” (DORATIOTO, 201, p. 355)
- ¹⁰ “Após um árduo trabalho de 23 dias, realizado por 3.554 homens, o caminho de onze quilômetros ficou pronto.” (DORATIOTO, 2017, p. 355)
- “Para contornar o ponto de resistência paraguaio, determinou a construção, por 3.500 homens, de uma estrada com onze quilômetros de extensão na margem esquerda do Paraguai, através do Chaco.” (LIMA, 2017, p. 301)
- ¹¹ “Os combates em Itororó começaram às 8 horas e cessaram às 13 horas, com perdas de 1.200 paraguaios — seiscentos mortos —, enquanto os brasileiros, vitoriosos, perderam 1.806 combatentes, entre mortos e feridos...” (DORATIOTO, 2017, p. 360)
- ¹² “Desde o dia 6 de dezembro, o Exército paraguaio havia perdido quase 20 mil combatentes, ou seja, fora destruído. Do lado aliado, quase metade do efetivo brasileiro foi posto fora de combate, num total de 10.079 homens, dos quais 2.099 mortos e 7.980 feridos. Os argentinos tiveram 99 mortos e 464 feridos. Os mortos ficaram espalhados em uma área de quatro quilômetros quadrados, e grande parte dos cadáveres paraguaios era de crianças e velhos; alguns meninos tinham barbas postiças.” (DORATIOTO, 2017, p. 374)
- ¹³ “Na síntese final de Marx, a história significava três coisas inseparáveis entre si e formando um todo coerente e racional: a transformação dos acontecimentos de acordo com objetivos e leis primordialmente econômicas; o desenvolvimento correspondente do pensamento através de um processo dialético; a ação correspondente na forma de luta de classes, que reconcilia e une a teoria e a prática da revolução.” (CARR, 1961, p. 116)
- ¹⁴ “A Guerra do Paraguai foi causada, em conteúdo, por motivos econômicos. Naturalmente, há as questões de limites entre os países, as reivindicações territoriais da Confederação Argentina e do Império do Brasil, para mutilar a jovem República da Paraguai.” (CHIAVENATTO, 1979, p. 11)
- ¹⁵ “Ao terminar, o genocídio foi feito tão eficientemente, que só existiam no Paraguai cento e noventa e quatro mil habitantes. Destes, quatorze mil eram homens, e cento e oitenta mil, mulheres.” (CHIAVENATTO, 1979, p. 349)
- ¹⁶ “...ficou evidente que Francisco Solano López era um ditador quase caricato de um país agrícola atrasado, autor de erros militares que custaram a vida de milhares de seus valentes soldados...” (DORATIOTO, 2017, p. 18)
- ¹⁷ “Nas últimas décadas do século XX, a história da guerra foi ‘retrabalhada’ pelo revisionismo populista,

ao se criar o mito de Solano López grande chefe militar e, absurdamente, líder anti-imperialista. Ao mesmo tempo, desqualificavam-se a atuação dos Exércitos aliados, a resistência e o sacrifício demorados por seus homens, lutando durante anos longe de seus países.” (Idem)

¹⁸ “Com uma população (paraguaia) de cerca de 300 a 400 mil habitantes. (...) estima-se que o Exército paraguaio, naquela oportunidade, contava com um contingente variando entre 28 mil e 57 mil homens.” (CUNHA, 2000, p. 31)

“... calcula em cerca de 80 mil homens o exército paraguaio, em abril de 1865. (BURTON, 1997, p. 33)

¹⁹ “... o número de mortos paraguaios na guerra estaria entre o mínimo de 24.286 e o máximo de 58.857 cidadãos.” (DORATIOTO, 2017, p. 457)

²⁰ “Os limites da República são indeterminados; e sobre esse assunto, o país tem diferenças com todos os seus vizinhos — com o Brasil, com a Bolívia e com a Confederação Argentina.” (BURTON, 1997, p. 29)

²¹ “Havia pouca instrução secundária e um único instituto no qual se permitia o ensino superior.” (BURTON, 1997, p. 38)

²² “Os únicos livros permitidos eram piegas vidas de santos, uns poucos volumes de viagens, subsidiados e autorizados pelo Estado, e horrendas litografias provavelmente impressas em Assunção.” (BURTON, 1997, p. 38)

²³ “A independência paraguaia só foi formalmente proclamada em 1842.” (DORATIOTO, 2017, p. 24)

²⁴ “24 abr. 1865 – No Mato Grosso, os paraguaios chegam a Coxim, ponto máximo da invasão.” (DORATIOTO, 2017, p. 563)

²⁵ “Ao assumir o comando, Caxias se empenhou em proporcionar uma alimentação de melhor qualidade às praças, assim como determinou o fornecimento aos oficiais de uma ração em gêneros, vinhos e dinheiro.” (CUNHA, 2000, p. 80)

²⁶ “De quase três mil homens que chegaram a compor a força expedicionária, apenas 700 voltaram a Porto Canuto.” (MINEIRO JÚNIOR, 2017, p. 21)

²⁷ “14 ag. 1868 – Caxias defende, em carta ao ministro da Guerra, o barão de Muritiba, o fim da guerra.” (DORATIOTO, 2017 p. 568)

²⁸ “Se a primeira geração foi marcada pelas preocupações de uma história socioeconômica e psicológica, e a segunda, por preterir o imaginário e a psicologia coletiva em benefício do socioeconômico e do demográfico, a terceira o é pela recusa e aceitação desses diferentes vetores.” (FUNARI e SILVA, 2008 p. 71)

²⁹ “Em 26 de dezembro, os comandantes aliados se reuniram para traçar o plano de ataque. Gelly y Obes propôs a Caxias que trouxesse o regimento San Martín, que participava do cerco de Angostura, para fortalecer a força do coronel Vasco Alves, que se encontrava no poteiro de Marmol, ponto tido como única alternativa de retirada de Solano López. Esse local tinha grande importância estratégica, por ele passando caminhos que conduziam a Cerro Léon, Itá, Itaquá e Pirajú.” (DORATIOTO, 2017 p. 373)

³⁰ “[...] eu não podia saber por onde López fugira. O Exército inimigo desfez-se na frente do nosso [...].” Trecho do discurso do Duque de Caxias no Senado em 15 de julho de 1870. (DORATIOTO, 2017 p. 379)

³¹ “Na ordem do dia nº 272, de 14 de janeiro, Caxias declarou a guerra terminada.” (DORATIOTO, 2017 p. 386)

“Dentro de um organismo como o Exército, organizado hierarquicamente, e intimamente ligado ao Estado, sua administração reflete-se pela expedição de ordens, tomadas de decisões, análise de solicitações, entre outros aspectos. Esses atos são pautados não só pelas leis gerais que regem o país, mas também por normas específicas, inerentes àquela Instituição. E ontem, como hoje, as ações são diárias, algumas vezes abrangendo toda a corporação, dentro e fora do território nacional (...). Assim, sistematicamente desde 1857, as decisões exaradas pelo Governo e pelo Ministério da Guerra foram comunicadas a todo o Exército através de “Ordem do Dia” (...).” (MARTINS, 2008, p. 7)

³² (DORATIOTO, 2017 p. 461).

³³ “Comerciantes de Buenos Aires enriqueceram com o ouro brasileiro que chegou à cidade como pagamento de fornecimentos ao Exército imperial, e o governo argentino aproveitou para cobrar impostos de mercadorias em trânsito do Brasil para o Paraguai.” (DORATIOTO, 2017 p. 463)

³⁴ “Segundo os usos e privilégios das famílias militares de alta linhagem, como a sua, também assenta praça, aos cinco anos de idade, no Regimento de Bragança, em cujas fileiras segue todos os postos...” (CARVALHO, 1976, p. 6)

A liderança de Caxias na Guerra da Tríplice Aliança

*Átila Queiroz de Barros**

...o Brasil lutará contra seus bravos vizinhos do Paraguai em uma guerra que não deseja, que não provocou e ainda hoje lamenta, mas que não pode evitar por lhe ter sido imposta por um adversário que o veio acometer no âmbito das próprias fronteiras.

(FRAGOSO, 2009, 1 v., p.260)

Introdução

O descobrimento e a posterior ocupação do atual território da América do Sul foram consequências diretas da expansão marítima, culminando com a chegada dos espanhóis à América em 1492 e dos portugueses ao Brasil em 1500.

Os países ibéricos lideravam então a arte da navegação e, naturalmente, disputaram as terras até então desconhecidas, resultando no Tratado de Tordesilhas e a divisão do mundo.

Do descobrimento passou-se à exploração e depois à ocupação dos espaços, com a instalação de uma infraestrutura administrativa que perenizasse a exploração dos territórios.

Entretanto, a geografia da América do Sul foi determinante na ocupação desses espaços. Duas grandes entradas levam ao interior do subcontinente: os rios Amazonas, ao Norte, e o da Prata, ao Sul. Os grandes

obstáculos foram e ainda são a Floresta Amazônica e a Cordilheira dos Andes.

A fricção entre esses povos teria de acontecer em algum momento. Os vales dos rios Paraguai, Paraná, Uruguai e da Prata foram as estradas que pavimentaram o maior conflito armado da América do Sul.

A Guerra da Tríplice Aliança colocou em lados opostos a aliança formada pelo Império do Brasil, a Argentina e o Uruguai contra o Paraguai, embora a guerra tenha sido travada contra o ditador paraguaio Solano Lopez no período de 1864 a 1870.

Vários personagens de destaque dos países envolvidos participaram da contenda, sobressaindo-se o brasileiro duque de Caxias, que teve a responsabilidade de colocar em marcha as tropas aliadas após quase dois anos estacionada, conduzindo-as até a capital do país adversário.

Este ensaio tem por objetivo destacar a liderança exercida por duque de Caxias na Guerra da Tríplice Aliança, constituindo-se no artífice da vitória aliada.

* Cel Inf R/1 (AMAN/91, EsAO/98, ECEME/08), graduado em Administração de Empresas (Universidade do Sul de Santa Catarina). Atualmente, é Subdiretor do CIPAS.

Liderança Militar utilizada neste trabalho será a contida no Manual de Liderança Militar (BRASIL, 2011), assim definida:

A liderança militar consiste em um processo de influência interpessoal do líder militar sobre seus liderados, na medida em que implica o estabelecimento de vínculos afetivos entre os indivíduos, de modo a favorecer o logro dos objetivos da Organização Militar em uma dada situação.

A guerra

Antecedentes

O Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata assinaram a Convenção Preliminar de Paz em 27 de agosto de 1828, pondo fim a guerra no extremo meridional devido à anexação do território do Uruguai ao Brasil.

Em tese, o recém-independente Uruguai ficava livre dos interesses do Brasil e da Argentina, fato que não se comprovou nos anos subsequentes, devido à importância estratégica daquele país — o controle da parte norte da foz do rio da Prata.

Após sua independência, o Uruguai viveu momentos de intensa turbulência, pois os grupos políticos oscilavam entre o Brasil e a Argentina, trazendo intranquilidade e ataques aos brasileiros residentes no Uruguai e na fronteira com o Rio Grande do Sul.

A situação se agravou, resultando na Missão Saraiva e no ultimato, em agosto de 1864. Tudo foi feito para que os problemas dos ataques a brasileiros fossem resolvidos diplomaticamente. Como não foi aceito pelo governo uruguai, o Brasil destacou o Exército do Sul ou Divisão de Observação e a esquadra brasileira, que ocuparam Montevidéu.

O Uruguai, pressionado pelo Brasil ao Norte e pela Argentina ao Sul, solicitou a participação do Paraguai como mediador do problema, o que não foi aceito pelo Império.

As operações no Uruguai foram finalizadas em 20 de fevereiro de 1865, quando as ações paraguaia contra o Brasil já estavam em curso.

Para o Brasil, a livre navegação do rio Paraguai era fundamental para a ligação com a província de Mato Grosso. Entretanto, Solano López condicionava esta necessidade brasileira à solução dos problemas de limites.

Invasões paraguaiaias ao território brasileiro

O ditador paraguaio decidiu iniciar os ataques efetivos ao Império ao aprisionar o navio brasileiro Marquês de Olinda, em 10 de novembro de 1864, e ao invadir a província de Mato Grosso, em 23 de dezembro do mesmo ano. Esta invasão do solo pátrio permaneceu até 3 de abril de 1868, quando houve a evacuação paraguaia devido ao avanço dos aliados em direção a Assunção.

Um fato marcante foi a invasão paraguaia à cidade de Corrientes em 25 de janeiro de 1865, pois a Argentina negou a passagem paraguaia em sua intenção de atacar o sul do Brasil. Deste fato resultou a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança entre o Império do Brasil e as repúblicas da Argentina e Uruguai, assinado em 10 de maio de 1865, isolando o Paraguai.

Os paraguaios se apoderaram de São Borja em 10 de junho de 1865 (FRAGOSO, 2011) e prosseguem até Uruguaiana, passando por diversas outras vilas menores, saqueando e tratando desumanamente a indefesa população civil. Cem dias após a invasão paraguaia ao sul do Brasil, houve a rendição em Uruguaiana,

com a presença do Imperador Dom Pedro II.

A partir desse momento, dá-se efetivamente o início do ataque aliado, quando então forças são deslocadas para o território argentino e inicia-se a preparação da entrada em território paraguaio.

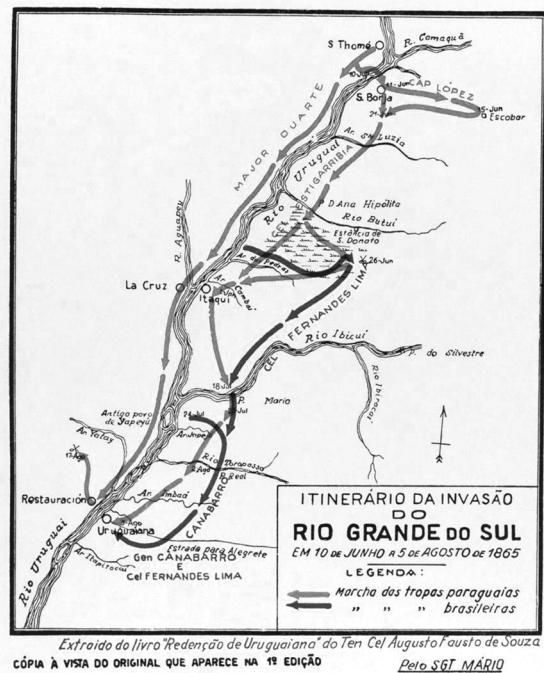


Figura 1 – Invasão paraguaia ao Rio Grande do Sul
Fonte: FRAGOSO, 2012

Atividades anteriores ao comando de Caxias

O Paraguai utilizou a cidade argentina de Corrientes como base, aproximando a logística da área de operações. Cabe ressaltar que esse era o pensamento do presidente argentino Bartolomeu Mitre, que via a invasão do sul do Brasil como uma frente secundária. Assim, o objetivo seria a expulsão dos paraguaios daquela cidade.

A partir de então, tropas aliadas foram deslocadas por terra e com meios fluviais

para as proximidades de Corrientes.

Salienta-se que, no dia 11 de junho de 1865, a Marinha brasileira conseguiu derrotar e praticamente destruir a Marinha paraguaia na Batalha Naval do Riachuelo, constituindo-se em um ponto de inflexão na contenda, pois o deslocamento pelos rios (comunicações e apoio logístico) era fundamental para as operações, além de resguardar a capital portenha dos ataques do tirano paraguaio (FRAGOSO, 2011, 2 v).

Após quatro meses de preparação, tropas aliadas pisam o Paraguai em 16 de abril de 1866, dando-se o desembarque aliado pelo rio Paraguai e não pelo Paraná, como esperavam os paraguaios com mais de sessenta e cinco mil homens.

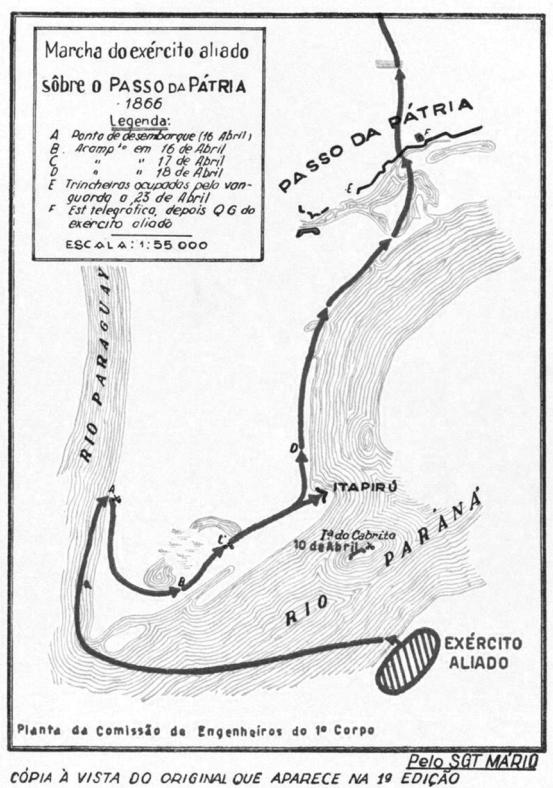


Figura 2 – Desembarque aliado em território paraguaio
Fonte: FRAGOSO, 2012

Grandes desafios já tinham sido vencidos, mas outros tantos iriam surgir até o final da campanha, cabendo realçar o seguinte:

Destarte, os aliados invadiriam o Paraguai pisando um terreno difícil, como veremos, sem cartas para orientá-los, sem guias seguros e achando o desconhecido na sua frente. Fariam uma guerra às apalpadelas, conforme se disse com perfeita exatidão. (FRAGOSO, 2011, 2 v., p. 47)

O terreno plano, cortado por esteiros, dificultava sobremaneira as operações, agravado pelo fato de que todo o apoio logístico vinha da cidade argentina de Corrientes, até mesmo a alimentação dos animais, tendo em vista que os recursos locais eram impróprios.

Várias batalhas importantes foram travadas, destacando-se a 1^a Batalha de Tuiuti, quando cerca de 30.000 aliados combateram 24.000 paraguaios, além da vitória de Curuzu e o flagrante revés de Curupaiti.

O comando de Caxias

O Duque de Caxias



Caxias aos 75 anos em 1878

Figura 3 – Duque de Caxias

Fonte: Wikipedia®

Após a invasão do território pátrio e diante do despreparo do Brasil, o marquês de Caxias foi questionado de como preparar-se para uma guerra praticamente em curso. A resposta veio no dia 25 de janeiro de 1865, com o seguinte teor:

Elevar imediatamente o Exército a cinqüenta mil homens, ficando cinco mil na reserva; tirar da Guarda Nacional as praças necessárias para os corpos de primeira linha; organizar os corpos de voluntários com oficiais da Guarda Nacional e de linha. (PEDROSA, 2004, p. 251)

Do exposto acima, pode-se confirmar o respeito e a confiança que todos depositavam em Caxias nos momentos mais difíceis.

Por decreto de 10 de outubro de 1866, o Governo imperial nomeou o marechal de exército marquês de Caxias comandante das forças brasileiras em operações no Paraguai, entregando-lhe também a direção da esquadra. Desta forma, colocou à frente das tropas um militar de capacidade reconhecida e unificou os comandos terrestre e naval.

FRAGOSO (2011) comprova o prestígio e a necessidade de Caxias naquele momento em que os aliados não conseguiam avançar. Eis como Zacarias de Góis e Vasconcelos, então presidente do Conselho, explicou a威ameaçao de Caxias em discurso proferido no Senado em 8 de junho de 1868:

O nobre Marquês de Caxias teve o grande mérito de sopitar todas as intrigas; foi um grande serviço que prestou ao país. Depois do desastre de Curupaiti, o exército e a armada estavam em más circunstâncias, não pelo desastre em si, que era nada na guerra, mas porque os chefes achavam-se em desarmonia, havendo as intrigas estado sufocadas até que aquele desastre revelou

a discórdia que entre eles reinava, caso em que o governo considerou rigorosamente indispensável a ida do nobre Marquês de Caxias.

No dia 18 de novembro, chegou Caxias a Tuiuti. A partir de então, realizou as ligações necessárias com os comandantes em todos os níveis, dirimindo as intrigas e resgatando a indispensável união de esforços tão necessária em uma guerra.

Em 18 de outubro de 1866, o governo decidiu mobilizar o 3º Corpo de Exército no Rio Grande do Sul, nomeando o bravo general Osório como comandante, sendo assim relatado:

Caxias procedia sensatamente apelando para a colaboração franca e decisiva do general Osório, cuja volta ao seio das tropas combatentes serviria para animá-las a novas empresas e para lhes levantar o moral. (FRAGOSO, 2011, p. 188)

O Marquês, com essa ação, acercou-se de militares de indubitável competência e liderança, o que muito contribuiu para os sucessos futuros.

Caxias passou à reorganização das tropas brasileiras, visitando os estabelecimentos militares e racionalizando tudo o que era possível, como a fundição dos hospitais de campanha, evitando mais sofrimento aos enfermos, e a regularização dos serviços administrativos ao visitar os depósitos, conforme relata FRAGOSO (2011).

Entretanto não se esqueceu da segurança, providenciando logo para que alguns navios de pequeno calado policiassem o rio Paraná e impedissem que por ele fossem enviados recursos aos paraguaios.

A posição principal de Tuiuti foi melhorada, pois Caxias projetava utilizá-la como

base no seu movimento para o Norte, dedicando especial cuidado na segurança dos depósitos e salvaguardando sua linha de comunicações (FRAGOSO, 2011, p. 204).

Introduziu os aerostatos para observar as posições e os movimentos do inimigo, permitindo a consciência situacional e a adoção de ações eficazes de acordo com a situação.

Bartolomeu Mitre, presidente argentino e comandante supremo das forças aliadas, determinou que a esquadra brasileira ultrapassasse a posição fortificada de Humaitá como ação preliminar à marcha de flanco que seria realizada em terra. Entretanto, havia discordância da armada e receio que o objetivo real seria a destruição da armada brasileira, o que gerou desconforto entre os chefes aliados.

A discordância entre Mitre e Caxias reproduzia a desconfiança das intenções sempre presente entre o Império do Brasil e a República da Argentina, ficando patente quando Caxias assim afirmou que

o espírito do general D. Bartolomeu Mitre atuou pensamento oculto e maléfico com referência ao Império e à presente guerra, e que nossa boa-fé e sinceridade estavam bem longe de serem por ele compreendidas. (FRAGOSO, 2011, p. 311)

Em 25 de julho de 1868, Humaitá é ocupada pelos aliados, pois os paraguaios haviam evacuado a posição. Desta forma, foi ultrapassado o obstáculo que tanto problema havia imposto às tropas aliadas, transformando-se em base aliada com depósitos, hospitais, repartições e tribunais, que eram mantidos em Corrientes.

Acontecimento fundamental para as operações futuras aconteceu em 13 de janeiro

de 1868, quando Mitre passou o comando das tropas aliadas a Caxias, provocado pela morte do vice-presidente argentino. Daí em diante a situação foi assim relatada:

A ascensão de Caxias ao posto de generalíssimo foi um dos acontecimentos mais felizes da guerra contra López, pois occasionou benefícios extraordinários às operações; supriu rivalidades e permitiu que a atividade infatigável e o tino militar desse general ilustre se desenvolvessem com absoluta independência em proveito da causa comum. (FRAGOSO, 2011, p. 374)

Fruto do desconhecimento da área, dos problemas relacionados à discordância entre os comandantes aliados, das imensas dificuldades logísticas, entre outras, o avanço aliado no início foi pífio, como assevera FRAGOSO (2011):

Destarte, as suas tropas gastaram cerca de dois anos e três meses para avançar dentro do território inimigo — na direção geral do Norte, e a partir do Passo da Pátria — apenas uns 40km em linha reta.

A velocidade do combate mudou com a ultrapassagem de Humaitá, pois Caxias logrou colocar as tropas aliadas em contato com o grosso das tropas paraguaias, gastando trinta e seis dias para deslocar-se de Humaitá até Palmas, cerca de 200km.

As tropas paraguaias apresentaram-se em uma posição defensiva muito bem montada, com 9km de trincheiras, apoiada na lagoa Ypoá. Caxias tinha duas opções: desbordar pela direita, ultrapassando grandes obstáculos, ou pela esquerda, utilizando o Chaco, desbordando as baterias inimigas situadas no rio Paraguai. Decidiu-se pelo Chaco, e as tropas brasileiras deram uma prova cabal de sua capacidade de vencer obstáculos, quando foi construída uma estrada em terreno impróprio, assim relatado:

A extensão do novo caminho era de 10.714m. Tinham-se construído 2.930m de estiva com troncos da palmeira carandá; cada tronco era seccionado em três pedaços. Foi preciso derrubar cerca de seis mil palmeiras para obter o material necessário. Os trabalhos de construção haviam durado apenas 23 dias. (FRAGOSO, 2012, 4 v., p. 45)

Parece óbvio que a presença brasileira no Chaco não era desconhecida por López, mas não se acreditou que os adversários fossem capazes de transitar ali com tropas tão numerosas.

A grande manobra concebida por Caxias foi desbordar a posição defensiva paraguai a pela esquerda, utilizando o Chaco, e ultrapassar para a margem esquerda do rio Paraguai em Santo Antônio, evitando a posição defendida de Villegas, atacando-a posteriormente pela retaguarda. Esta manobra foi determinante para os resultados posteriores, como é claramente dito:

Tais são os esclarecimentos de Thompson. Deixam-nos ver claramente que López havia reconhecido a inutilidade do seu primeiro trabalho. A manobra de Caxias, contornando-o pelo Chaco e vindo depois atacá-lo na retaguarda, baldara-lhe o esforço e anulara a posição que ele havia construído ao norte do Piquissiri com tanta habilidade e senso tático. (FRAGOSO, 2012, 4 v., p. 91)

A transposição foi efetuada no dia 5 de dezembro de 1868, com o apoio fundamental dos navios brasileiros. Ao longo de um dia, mais de 17 mil homens encontravam-se posicionados a três léguas a norte de Villegas.

Dezembro de 1868 reservou páginas inolvidáveis do gênio militar de Caxias. Desembarcada a tropa em Santo Antônio, mandou o general Argolo ocupar a ponte

de Itororó, passagem obrigatória na direção sul. Entretanto, este não pôde executar de imediato a ordem, pois não tinha cavalaria suficiente. Posteriormente, encontrou a ponte com 5.000 paraguaios e 12 bocas de fogo.

No dia 6 de dezembro, deu-se o combate de Itororó. Após avanços e recuos, ordenou Caxias que Osório desbordasse a posição para surpreender os paraguaios por uma picada. Entretanto, o combate evoluiu e exigiu do generalíssimo a ação de um líder para evitar o caos. A tropa aliada começou a recuar, e Caxias, no intuito de infundir coragem às suas tropas, decide conduzi-las diretamente. Desembainha sua espada e lança a exclamação que ficou histórica: “Sigam-me os que forem brasileiros” (FRAGOSO, 2012, 4 v., p. 66).

Esse ato de Caxias galvanizou a tropa, pois seus subordinados viram um velho soldado lançar-se à frente com destemor, mostrando-lhes o caminho e dando um exemplo do que é ser um líder, intervindo com oportunidade e expondo-se aos mesmos perigos.

Sobre o mesmo evento, salienta Thomas Whingham, em seu livro *La Guerra de la Triple Alianza* (p. 252):

Mas o gesto de Caxias não havia sido nem impetuoso nem romântico, mas calculado, com independência de que, apesar de seus sessenta e quatro anos, sentia em suas veias a paixão e a firmeza de um jovem oficial [...] “Todos vocês que são brasileiros”, gritou, “sigam-me!” e se dirigiu a todo galope para a ponte com as unidades restantes a sua retaguarda. (tradução nossa)

No dia 11 de dezembro, foi travada a batalha do Avaí, em que as tropas aliadas mais uma vez demonstraram sua capacidade

combativa, vencendo o bravo inimigo em mais de cinco horas de combate.

A 21 de dezembro, Caxias ataca a posição defensiva paraguaia do Piquissiri e a conquista. Seguiu-se ainda o combate de Ita-Ibaté, em 27 de dezembro, e a rendição da posição artilhada de Angostura, em 30 do mesmo mês.

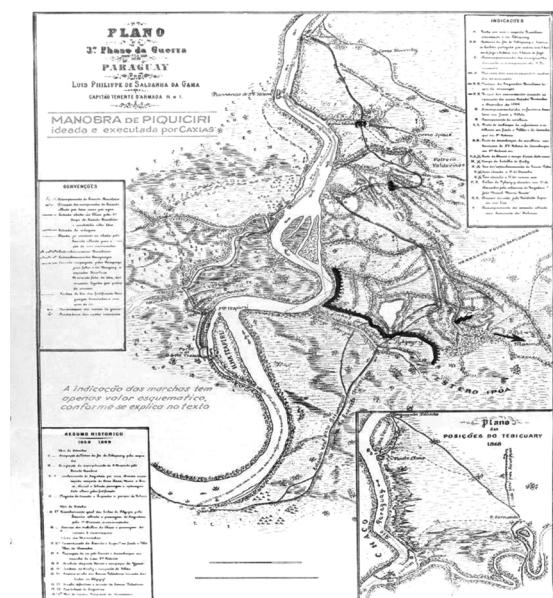


Figura 4 – Dezembrada
Fonte: FRAGOSO, 2012

Após essas vitórias, Caxias, após breve parada para reorganizar as tropas em Ville-ta, prossegue para Assunção, ocupando-a em janeiro de 1869.

Após mais de dois anos em campanha, o sexagenário Caxias oficiou ao ministro da Guerra, a 12 de janeiro, nos seguintes termos:

No caso que o governo julgue em sua sabedoria que não me deve demitir, rogo a V. Exa. que ao menos, em remuneração dos serviços que eu penso que aqui ter prestado, me conceda três meses de licença, para ir tratar de minha saúde onde me convier,

prometendo voltar logo que me ache melhor. (FRAGOSO, 2012, 4 v., p. 140)

Esta foi a remuneração solicitada por esse insigne chefe e líder das tropas aliadas.

A 3 de fevereiro, por ordem de Caxias, navios brasileiros chegam a Cuiabá, abrindo definitivamente a ligação fluvial perdida desde o aprisionamento do Marquês de Olinda.

A 17 de janeiro, Caxias foi acometido de uma sícope, que o obrigou a passar o comando no dia posterior e retornar ao Brasil. Findava, deste modo, a participação desde exemplar soldado brasileiro nessa campanha.

Em 9 de janeiro de 1872, foi assinado o tratado de paz entre o Brasil e o Paraguai (FRAGOSO, 2012, 5 v., p. 285) e, em 22 de junho de 1876, os últimos militares brasileiros deixavam a cidade de Assunção.

O Brasil levou ao Paraguai cerca de 130 mil homens do Exército e 9 mil homens da Marinha, totalizando 139 mil combatentes. Destes, cerca de 24 mil foram mortos, feridos ou extraviados.

Considerações finais

A Guerra da Tríplice Aliança foi um verdadeiro descalabro econômico para o Império, pois teve de emitir papel moeda e fazer empréstimos para sustentar a guerra.

Referências

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**. 3^a ed. Buenos Aires: Emecè Editores, 2008.

EME. Estado-Maior do Exército. **Portaria nº 102-EME, de 24 de agosto de 2011**. Manual de Campanha C20-10 – Liderança Militar, 2^a ed., 2011.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009, 2011 e 2012.

Não há dúvida de que essa guerra influiu nos eventos posteriores do Brasil, acelerando o fim do Império em 1889.

Ficou sobremaneira evidente a liderança exercida por Caxias. Inicialmente, reorganizando as Forças e unificando o comando das tropas brasileiras. Posteriormente, colocou em marcha as tropas depois de mais de dois anos sem avanço no cerco e ocupação de Humaitá, no desbordamento pelo Chaco da posição defensiva do Piquissiri, na série de vitórias de dezembro de 1868 e, sobretudo, por ter executado tudo isso sendo um sexagenário.

Caxias recebeu diversas críticas sobre a condução da guerra. Entretanto cabe a reflexão de Dionísio Cerqueira:

Mas a crítica aos grandes mestres sempre é fácil. A arte da guerra é aquela em que se cometem mais erros. Até os maiores capitães se descuidaram, como o divino Homero. Segundo um ilustre oficial francês, a guerra é uma série de erros onde vence o que menos erra. (DORATIOTO, 2008, p. 375; tradução nossa)

Experiência, inteligência, coragem moral e física foram sobejamente comprovadas em diversas situações reais de conflito, ensejando sua designação como o patrono do Exército Brasileiro em 1962, sendo seu natalício comemorado como o Dia do Soldado. 

PEDROSA, José Fernando Maya. **A Catástrofe dos Erros:** razões e emoções na guerra contra o Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

WHIGHAM, Thomas. La Guerra de La Triple Alianza. 1^a ed. Asunción: Prisa Ediciones, 2012.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

A Travessia do Chaco

*Luciano Rocha Silveira**

Qual o resultado dessa manobra?

A conclusão dessa extraordinária manobra de guerra, concebida pelo generalíssimo Luís Alves de Lima e Silva, então marquês de Caxias, comandante das tropas aliadas, pode ser sintetizada no trecho de sua Ordem do Dia de número 272, de 14 de janeiro de 1869, quando já ocupava Assunção, capital do Paraguai:

...Por melhor que fosse o plano que concebi de contornar o inimigo pelo flanco esquerdo, evitando assim ter de atravessar as dificuldades quasi insuperáveis que se oppunham á chegada de nossas tropas á frente do flanco direito da linha do Pykyciry, elle não teria sido coroado do exito prospero e completo que se verificou, se não fôra a passagem do nosso exercito pelo Chaco, base de todas as nossas ulteriores operações...¹

O que os aliados tinham pela frente?

Solano López, após a queda da Fortaleza de Humaitá (Jul 1868), se retrai para o Norte e concentra suas tropas ao longo do rio Tebicuary, na margem esquerda do rio Paraguai, além de deixar uma guarnição em Timbó, um pouco acima de Humaitá, na margem direita do rio Paraguai; mais tarde (22 Ago), foi registrado o abandono de tal guarnição.

Caxias reorganiza suas tropas e transfere seus meios de apoio de Corrientes para Hu-

maitá, deixando o general Alexandre Gomes de Argolo Ferrão Filho, no comando da Fortaleza.

17 de agosto foi o dia fixado por Caxias para início de deslocamento. Choveu impiedosamente nos dias 17 e 18. Caxias adia a partida das tropas. O tempo melhorou. Pela manhã de 19, a tropa acampa ao norte do arroio Hondo. No dia seguinte, Mena Barreto passou Ñeembucú e estacionou próximo a Pilar.

De 21 a 26 foram deslocamentos penosos, cheios de atoleiros e lamaçais, com trabalhos constantes de engenharia no apoio ao movimento, construindo pontes de batéis² ou sobre flutuadores de borracha.

Pelo rio Paraguai, seguia a bagagem do Exército, equipagem de pontes, tipografia, canhões e munições de artilharia e infantaria.

Nesse deslocamento, aconteceram piquetes inimigos que foram prontamente rechaçados.

Os brasileiros deparam com os paraguaios, no rio Tebicuary, onde mantinham uma artilharia volante e mais cavalaria e infantaria para barrar a travessia. Sob o comando do barão do Triunfo³ e sob a orientação de Caxias, a cabeça de ponte foi tomada com poucas baixas das tropas brasileiras. Informações de prisioneiros feitos nesse embate, Caxias toma ciência de que López, desde 24 de agosto, havia-se retirado em direção à Villeta e que a guarnição no Tebicuary foi deixada apenas para retardar o avanço dos aliados.

* Cel Rsm (AMAN/71, EsAO/81), pós-graduado em Docência no Ensino Superior (Faculdade de Educação São Luís, Jaboticabal-SP); ilustrador do livro Apontamentos sobre a Revolução Acreana: anotações de guerra de José Plácido de Castro (214 ilustrações), autor do livro Engenharia, História, fatos e ícones. Atualmente, serve no DEC.

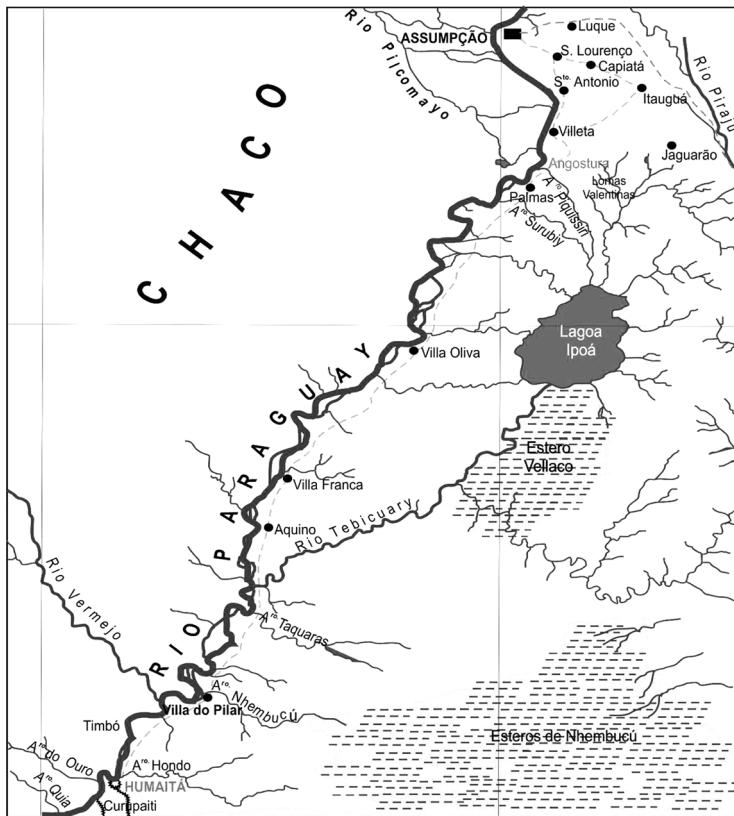


Figura 1 – Teatro de operações (julho a dezembro de 1868)

Fonte: desenhado por este autor, com base em mapas do alferes Emílio Carlos Jordan, 1868

Além de Tebicuary

Segundo Thompson,⁴ o território entre o rio Paraguai, o rio Tebicuary, a lagoa Ypoá e Angostura era completamente plano e cortado de muitos esteiros.⁵ Ao longo do Paraguai e do Tebicuary, estendia-se um mato estreito, mas também pantanoso, por onde se guia a Estrada Real.

Em uma extensão de cerca de duas léguas⁶ ao sul do arroio Piquissiri, o solo era coberto de mato e de palmeiras e completamente intransitável, salvo na Estrada Real, o que dificultou também o recuo de López.

Tebicuary foi transposto com o auxílio dos pontoneiros e da esquadra da Marinha Imperial, que entrou em choque com as baterias de 26 a 28 de agosto. A manobra de transposição daquele rio ocorreu de 1º a 6 de setembro.

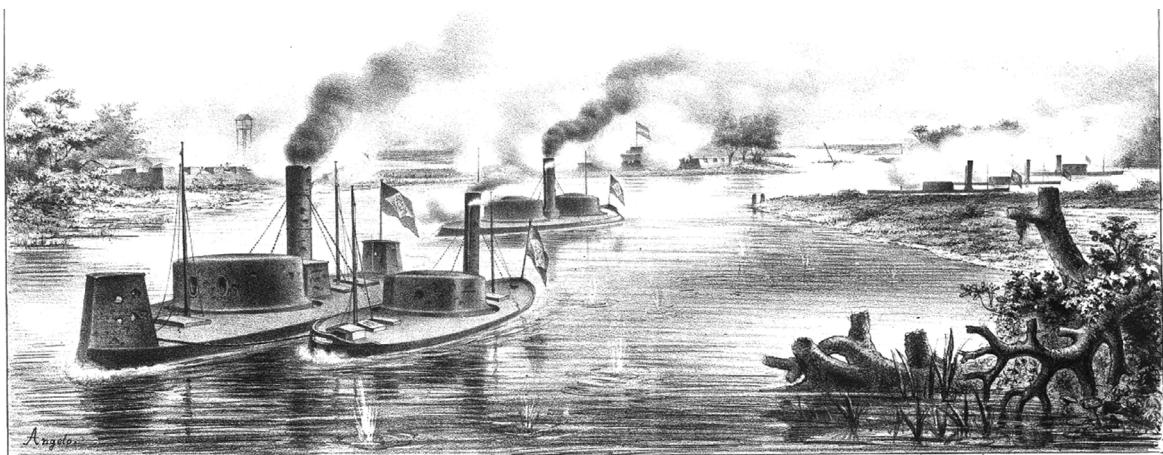


Figura 2 – Da esquerda para a direita: encouraçado Bahia, monitor Alagoas e encouraçado Silva (rio Paraguai); monitores Piauhy e Rio-Grande e o encouraçado Barroso (rio Tebicuary); havia uma bateria com três peças de 68mm e uma peça raiada de 32mm

Fonte: gravura de Angelo Agostini, publicada na revista A Vida Fluminense, nº 34, de 1868

As baterias de Angostura foram reconhecidas e atacadas pelo capitão de mar e guerra Mamede de Simões, do encouraçado Lima Barros, e por José Costa Azevedo, do encouraçado Silvado, em 7 de setembro. As informações do reconhecimento só chegaram a Caxias em 13 de setembro.

Os aliados depararam com o inimigo na passagem do arroio Paraí, em 20 de setembro. O barão de Triunfo, na vanguarda, pôs em desbandada o inimigo, que se escondeu no mato próximo.

Foi construída uma ponte de circunstância que foi concluída em 21 de setembro; em 22, a vanguarda já havia ultrapassado o arroio Tuiuti. Reconhecimentos haviam denunciado a presença de inimigos no arroio Surubiy. Triunfo avança e toma a cabeça de ponte. Segundo Centurion,⁷ ali fora uma emboscada preparada por López, sob o comando do capitão Bado, que depois recebe o apoio do major Rojas; estes, feridos, se tornaram prisioneiros. Só então o Exército de Caxias acampa em Palmas, completando essa manobra em 26 de setembro, firmando sua base de operações. Foram 36 dias para percorrer cerca de 200km, de Humaitá a Palmas.

O que foi a Linha de Piquissiri?

O primeiro reconhecimento foi feito em 28 de setembro pelo coronel Silva Tavares, pelo flanco direito do acampamento dos aliados, e pelo tenente-coronel Tibúrcio, pela frente este foi hostilizado.

Caxias fez reconhecimentos em 29 de setembro e 1º de outubro. Osório se aproximou ao máximo do arroio Piquissiri e foi recebido

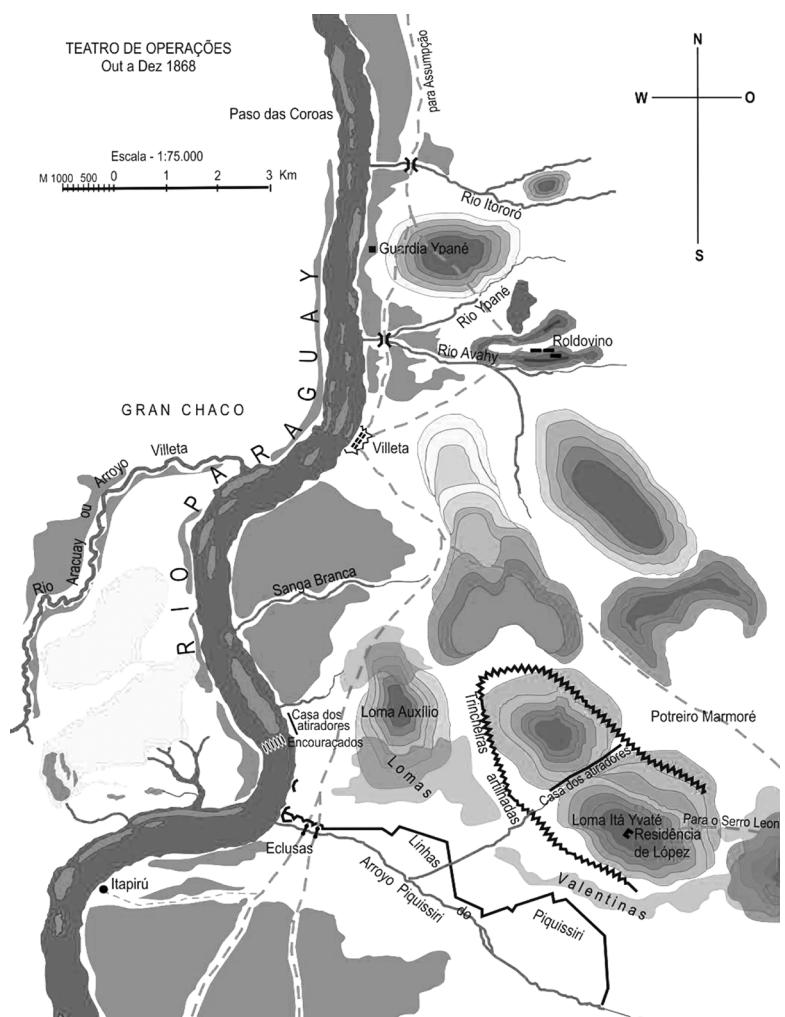


Figura 3 – Teatro de operações (julho a dezembro de 1868)

Fonte: desenhado por este autor, com base em mapas do alferes Emílio Carlos Jordan, 1868

com tiros de artilharia e fuzilaria. Mesmo assim, completou o reconhecimento verificando que o arroio não dava vau em face das represas montadas na sua foz. Sua travessia só seria possível com a construção de uma ponte e, se assim fosse, seria sob fogo inimigo.

O generalíssimo estava convencido de que estava diante de uma posição fortíssima e muito difícil de conquistar por ataque frontal. Era uma defesa entrincheirada de cerca de 9km, a que se antepunham as águas geradas pela lagoa Ypoá.

Duas linhas de ação eram as alternativas que o Comando Aliado tinha para decidir: pela direita, o terreno opunha barreira insuperável, com seu lençol d'água; pela esquerda, poderia ser embarcado e subir o rio Paraguai enfrentando a artilharia de Angostura ou desbordar pelo Chaco até um ponto seguro acima de Angostura, passar para a margem esquerda do Paraguai e surpreender o inimigo pela retaguarda. Caxias optou pela travessia do Chaco com a construção de uma estrada.

Os paraguaios acreditavam na impossibilidade do deslocamento de um exército pelo Chaco, pois se apresentava como um obstáculo natural intransponível de duas léguas e meia de extensão.

Como foi a construção da Estrada do Chaco?

Caxias fez passar para o lado do Chaco, cujo bivaque se consolidou em 12 de outubro, dois batalhões de infantaria, um esquadrão de cavalaria e uma ala do Batalhão de Engenheiros, sob o comando do tenente-coronel Tibúrcio. Este começou de imediato os trabalhos de reconhecimento da área.

Efetivo	Oficiais	Praças	Total
Corpos especiais	2	-	2
Ala do Batalhão de Engenheiros	6	135	141
Contingente de Artilharia	1	29	30
Contingente de Cavalaria	5	75	80
4º Batalhão de Infantaria	30	406	436
16º Batalhão de Infantaria	36	397	433
Total	80	1.042	1.122

Tabela 1 – Pessoal disponível no Chaco em 12 de outubro
Fonte: dados organizados por este autor, a partir da bibliografia referenciada

Caxias confiou a empreitada ao general Argolo, o qual lhe oficiou em 10 de outubro, chamando-o com seu Corpo de Exército, que se encontrava em Humaitá, o qual foi substituído pelo coronel Agostino Marinho Piquet, que seguiu com uma guarnição de 1.500 homens para manutenção daquela Fortaleza. Argolo embarcou em Humaitá às 9 horas de 13 de outubro, chegando em Palmas às 10 horas do dia 15; atravessou o rio e desembarcou no Chaco com 2.925 infantes, 94 cavalarianos, 198 artilheiros e 327 pontoneiros; trouxe consigo uma Comissão de Engenheiros chefiada pelo tenente-coronel Rufino Enéas Galvão e dois membros, o 1º Ten Carlos Lassance e o alferes Emílio Carlos Jourdan.

A missão era muito difícil de executar, mas não impossível, porquanto os aliados dispunham de pessoal de engenharia com larga experiência em apoiar o movimento das tropas, adquirida no decorrer da guerra.

O alferes Dionísio Cerqueira, do 16º Batalhão de Infantaria, assim descreveu o terreno ao chegar ao Chaco (**Figura 4**):

Desembarcamos em um barranco lamaçento, coberto de capim, morada predileta das capivaras. Com ondulações suaves, o terreno ia descambando para o interior, até a orla enredada da floresta, onde o chão, excessivamente úmido, era matizado de montículos de gravetos e folhas podres, deixa-



Figura 4 – Chaco paraguaio
Fonte: Enciclopédia Britânica (ed. 1971)

dos em sedimentação pelo rio, quando se retirava ao seu leito normal. Nos galhos das árvores víamos, muitos metros acima das nossas cabeças, pedaços de pau, raízes e chamiços enganchados, marcando, com a ciscalhagem das enchentes, o limite das grandes águas. Sentia-se um cheiro indescritível de mofo, de lama, de todos aqueles detritos putrefatos, que nos cercavam por toda a parte e corrompiam o ar que respirávamos, principalmente à noite, fechados nas nossas tendas de campanha...

Os trabalhos da estrada, por determinação do marquês de Caxias, começaram a ser dirigidos pelo tenente-coronel Rufino Enéas Galvão.

15 de outubro

No dia da chegada da equipe de engenheiros, já havia sido aberta uma picada de 1.650m, ao longo do Paraguai (**Figura 6**), por determinação do tenente-coronel Tibúrcio, que lá já se encontrava. Galvão determinou ao alferes Jourdan que continuasse na mesma direção. Com 70 praças do Corpo de Pontoneiros, Jourdan avançou mais 800m naquele dia.

16 de outubro

A equipe da picada depara com uma lagoa. O 1º Ten Lassance, especialista em pontes, recebeu a ordem de levantar uma (tudo indica, pelo mapa de Jourdan, ser apenas um pontilhão), para vencer essa ponta de lagoa e, para isso, deveria utilizar troncos de palmeiras, a carandá, muito abundante na região. Começa a construção de imediato. Os paraguaios, em uma ação de guerrilha, hostilizaram os brasileiros, mas recuaram diante da superioridade em pessoal e fuzilaria com que foram recebidos e tiveram baixas fatais.



Figura 5 – Palmeira carandá (foto atual do Chaco paraguaio)
Fonte: www.embrapa.br

TEATRO DE OPERAÇÕES

Out a Dez 1868

ESCALA - 1:17.900

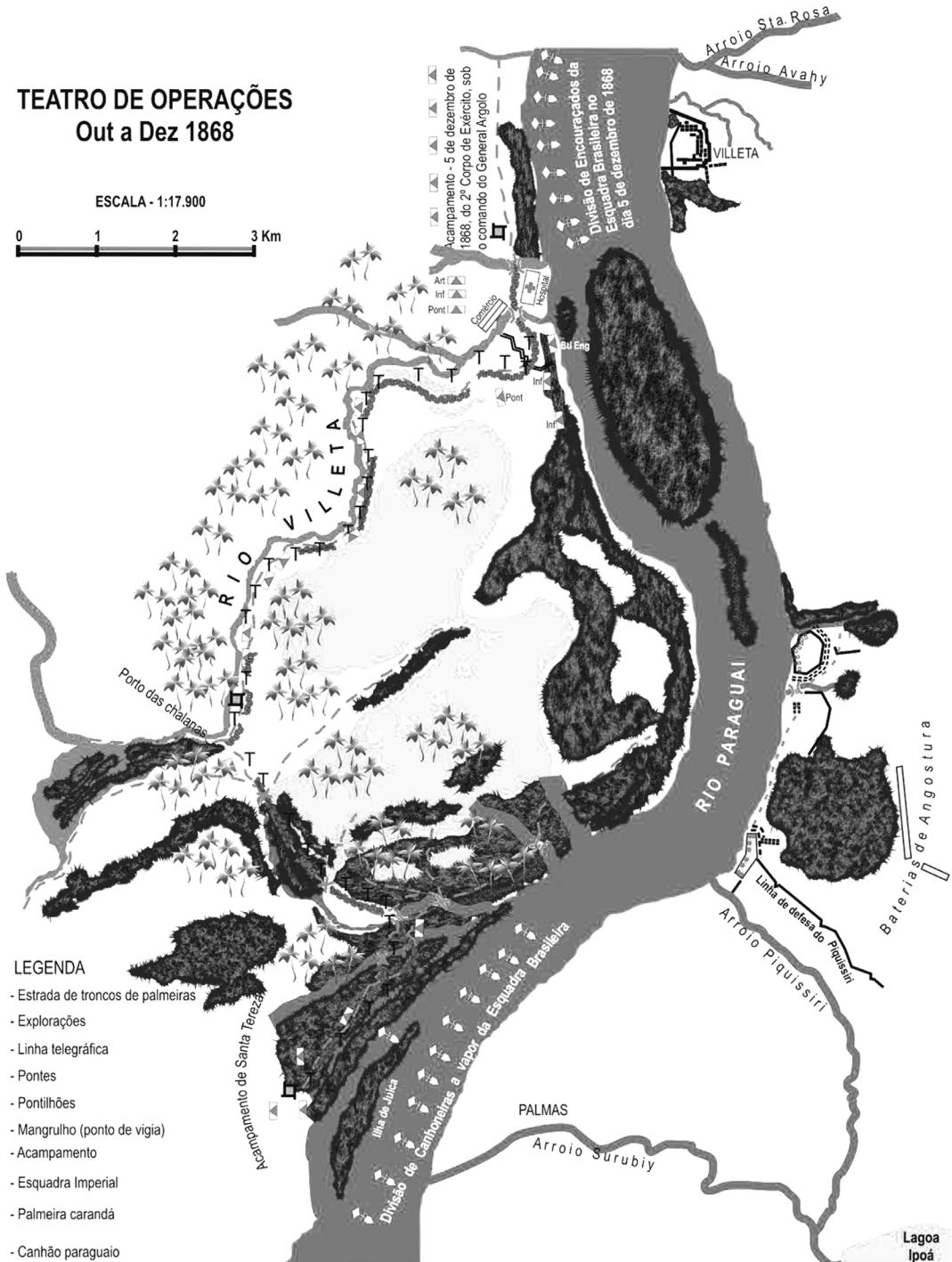


Figura 6 – Teatro de operações (outubro a dezembro de 1868)

Fonte: mapa desenhado por este autor, com base em mapas do alferes Emílio Carlos Jordan, 1868

17 de outubro

Foi construído um mangrulho, aproveitando uma árvore bastante alta existente próximo ao acampamento, e mais uma ponte, sob a orientação de Lassance, para dar continuidade à picada. Galvão foi com Argolo até o extremo da picada aberta e lhe mostrou ser muito inseguro conduzir o Exército por aquela direção, à margem do rio Paraguai, em face de o terreno se apresentar praticamente todo alagado e expor as tropas aos tiros diretos das baterias de Angostura. O general Argolo concordou com os argumentos.

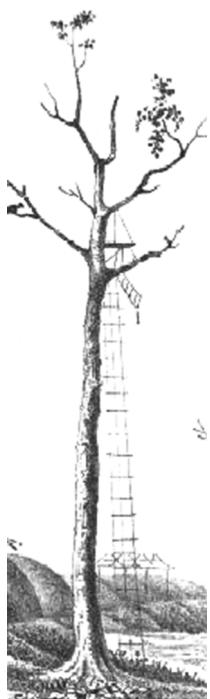


Figura 7 – Posto de observação
Fonte: www.histarmar.com.ar

Galvão sabia, por carta topográfica paraguai, da existência do arroio Aracuay, que ele chamou de Villeta devido à proximidade do povoado com esse nome. O alferes Jourdan ficou encarregado de explorar o terreno na direção norte. Este volta ao anoitecer informando

haver encontrado um terreno melhor no rumo noroeste.

18 de outubro

Galvão decide que a picada deve seguir o reconhecimento, pelo Noroeste, feito por Jourdan e abandona o caminho do Norte. Jourdan abriu 990m de picada, e Lassance recebe a incumbência de construir uma ponte de 44m sobre 3m de profundidade, empregando nesse serviço praças do Corpo de Pontoneiros. Mais dois pontilhões, um de 20m sobre 1,5m de profundidade e outro de 40m sobre 3m de profundidade, foram determinados por Galvão para que Lassance iniciasse sua construção, logo que fosse possível.

19 de outubro

Jourdan encontra o arroio que o tenente-coronel Galvão tinha em mente, e reconhece ser navegável. Esse ponto foi batizado com o nome de Porto das Chalanás. A boa notícia é levada ao Gen Argolo com o argumento de que se apressasse a construção em virtude das chuvas que poderiam aumentar, dificultando sobremaneira os trabalhos da engenharia. Argolo avaliou a situação e mandou escalar, por toda a extensão da picada, batalhões de infantaria para proceder ao estivamento⁸ da mesma com troncos de carandá.

Nesse mesmo dia, Caxias foi à margem direita do Paraguai e percorreu a picada em companhia de Argolo.

Os trabalhos de estivamento foram dirigidos pelos engenheiros Falcão da Frota, Sepulveda Ewerard, oficiais do Corpo de Pontoneiros e do Batalhão de Engenheiros, além do tenente Lassance e do alferes Jourdan.

20 de outubro

Continuaram os trabalhos de pontes (**Figura 8**); não prosseguiram os trabalhos das picadas por não possibilitar um retraimento, no ponto da última ponte, em caso de emboscada por parte do inimigo.



Figura 8 – Óleo sobre tela do coronel Pedro Paulo Cantalice Estigarribia, pintado em 2018, para comemorar os 150 anos da construção da estrada do Chaco (exposto no 4º Grupamento de Engenharia, Porto Alegre-RS)

Fonte: fotografia feita pelo Cel Bergamaeyr no local em que está exposta a obra, com autorização do autor Cel Pedro Paulo Cantalice Estigarribia, em maio de 2018, cedida a este autor

21 de outubro

Foi concluída a ponte de menor tamanho (pontilhão), que havia começado em 19 de outubro. Iniciou-se a construção de 650m de estiva ligando a ponte em construção ao acampamento da cavalaria.

Jourdan foi incumbido de procurar pelo arroio Villeta, a montante, um lugar mais estreito que facilitasse a construção de uma ponte; fez ele uma picada de 1.200m, terminando em um lago.

22 de outubro

Continuaram os trabalhos de pontes e colocação de estivas. Lassance recebe a missão de abrir uma picada sobre o albardão⁹ forma-

do pelas duas lagoas, onde estavam construindo pontes, com a finalidade de saber se aquele albardão encontrava a margem do Villeta. Depois de trabalhar 1.918m de picada, reconheceu que o albardão terminava em uma grande lagoa.

O alferes Jourdan, para cumprir a ordem do dia anterior, partiu da última ponte em uma nova picada na direção oeste, encontrando novamente o arroio Villeta; nesse ponto, verificou ter apenas 12m de largura e 3m de profundidade e com as margens abarrancadas. O terreno por ele percorrido era inteiramente coberto de macegas e carnaubeiras.

23 de outubro

O chefe da Comissão determinou ao alferes Jourdan que seguisse com uma picada pelo arroio abaixo em procura de sua foz. Jourdan abriu uma picada de 2.750m a partir do ponto em que ficara no dia 19 e verificou que o arroio tomava o rumo nordeste e que sua margem era acompanhada de uma orla de mato, com macegas e banhados à sua direita. Choveu muito, e os caminhos eram só lamaçais. As águas do rio e das lagoas continuaram a subir.

24 de outubro

Lassance concluiu a segunda ponte a partir do Porto de Palmas e continuou com a construção do último pontilhão e estivas. Choveu bastante naquela madrugada. Foi iniciada a construção de um mangrulho próximo ao arroio Villeta.

Jourdan continuou com a picada no rumo leste e nordeste e na distância de

3.200m avistou, às 4 horas da tarde, a Divisão Encouraçada Imperial e às 17 horas se comunicou com ela, dormindo no encouraçado Brasil, bem como o 4º Batalhão de Infantaria, que protegia o trabalho de engenharia.

Neste dia, mais uma ação de guerrilha por parte dos paraguaios. Argolo, preocupado com a demora do retorno de Jourdan, sua equipe e o Batalhão de Infantaria, manda o alferes Frazão Gomes de Carvalho se informar do que acontecera. Frazão foi emboscado a meio caminho e lutou com bravura com dois oficiais paraguaios, deixando-os mortos, bem como duas ordenanças que os acompanhavam.

25 de outubro

Continuaram os trabalhos de pontes, estivas e alargamento de picadas. Jourdan retorna com o 4º Batalhão de Infantaria.

O general Argolo, em vista do acontecido no dia anterior, expediu um destacamento sob o comando do tenente-coronel Tibúrcio, composto de uma ala do 16º Batalhão de Infantaria e outra do 24º Batalhão de Voluntários da Pátria. Quando esta força chegou ao local em que Frazão fora emboscado, o inimigo (**Figuras 9 e 10**) saiu a seu encontro e agrediu, com arma branca, a retaguarda da ala do 24º Batalhão, que marchava na frente. Dionísio Cerqueira, do 16º Batalhão, que estava presente, descreve o que se passou:

pelejava-se em desordem, grupo com grupo, homem com homem. Alguns estrebaravam ensanguentados no chão e outros já tinham exalado o último suspiro...



Figuras 9 e 10 – Carabineiro e soldado de Infantaria do Paraguai, em 1868
Fonte: www.ejercito.mil.py

Tibúrcio, lutando, animava a soldadesca, até que um oficial paraguaio o desafia com a espada em riste. Tibúrcio ordena que aquele homem era só para ele o embate. Como bom esgrimista da Escola Militar da Praia Vermelha, toma posição clássica da nobre luta, com a espada apontada para os olhos do inimigo. Este cai em si e antevê a derrota iminente, olha em volta, cercado de brasileiros, deu meia volta e sumiu no mato próximo. Momento indescritível, segundo Dionísio Cerqueira.

Esse entrevero deixou 20 paraguaios mortos e dois prisioneiros.

26 de outubro

O marquês de Caxias percorreu parte da picada. O chefe da Comissão incumbiu o tenente Lassance da retificação da estrada com a maior brevidade possível, com ordem de trabalhar durante todo o dia e toda a noite.

27 de outubro

Terminaram a construção da última ponte. Foram quatro pontes, sendo a primeira inutilizada por se ter abandonado a primeira picada onde foi construída. Além dessas quatro pontes, existiu mais uma que foi feita pelo contingente do Batalhão de Engenheiros, sob a direção do major Frota. Esta ponte era a primeira a partir do porto de embarque. Foi iniciada a construção de uma estiva de 600m entre as duas últimas pontes.

O tenente-coronel Enéas Galvão dá ciência ao general Argolo de que a estrada estava pronta para a travessia do Exército.

28 de outubro

Lassance e Jourdan tiraram o esboço das picadas e das estradas feitas para a marcha do Exército no Chaco e para a comunicação com a Divisão Encouraçada da vanguarda. Estavam prontos 2.930m de estivas para os quais foram derrubados cerca de 6.000 pés de carandá, que eram divididos em três partes.

Galvão reconheceu da necessidade de aproveitar o arroio Villeta para navegação com transporte de víveres e munição, no entanto estava este obstruído de aguapés e outras plantas aquáticas. Galvão solicita ao general Argolo que expusesse o problema a Caxias e solicitasse o apoio da Armada Imperial para desobstrução do arroio. Caxias atende ao pedido, no entanto a equipe embarcada não con-

segue abrir a navegação naquela via aquática.

Enéas Galvão resolve usar o Corpo de Pontoneiros, sob o comando do major Felício Paes Barreto. Essa equipe trabalhou amarrando os aguapés nas duas margens com cipós e tiras de couro, abrindo uma larga “trilha” no arroio, o que permitiu a navegação de chalanas e lanchas a vapor. Tal serviço foi realizado de 1º a 15 de novembro.

29 de outubro a 4 de novembro

Continuou com a manutenção e alargamento da estrada e melhoramentos das pontes.

Foi estabelecida uma linha telegráfica, que acompanhou o traçado da estrada, cuja construção esteve sob o comando do capitão de engenheiros Álvaro de Oliveira, a partir de 4 de novembro. Nesse dia, Caxias percorreu a estrada e embarcou em um monitor na foz do arroio Villeta, seguindo até Santo Antônio, acompanhado do chefe da Comissão e mais dois membros da mesma para procederem a um reconhecimento.

5 a 16 de novembro

O 7 de novembro é uma data histórica, citada em fontes que fecham os 23 dias de construção da histórica estrada estratégica, considerando seu início em 16 de outubro. Nesse período, a manutenção foi diária, em face das constantes chuvas na área do Chaco.

17 de novembro

Caxias percorreu a estrada regressando pelo arroio Villeta, acompanhado do tenente-coronel Enéas Galvão, chefe da Comissão de Engenheiros. Nesse dia, deu ordens que descesse pelo arroio o trem de pontes, com o fim

de usá-lo na sua foz. E assim foi feito, e montada uma ponte sobre batéis pelo major Julio da Frota.

18 de novembro a 5 de dezembro

Foram feitos vários reconhecimentos e transferências de tropas para próximo à foz do arroio Villeta. Toda a conservação da estrada ficou sob a responsabilidade do Batalhão de Engenheiros, no comando do tenente-coronel Conrado Maria da Silva Bittencourt.

Caxias desiste de desembarcar em Villeta, na margem esquerda do rio Paraguai, e decide pelo desembarque em Santo Antonio, mais a montante e mais seguro.

Começa, então, os combates, surpreendendo os paraguaios pela retaguarda.

Escreve Dionísio Cerqueira no seu livro,

Reminiscências da Campanha do Paraguai:

Aproximava-se a hora da passagem do Exército para outra margem, onde o Díador nos esperava com suas hostes aguerridas e fiéis e a espada do Marquês ia escrever a epopéia da ‘Dezembrada’ resplendente de luz e rubra de sangue. Disseram que López afirmava que o Exército Brasileiro teria a mesma sorte do exército do Faraó afogado pelo Mar Vermelho, quando perseguiu os hebreus de Moisés.

É que a manobra, além de arriscada, parecia, a López, inexequível, por ser tentada naquele terreno falso e traiçoeiro e na época das cheias do rio Paraguai, que submergiriam todas aqueles lezírias.¹⁰

O Marquês seguiu o conselho de Machiavel: “É preciso ousar empreender aquilo que o adversário julga impossível”.

Mais uma vez a audácia foi coroada pela fortuna. **REB**

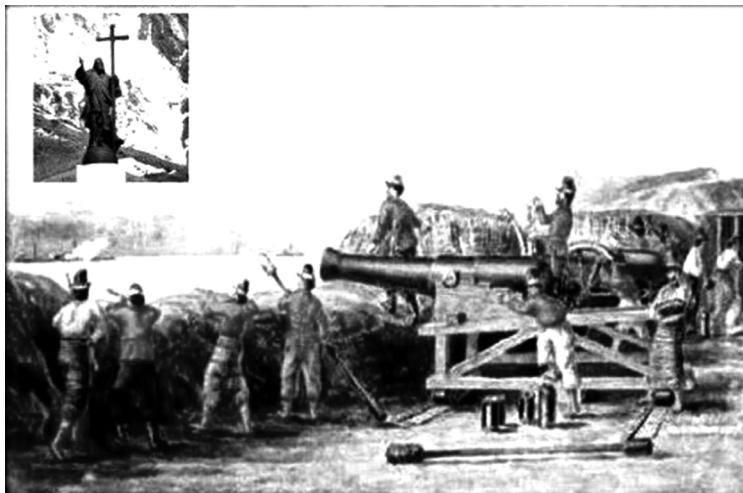


Figura 11 – O maior canhão paraguaio, El Criollo, assentado em Angostura; um oficial regulando a mira (comandante Lucas Carrillo, paraguaio), e o outro observando o rio, Jorge Thompson, inglês, a serviço de López
Fonte: Aquarela de Adolfo Metehfessel, 1867 (commons.wikimedia.org)

Referências

- CENTURION, Juan Crisóstomos. Memórias o Reminiscencias Históricas de la Guerra del Paraguay. Biblioteca Virtual del Paraguay, 2005 [1944].
- Encyclopaedia Britannica do Brasil, Ed. Melhoramentos, 1971.
- FRAGOSO, General Augusto Tasso. História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. volume 4. Rio de Janeiro: Bibliex, 2012.
- JOURDAN, Emílio Carlos (org). Atlas histórico da Guerra do Paraguay Guerra do Paraguay. Rio de Janeiro: Perseverança, 1871.
- JOURDAN, Emílio Carlos (org). Atlas Historico da Guerra do Paraguay. Rio de Janeiro: Lithographia Imperial de Eduardo Rensburg, 1871.
- GALVÃO, Rufino Enéas. Campanha do Paraguai – 1867 e 1868. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922
- N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Mantida a ortografia na intenção de preservar a autenticidade e a maneira como Caxias transcrevia suas ordens.

² Pequenas embarcações.

³ General Joaquim de Andrade Neves.

⁴ George Thompson, engenheiro britânico que lutou no Exército Paraguaio como tenente-coronel.

⁵ Regiões pantanosas.

⁶ Medida comumente usada naquela época; 1 légua era igual a 4,33km, mas era arredondado para 4km. Atualmente, no Brasil equivale a 6km.

⁷ Coronel Juan Crisostomo Centurion (coronel do Exército Paraguaio) – Memórias del Coronel Juan Crisostom Centurion ó sean Reminiscencias Históricas sobre la Guerra del Paraguay - Tomo Terceiro, 1897.

⁸ Estiva – lastro de madeira colocado em terreno alagadiço para facilitar deslocamentos.

⁹ Terreno elevado às margens de rios ou lagos.

¹⁰ Lezíria – planície de inundação.

Caxias e a sua defesa no Senado

Uma análise pós-ação para a História da Guerra da Tríplice Aliança

*Luiz Augusto Rocha do Nascimento**

Introdução

Acarreira das Armas encerra peculiaridades que poucos, fora dela, entendem. Exigiu dos soldados, ao longo do tempo, uma série de renúncias e sacrifícios. Sua profissão não é menos nobre que outras. Contudo, o ofício da guerra levou os homens que não serviram a não compreender as suas peculiaridades. Assim, muitas vezes na história, os grandes soldados não foram devidamente reconhecidos. Muitas vezes, perseguidos, difamados ou coisa pior.

Luis Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias, foi um desses grandes soldados. Sua espada serviu o Império por toda a sua carreira. Cruzou o país de norte a sul, impondo a ordem e selando a paz. Jamais apoiou a rebeldia, o enfrentamento à autoridade estabelecida e a desordem. Zelou pela fraternidade entre os brasileiros, mesmo entre aqueles que desejaram não ser mais brasileiros.

A sua última campanha militar, a Guerra da Tríplice Aliança, porém, atiçou sobre ele uma série de ataques à sua conduta

nessa guerra. Sua honra e sua carreira foram postas à prova. Suas decisões sofreram sérios questionamentos. Sofreu ataque nos jornais e na tribuna do Senado, onde era congressista pelo Rio Grande do Sul. O duque, porém, permaneceu distante dos detrautores e em silêncio com relação às acusações a ele dirigidas.

Uma das máximas conhecidas pelos militares é a de que a análise das decisões tomadas depois da guerra não serve para suas revisões. Os estudiosos são capazes de aprender com elas, tirar lições, rever sua doutrina, aperfeiçoar seus protocolos. No entanto, passada a batalha, com dados conhecidos, com a situação toda conhecida, não se decide de novo. Como reconheceu Caxias:

Senhores, não há nada mais fácil do que criticar operações e indicar planos mais vantajosos depois de os fatos estarem consumados, de longe e com sangue frio. Mas o mesmo não acontece a quem se acha no teatro das operações, caminhando nas trevas, em um país inteiramente desconhecido e inçado de dificuldades naturais.¹

A Guerra da Tríplice Aliança, em seu início, contava com o apoio do país. As guerras externas brasileiras, muito centradas nas

* Cel Cav R/1 (AMAN/87, ESAO/95), graduado em História (UNOPAR/16), especializado em História Militar Brasileira (UNISUL/13), membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/DF – Academia Marechal José Pessoa, membro do IGHMB. É pesquisador associado do CEPHiMEx.

tropas do Sul, geralmente eram de curta duração. Não empenhavam as outras províncias, praticamente. As condições geográficas brasileiras favoreciam essa circunscrição ao Sul, particularmente a posição de nossos vizinhos argentinos e uruguaios.

O Paraguai, no entanto, mudou esse quadro. O adversário passou anos a se preparar para o conflito. Ele estava em seu território, de difícil acesso para quem não conhecia. O Paraguai possuía soldados de grande bravura, reconhecidos até por seus adversários. E as comunicações com o país eram praticamente por meio do uso dos rios. Era um Teatro de Operações muito distante da Corte, no Rio de Janeiro.

A demora de chegar o fim da guerra a tornou, passo a passo, impopular. Carreou vários batalhões para o exterior. Transformou organizações policiais, incluindo a Corte, em tropas para essa luta. Consumiu elevadas somas em dinheiro, sempre agravante do Tesouro nacional. Além disso, levou muitas vidas além das guerras a que os brasileiros se acostumaram.

Caxias se tornou patrono do Exército e recebeu a alcunha de O PACIFICADOR. Seu prestígio já era grande em vida. O marechal foi glorificado pela sua conduta em todas as campanhas militares pelas quais passou. Contudo, seu prestígio não foi suficiente para torná-lo um ícone de toda a instituição.

No dia de seu nascimento, 25 de agosto, celebra-se o “Dia do Soldado”. Entretanto, Caxias morreu em 1880, e só em 1923 o Exército passou a cultuá-lo oficialmente. Durante quatro décadas, a principal comemoração militar brasileira ocorria no aniversário da batalha de Tuiuti (24

de maio de 1866), a maior da Guerra do Paraguai, tendo em Manuel Luís Osório (1808-1879), comandante das forças brasileiras, seu principal herói. A partir da introdução do “culto a Caxias” em 1923, nas décadas seguintes ocorreu a substituição de Osório por Caxias como modelo ideal do soldado brasileiro. Este artigo examina esse processo de institucionalização do “culto a Caxias” no Exército, ponto focal de um conjunto de investimentos simbólicos da elite militar nas décadas de 1920, 30 e 40.²

O objetivo do presente trabalho foi o de utilizar o pronunciamento que Luís Alves de Lima e Silva fez no Senado em sessão de quinze de julho de 1870, como base de uma análise pós-ação (APA). A sua fala ocorreu como resposta a uma série de críticas que lhe foram dirigidas, particularmente por alguns dos senadores do Império. O autor deste trabalho se baseou no que consta como previsão depois do encerramento das operações.

O trabalho se fundamentou, na sua essência, nos Anais do Senado sobre as sessões em que ocorreram embates. As citações mantiveram a mesma grafia que se encontra nas fontes citadas. O autor do trabalho procurou um ponto de vista que mostrou que os políticos de ontem, como os de hoje, não se esquivam de atacar ninguém, nem mesmo um militar de honra comprovada ainda em vida.

O trabalho se desenvolveu a partir de três fases. A primeira fase apresentou a volta do duque de Caxias à sua residência, no Rio de Janeiro, explorando seu estado de saúde. A segunda fase apresentou algumas críticas dirigidas a ele. A terceira fase, por fim, realizou

um resumo da sua fala no Senado, apresentando os aspectos que ele explorou para justificar suas decisões no Paraguai.

O retorno à Corte

O marquês de Caxias chegou ao porto do Rio de Janeiro quase como um desconhecido. Veio de Montevidéu embarcado no vapor São José. Chegou ao cais por volta das oito horas da noite. Chegou como se fosse um desconhecido. O imperador foi ao cais quando Rebouças chegou ao Rio de Janeiro. Porém, não se encontrava lá quando o velho Caxias pôs o pé de volta à cidade.³

O marechal, quase incógnito, toma uma sege, uma antiga carruagem fechada, de duas rodas, varais e um só assento, com a frente fechada por cortinas ou vidraça e puxada por dois cavalos. Nela segue para sua casa na Tijuca, na Rua Conde de Bonfim, nº 186.⁴ Ficou por lá para se manter afastado da movimentação da cidade, discreto como sua chegada, sem repicar de sinos e sem o espocar de foguetes.⁵

Caxias passou dois anos longe do lar. Ele se recolheu, na sua volta, ao seu lar e à sua família. Pouco saiu, recuperando-se de sua estadia nos campos de batalha do Paraguai. Foi adoentado e voltou ainda mais desgastado. Sua saúde voltou muito abalada. Sua própria esposa notou seu abatimento quando pisou a casa, no seu retorno. Priorizou seu restabelecimento em casa durante os dias que se seguiram.⁶

O dia seguinte à sua chegada marcou o reconhecimento dos seus compatriotas. Vários coches e carruagens, políticos conserva-

dores e gente do povo. Todos pareciam reconhecer, mais uma vez, o valor e o alcance dos serviços mais uma vez prestados pelo velho soldado. Porém, uma ausência se destacou: o imperador Dom Pedro II não estava entre os que o cumprimentavam.⁷

O imperador era arredio a festas, às vistas e à concessão e títulos de nobreza. Mesmo assim, embora não se tenha juntado aos cumprimentos a Caxias, recompensou-o. Concedeu a Grã-Cruz Efetiva da Imperial Ordem da Rosa. Concedeu, também, ao velho marechal, o segundo e único título de duque a um nascido em solo brasileiro. A mesma dignidade só foi dada à duquesa de Goiás, filha do primeiro imperador do Brasil e da marquesa de Santos. Tal título, por si só, é uma prova do enorme prestígio de que Caxias gozava.⁸

O duque de Caxias se queixava de dores no fígado inflamado. Escreveu a Osório, companheiro de lutas, mencionando esse fato. Ele passou a andar a cavalo próximo da sua residência, ao se recuperar. Fora isso, compareceu a reuniões do Partido Conservador. O resto do tempo ficava em casa, junto à sua família. Além disso, queixava-se dos chamados casacas, como chamavam os membros do Partido Liberal.⁹

Ataques a Caxias

A defesa da pátria chamou os militares à batalha por todo o Império. A união de um país-continente se fez à custa do pulso firme dos governos imperiais e da ação de uma pesada mão militar. No entanto, os círculos políticos muitas vezes os atacaram, muitas vezes

os adularam. Isso se agravou, entre outros aspectos, pela integração dos próprios militares na vida política do país.

Os valores militares, de honra, dever e pátria, são muito fortes. Um político pode ser insultado e até sorrir de volta. O militar não. Seus valores são exacerbados pelas situações de perigo em que se coloca na guerra. Sua conduta se pauta em um extremo patriotismo, em que seu país está acima de sua própria vida. O juramento à Pátria, via de regra, envolve a doação de sua própria segurança. Neste caso, o Brasil veio antes de tudo. Oliveira Vianna ressaltou:

O militar tem, com efeito, por educação e por dever, o sentimento muito vivo do seu pundonor pessoal, da dignidade de sua farda e dos seus galões: a própria condição de guerreiro em perspectiva, de homem destinado a uma missão de bravura, justifica perfeitamente esta mentalidade especial. O militar tem, pois, que ser absolutamente intransigente no tocante ao pundonor profissional.¹⁰

A Guerra da Tríplice Aliança encontrou vários militares do mesmo lado das tropas, mas em lados opostos da tribuna. Assim como Caxias integrava a ala dos Conservadores, Tamandaré se alistava nas fileiras do Partido Liberal. Muitas vezes Caxias foi atacado nos salões do Senado e retrucou com a tenacidade que demonstrava em batalha. Afinal, como destacava o visconde de Ouro Preto, durante a famosa Questão Militar:

O cidadão, porque veste farda não perde as suas garantias nem seu direito a defesa. As imunidades parlamentares não vão nem podem ir ao ponto de privar aquele que é vítima de investidas, da faculdade de justificar-se com a maior ou

menor energia, ainda que seja militar. O militar, como qualquer outro cidadão, tem o direito de manifestar livremente o pensamento. Esse direito constitucional só pode sofrer as limitações que lhe puseram as ordenanças do Exército e da Armada previstas pela própria Constituição. Ora, o que proíbem as leis militares? Que o oficial injurie o seu superior, ofenda o seu camarada ou estabeleça polêmica sobre assuntos que afetam a disciplina. Nenhuma dessas hipóteses justificou a repreensão. O deputado, o senador não é superior nem camarada do oficial: o assunto nada tinha com a disciplina; portanto, essa advertência foi injusta.¹¹

Caxias sofreu críticas inclusive de quem esteve em combate. Não faltaram detratores que se colocaram a analisar suas decisões, agravar supostas indecisões e colocar em dúvida sua capacidade de comando. Entre eles, um aluno do 6º ano da Faculdade de Medicina, em Salvador. Também era ex-primeiro cirurgião em comissão do Corpo de Saúde do Exército em Operações no Paraguai. Seu nome era Satyro de Oliveira Dias:

Ha factos tão eloquentes de inépcia e falta de tino militar no commando do Duque de Caxias, que, por extraordinários, vêem-se os «duquistas» obrigados a nega-los por todos os meios, confirmando a verdade e critério desta reflexão de um célebre historiador romano: «*quiaplerique, qua? delictareprêhon.-decis, malêvolentia et invidia dictaputant*¹² ».¹³

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

As maiores acusações ocorreram no Senado. Elas partiram dos “casacas”, os Liberais, seus inimigos políticos. As atenções deles se focavam nas ações do Marechal durante a Guerra da Tríplice Aliança. Apesar de

ridículas e absurdas, serviram de base para um ataque planejado à dignidade de Caxias. Os ataques colocaram em dúvida seu profissionalismo e sua honra.¹⁴

As discussões começaram, no âmbito do senado, na presença de Caxias, na sessão de 1º de julho de 1870. O assunto girou em torno da fixação das Forças de Terra para o ano financeiro de 1871-1872. O Senador Silveira da Motta iniciou uma série de questionamentos acerca da guerra. Indagou a respeito de aspectos políticos, logísticos, de pessoal, entre outros aspectos. Caxias estava presente nessa sessão e presenciou os questionamentos. Retrucou alguns pontos levantados por Silveira da Motta, junto com o próprio ministro da Guerra.¹⁵

As discussões continuaram na sessão do dia 7 de julho. O senador Silveira da Motta continuou os seus questionamentos sobre as decisões tomadas no Paraguai. Trouxeram a lume uma série de pontos da guerra, incluindo a leitura de jornais. O duque, em frases curtas, respondeu aos questionamentos feitos. Rebateu uma série de acusações a ele dirigidas como, por exemplo, abandonar o Exército em Assunção.¹⁶

As questões continuaram na sessão do dia seguinte. Caxias não estava presente. O ministro da Marinha foi o interlocutor mais ativo a respeito da guerra. O duque retornou na sessão de 9 de julho. Nesta sessão o senador Silveira da Motta não estava presente. A sessão foi curta. O mesmo ocorreu na sessão de 11 de julho: presença de Caxias e ausência de Silveira da Motta.¹⁷

No entanto, em 12 de julho de 1870, ambos se encontravam no Senado. Os embates re-

tornaram e cresceram. A sessão do dia seguinte contou com a presença de ambos, sendo que Silveira da Motta chegou depois da chamada feita. Os debates continuaram acalorados. Caxias, como de hábito, se manifestou em frases curtas, às vezes monossilábicas. A sessão de 14 de julho não possuiu expediente.¹⁸

Ao longo dos embates, Caxias preparou suas respostas à Câmara Alta do Império. Preparou sua defesa com bastante calma. O velho soldado utilizou como fundamentação de suas palavras os fatos que trouxera de sua atuação no Paraguai. Não estava em julgamento. Porém, era como se estivesse em um tribunal. Dirigiu-se, no dia 15 de julho de 1870, uma quarta-feira, para o Senado. Doente, foi para lá fazer um discurso histórico.¹⁹

Análise das decisões na guerra

A 29ª sessão do Senado teve a presença de trinta senadores. Iniciou às onze horas, conforme reza sua ata. O expediente contou com a leitura de um ofício. A Ordem do Dia tratou da concessão de pensões. A seguir, o Voto de Graças. Este prosseguiu a discussão quando o duque de Caxias pediu a palavra. O velho marechal iniciou o seu pronunciamento com as seguintes palavras:

Não pedi a palavra, Sr. presidente, como era de presumir, para me oppôr a nenhum dos periodos da resposta á falla do throno: voto por todos elles, especialmente por aquelle que contém bem merecidos elogios ao augusto príncipe que commandou o exercito na ultima phase

da guerra. Pedi a palavra, Sr. presidente, para defender-me das innumerias accusações dirigidas contra mim nesta casa, em minha ausencia, e posto tenha consciencia de que meus generosos amigos responderam victoriosamente a todas ellas, todavia cumpre-me dar algumas explicações relativamente a factos que se passaram comigo e só por mim podem ser explicados. Aproveitarei tambem a occasião de responder ás tres perguntas que me fez o nobre ex-presidente do conselho.²⁰ (N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

O duque começou seu discurso a partir da exposição de um histórico da guerra que travou:

Antes, porém, de tratar destes assumptos, o senado me permitirá que exponha o historico de tudo quanto se passou comigo, desde o começo da guerra declarada ao Brasil pelo dictador do Paraguay.²¹

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Ministro da Guerra, Beaurepaire Rohan, procurou Caxias para planejar as providências necessárias. Pediu um Plano para a Campanha. Apresentou a solicitação do ministro, de 20 de janeiro de 1865, com quatro pontos a serem respondidos. Caxias apresentou suas respostas a esses questionamentos, em sua resposta, de 25 do mesmo mês e ano. Os documentos foram apresentados ao Senado.²²

O duque narrou suas ações junto ao ministro da Guerra no preparo para a Campanha. Salientou a importância da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul. Mostrou ao ministro a necessidade de comissioná-lo, caso comandasse a Campanha, como presidente da Província. Assim, teria comando sobre aquela força. Porém, todas as tratativas não lograram êxito porque Rohan foi demitido do Ministério.²³

O visconde de Camamu assumiu o Ministério da Guerra. Caxias, então, se afasta, “pois era sabido no exercito que o visconde de Camamú era o único official general do Imperio com quem eu não entretinha relações”.²⁴ Não o desejava como subordinado. Com certeza, não o desejava como superior.

O marechal, meses depois, acompanhou o imperador ao Rio Grande do Sul. Retornou às terras gaúchas para assistir à rendição dos paraguaios em Uruguaiana. Passaram-se mais alguns meses, quando foi procurado de novo. Desta vez, pelo então presidente do Conselho de Ministros, Sr. Góes de Vasconcellos. Nas palavras de Caxias:

depois que soube do desastre de Curupaiti, julgou conveniente entender-se comigo a respeito dos negócios da guerra, tendo sido antes previnido das suas intenções pelo Sr. ministro da justiça, e disse-me que o governo necessitava dos meus serviços no Paraguay; e eu, Sr. presidente, apesar de ter soffrido o que acabei de relatar, não hesitei um momento em pôr-me á sua disposição imediatamente, sem offerecer a menor condição!²⁵

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Aceitou o comando. Fez uma única exigência: contar com a plena confiança do governo. Tratou de esclarecer a conduta que teria com os chefes dos exércitos aliados. Recebeu as instruções que ele julgou satisfatórias. Depois, seguiu para os campos de batalha no Paraguai. Percebeu, no caminho, que a situação não era boa:

Segui para o Paraguay e fui tomar conta do exercito. Relevo agora fazer algumas observações sobre o estado em que o encontrei. Ao entrar no Rio da Prata, a primeira causa que chamou minha atenção foram dous

hospitaes no Estado Oriental, outros dous em Buenos-Ayres, tres em Corrientes, um no Cerrito, um no Itapiru, outro no Passo da Patria e um ultimo em Tuyuty. Já se vê pelo numero dos hospitaes qual poderia ser o numero dos doentes. Era sem duvida nenhuma a terça parte da força do exercito que se achava fóra das suas fileiras.²⁶

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Caxias encontrou uma diversidade de aspectos em uma força que deveria estar coesa. Resolveu centralizar as medidas para igualar as regras de funcionamento do Exército. Reorganizou os hospitais, centralizando-os em Corrientes. Tomou uma série de decisões com a finalidade de zelar pelos cofres públicos, evitando o desperdício dos recursos alocados no teatro de operações. Defendeu que não prosseguiu na Campanha porque precisava reorganizar as condições da Força que comandava.

O marechal, mesmo no Paraguai, sofria críticas. Pediu sua demissão ao Ministério, que foi negada. As acusações seguintes foram defendidas pelos seus amigos. Mas cumpria, naquela sessão no Senado, esclarecer alguns pontos que o Velho Soldado julgava serem importantes. Seus acusadores não foram ao Paraguai, mas não paravam de culpá-lo. Mesmo fatigado, continuou seu libelo.²⁷

Esclareceu a mudança do local das prisões para os navios. Defendeu-se de cometimento de arbitrariedades na concessão de gratificações e promoções. Apresentou documentos refutando essas acusações. Relatou a concessão de condecorações com seus efeitos nocivos à disciplina. Mencionou que distribuiu medalhas atendendo aos maiores escrúpulos possíveis.²⁸

O maior ataque, segundo o próprio duque, foi sua retirada do Paraguai. Nunca o Velho Soldado se retirara da luta. Lembra o autor deste trabalho que o próprio Osório já se retirara por motivo de doença e ferimentos. Os seus acusadores não concordavam com esse motivo. Assim falou Caxias:

Senhores, uma das acusações que mais mágoa me causou, foi a de minha retirada do exercito sem licença do governo.

Já no senado foram lidas as comunicações que recebi do ex-ministro da guerra, o nobre senador pelo Piauhy, as quais foram ratificadas por um apoiado que nessa ocasião deu S. Ex. com todo o cavalheirismo. Essas comunicações importavam uma concessão de licença. E, pois, indubitável que a tinha desde o ministério anterior. Este sucessor achou-me no exercito e em misero estado de saúde. Entreguei-lhe o commando, como consta da ordem do dia de 18 de Janeiro, e parti para Montevidéu, onde, encontrando um dos membros do ministerio que seguia para o Rio da Prata em missão especial, dele soube que o governo imperial me havia concedido licença para vir tratar de minha saúde no Brasil, senão obtivesse melhoras naquela cidade, e como as não obtivesse retirei-me para esta Corte.²⁹

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Outra acusação: “Ter reduzido os batalhões de voluntários, privando alguns de suas bandeiras”. Respondeu que os corpos estavam, por causa dos combates, reduzidos, o que forçou sua decisão. Além disso, não podia deixar os batalhões com mais de uma bandeira. A acusação se estendeu à proibição de os voluntários usarem suas legendas. Nenhuma ordem se achou corroborando isso.³⁰

Uma crítica recorrente foi que Caxias não perseguiu Lopes depois da Batalha de Lomas Valentinas. Respondeu que a Ordem do Dia de 14 de janeiro de 1868 respondia a isso. Em seguida, detalhou suas decisões para esclarecer quaisquer dúvidas. Explicou suas ações na Desembrada. Como bem asseverou a seus pares:

Senhores, nada mais facil, depois dos factos consummados, e conhecido o terreno, a força e manobra do inimigo, de longe e com toda a calma e sangue frio, a vista de partes officiaes, criticar operações e indicar planos mais vantajosos

Mas o mesmo não acontece a quem se acha no theatro das operações, caminhando nas trevas, em paiz inteiramente desconhecido, inçado de dificuldades naturaes. (Apoiados) E' preciso que os nobres senadores se convençam que a guerra do Paraguay desde o seu começo, foi feita ás apalpadellas. (Apoiados) Não havia mapas do paiz por onde me podesse guiar, nem prácticos de confiança. Só se conhecia o terreno que se pisava. Era preciso ir fazendo reconhecimentos e explorações para se poder dar um passo.³¹

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Mais à frente, ponderou:

Senhores, não persegui a Lopez por muitas razões: 1^a, porque eu não podia saber por onde Lopez fugiria. O exercito inimigo desfez-se na frente do nosso. Ahi está o depoimento do chefe de estado-maior do exercito paraguayo; é elle quem declara que Lopez se escapara pela picada do Potreiro Marmoré com 60 cavalleiros. Como o havia de perseguir em uma circumferencia de três léguas que comprehendia a área das operaões?

Eu estava em um ponto, Lopez fugiu pelo outro, mettendo-se pela matta; como persegui-o? Todavia, nesses logares eu tinha

mandado colocar cavallaria; mas ele podia passar pela matta sem que a cavallaria o presentisse. Um grupo de 60 homens em um grande combate passa desapercebido. Além disto esse grupo internou-se em uma matta que ninguem sabia que dava transito. Tinha de mais á minha retaguarda Angostura, com 15 peças de artilharia e 2,000 homens pouco mais ou menos de guarnição; como havia de entranhar-me com o exercito por esses caminhos desconhecidos? Não era possivel, sobretudo estando em nossa retaguarda Angostura ocupada pelo inimigo. Entretanto uma partida teve ordem de explorar a matta e trouxeram della muitos fugitivos. Naquella ocasião ninguem sabia por onde se tinha escapado Lopez; só tres dias depois é que se soube a direcção que elle tinha tomado, quando alguns officiaes, dos 60 cavalleiros que o acompanharam, deixando-o em caminho, se me vieram apresentar, e disseram que Lopez se dirigia para Ascurra; mas eu não podia confiar ainda inteiramente em taes noticias.³²

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Os críticos do duque desconheciam o terreno no teatro de operaões. O Rio de Janeiro nada se parecia com o distante Paraguai. As condições do país vizinho eram extremamente insalubres. Tudo era desconhecido para as tropas que lutaram no Paraguai. O Chaco, como Caxias asseverou, trazia para o Exército uma dificuldade muito grande:

Não é possivel, Sr. presidente, fazer idéa adequada dos terrenos do Chaco. Durante o tempo seco, criam uma crosta de tres ou quatro palmos de grossura, que permite a passagem de um ou outro cavalleiro, de uma ou outra carreta; mas se o transito se amiuda e o trafego augmenta, a terra fende-se e cavallo, cavalleiro, carretas e tudo é absorvido

por tremendas insondáveis. Em luta com tantas e tamanhas dificuldades, pisando-se um terreno completamente desconhecido, como se quer exigir impossíveis? Onde está a culpa atribuída aos dous generaes? Pôde ser que o meu nobre collega se fosse general e lá estivesse, procedesse de outro modo; eu fiz o que julguei mais acertado.³³

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Outra acusação foi a retirada de Humaitá. Silveira da Motta e Caxias esgrimiram sobre o que constava no Diário do Exército. O marechal refutou as acusações que recebera do outro senador. Além disso, relembrou a honra do marquês do Herval e que, se a acusação fosse verdadeira, já teria, dois anos antes, quando o Diário do Exército teve sua publicação. E teria se manifestado sobre os eventos dos quais ele e Caxias sofriam acusações.³⁴

A retirada de Assunção, sem capturar Lopes, foi outro pomo da discórdia entre Caxias e seus acusadores. Reiterou que o seu estado de saúde piorou, conforme ficou a comprovação quando chegou ao Rio de Janeiro. Ao contrário do objetivo que o imperador desejava, ou seja, o de capturar o presidente paraguaio. Assim, retirou-se de Assunção e retornou ao Brasil:

Tendo chegado o general que devia substituir-me, entreguei-lhe o commando das forças que alli se achavam.

Entendi que não devia permanecer na Assumpção, porque essa permanencia, além de aggravar o máo estado de minha saude, seria um embaraço para meu successor.

Um general da minha idade e graduação, tendo ocupado o logar que occupei, permanecendo na localidade em que está outro, aquelle que o vae substituir interinamente, quem quer que elle seja, este nada resolve

sem que o outro seja ouvido; taes eram meus sofrimentos que não me julgava em circunstancias de dar conselhos: necessariamente minha presença havia de perturbar a marcha do serviço. Assim, julguei que devia retirar-me imediatamente para Montevidéo, que era ainda districto do exercito, e ahi aguardar as ultimas ordens do governo. Eu já tinha duas licenças, uma do Sr. Paraguá e outra do Sr. barão de Muritiba.³⁵

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Acusaram-no de trazer animais além da cota permitida. Provou que trouxera menos do que tinha direito. Acusaram-no de não recolher armas brasileiras caídas no campo de batalha, o que armou os paraguaios. Os próprios adversários, em seus relatos, não comprovaram isso. Retrucou, com uma resposta clara, a todas as acusações de que fora alvo. Não tinha a verve de orador e, por isso, encerrou sua fala:

Senhores, o senado sabe que não tenho o habito da tribuna.

[...]

Se o meu estado de saude era pessimo, ao retirar-me do Paraguay, hoje não está ainda de todo restabelecido. Paro aqui, por ora; se fôr preciso darei depois outros esclarecimentos.³⁶

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

O esforço foi grande. O Velho Soldado desceu da tribuna muito fatigado. Porém, não deixara seus detratores sem um esclarecimento. Os políticos do Império, sobretudo seus adversários Liberais, assistiram a um prestigiado general, altamente condecorado, espada invicta, que provou, e mais de uma vez, sua competência no ofício da guerra. Seguiu assim a sessão até as três da tarde, quando findou.

Considerações finais

Diante das observações do presente trabalho, o autor verificou que Caxias não se absteve em se colocar à disposição para ir à guerra, em 1865, mercê de sua avançada idade. Contudo, não se logrou êxito nesta empreitada por não gozar da confiança do ministro da Guerra. Demonstrou, ao aceitar o comando em 1868, que colocava a confiança como única exigência de se pôr em combate. Mostrou que não se comanda sem o respaldo político. Incluindo os aliados com quem tratou.

O duque sofreu uma série de acusações sobre sua conduta enquanto reorganizava o Exército. As acusações mostraram-se, uma a uma, infundadas. Mostraram, mais uma vez, que a extensa folha de serviços dedicados à pátria não foi suficiente para aplacar seus algozes. Respondeu, com firmeza, cada uma delas. Um chefe militar de prestígio foi aviltado em seu comando por muitos que jamais comandaram ou puseram os pés no campo de batalha.

O terreno sempre foi um dos mais importantes fatores da decisão, junto com a missão, o inimigo e os meios disponíveis. O autor deste trabalho lembrou que Wellington, em Waterloo, devido ao seu conhecimento do terreno, escondeu parte de suas tropas praticamente a batalha toda. Essa tropa foi decisiva no final daquele confronto. Além disso, o professor Doratioto, que esteve no local, comentou, contemplando o terreno mais de cem anos depois, verificou que não se podiam tirar conclusões definitivas sobre a fuga do presidente paraguaio.

A volta ao Brasil foi um momento crí-

tico. Caxias chegou ao Paraguai com a saúde já debilitada pelas fadigas das várias guerras. Apesar disso, não se esquivou ao primeiro convite, no começo do conflito, como não o fez depois, dessa vez indo para a guerra. Chegara ao teatro de operações aos sessenta e cinco anos. Era senador e marquês e podia se recusar a ir, visto os serviços prestados. Mas não o fez. Passou pelas mesmas agruras da tropa, entrando em combate e participando dos perigos. Cumprira a missão até onde a saúde permitiu.

Os políticos brasileiros do Império, ávidos em utilizar a figura do Duque para atacar o governo do imperador. Os interesses falaram mais alto do que a honra de um soldado. Seus feitos em batalha, sob constante risco de vida, não foram suficientes para livrá-lo das críticas. Mais marcante foi que seus detratores não eram comandantes de mesmo nível, mas políticos.

O presente trabalho teve o objetivo de mostrar as considerações de Caxias como uma APA. Ressaltou seu profissionalismo de soldado, sua serenidade em se manifestar em sessão, sua capacidade de responder seus detratores sem lhes dirigir ofensas de mesmo nível. O discurso, disponível como uma fundamentação clara e sustentada em fatos, mostrou as razões pelas quais um chefe militar experiente, no fragor da luta, na tensão da guerra, tomou suas decisões.

As lições tiradas da sessão do Senado de quinze de julho de 1870 mostraram para todos que cada um tem seu papel na gestão do Estado. Aos militares cabe a sua defesa, a sua manutenção e a sua garantia. Mesmo que, para isso, necessite imolar sua vida. Contudo,

o soldado também é um cidadão, o militar também é um brasileiro, os homens e mulhe- res da guerra também possuem o direito de se manifestar por um Brasil melhor. 

Referências

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Perfis Parlamentares 5**: Afonso Celso (Visconde de Outro Preto). 1978.

CARVALHO, Afonso de. **CAXIAS**. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1976.

CASTRO, Celso. **Entre Caxias e Osório**: a Criação do Culto ao Patrono do Exército. Revista de Estudos Históricos da FGV. V. 14, n. 25. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2112>.

DIAS, Satyro de Oliveira. **O Duque de Caxias e a Guerra do Paraguai**. Typographia do Diário. Bahia, 1870.

EDITORAS TRÊS. A vida dos grandes brasileiros 6: Duque de Caxias. Rio de Janeiro, 2001.

O PASSEADOR TIJUCANO. Disponível em: <www.opasseadortijucano.com.br/2015/07/rua-conde-de-bonfim-186-um-endereco-de.html>. Acesso em 2018.

SENADO FEDERAL. Anais do Senado. Ano de 1870, Livro 2 (Annaes do Senado do Imperio do Brazil). Disponível em: <www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1870/1870%20Livro%202.pdf>.

_____. **O Senado Federal na História do Brasil**, volume 1. 2015.

VIANNA, Oliveira. **O Ocaso do Império**. Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/o_ocaso_do_imperio_-_oliveira_viana_-_para_internet.pdf>.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ SENADO FEDERAL, 2015.

² CASTRO, 2000.

³ EDITORAS TRÊS, 2001.

⁴ O PASSEADOR TIJUCANO, 2018.

⁵ CARVALHO, 1976.

⁶ CARVALHO, 1976.

⁷ EDITORAS TRÊS, 2001.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ VIANNA, 2006.

¹¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1978.

¹² “Para a maioria das pessoas, sejam quais forem os erros, culpa-se a malícia e a inveja” (Tradução do autor deste artigo).

¹³ DIAS, 1870.

¹⁴ CARVALHO, 1976.

¹⁵ SENADO FEDERAL, 1870.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² Idem.

²³ Idem.

²⁴ Idem.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

³² Idem.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

Notas de uma guerra na Itália

Jornalistas no front da FEB (1944-45)

*Helton Costa**



Figura 1 – Correspondentes Brasileiros na 2^a GM

Fonte: Arquivo Nacional

Introdução

A II Guerra Mundial foi um dos eventos de maior proporção na história da humanidade, com quase 50 milhões de mortos.¹ O jornalismo se fez presente para registrar as tragédias humanas, os atos de heroísmo e covardia, as bestialidades praticadas em nome da civilização e como uma testemunha de tudo aquilo que o homem é capaz de ser e transformar-se para conquistar ou manter o poder.

Os brasileiros mandaram uma divisão para a guerra e, junto dela, onze correspondentes fixos, de jornalistas de redações da

época que tiveram como missão mostrar o melhor dos expedicionários. Seria a história do homem simples e não somente dos oficiais que estaria estampada nos textos dos principais jornais da época.

A guerra, a FEB e o correspondente

Eric Hobsbaw (1995, p.6) defende a II Guerra como a continuação da Primeira Guerra, aquela em que aconteceu o “colapso da civilização ocidental”.

Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua

* Doutor em Comunicação (Universidade Tuiuti do Paraná), com estágio pós-doutoral em História (UFPR) e coordenador do curso de Jornalismo da Faculdade Secal. (helton.costa@secal.edu.br)

classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral. (HOBSBAWN, 1995, p.6)

De fato, na década de 30, o pensamento europeu era declarado superior, as democracias eram poucas e houve a ascensão do autoritarismo de cunho fascista. Benito Mussolini, em 1926 na Itália, e Adolf Hitler, em 1933 na Alemanha, seriam os maiores expoentes desse autoritarismo, que tomava conta do continente. “Não é fácil discernir, depois de 1933, o que os vários tipos de fascismo tinham em comum, além de um senso geral de hegemonia alemã” (HOBSBAWN, 1995, p.115). Em comum, as correntes compartilhavam o nacionalismo, o anticomunismo e o antiliberalismo. A violência de rua também poderia ser uma substituta da política.

No Brasil, desde 1930, Getúlio Vargas estava no poder e, a partir de 1937, também se converteu em um político com sérias tendências ao autoritarismo, quando foi declarado o Estado Novo, descrito hoje como uma ditadura (CAPELATO, 2001, p.183-87).

No tabuleiro internacional, as primeiras peças que levariam o mundo à guerra começaram a ser mexidas quando o Japão começou uma expansão rumo à Manchúria e a Xangai, territórios chineses. Na Alemanha, Hitler assumiu o poder e ajudou a depor o governo austríaco, descumpriu tratados de paz da I Guerra Mundial e invadiu a região francesa da Renânia em 1936 (BLAINEY, 2008, p.171). A Itália invadiu a Etiópia em 1936-37, e alemães e italianos se uniram em apoio ao Governo Central espanhol, comandado por Franco, na Guerra Civil Espanhola. Em 1938, os japoneses declararam guerra à China, e os alemães anexaram a Áustria. Em

setembro de 1939, a Alemanha invadiu a Polônia com um pacto com os soviéticos, e assim começou a II Guerra Mundial (BLAINEY, 2008, p.168).

Demoraria cinco anos para que os Aliados vencessem de vez a II Guerra Mundial, primeiro na Europa, em 8 de maio de 1945, e depois no Pacífico com as bombas atômicas de agosto de 1945, em Hiroshima e Nagasaki.

O Brasil vai à guerra

No início dos conflitos, o Brasil se manteve neutro. Até 1942, o país não se havia aliado a nenhum dos lados combatentes, ainda que tivesse relações comerciais e acordos militares com os Estados Unidos, que, até antes de 7 de dezembro de 1941, também estava neutro na batalha (XAVIER DA SILVEIRA, 1989, p.34-42).

Porém, com os japoneses expandindo cada vez mais seus domínios, o embate com os americanos se tornou inevitável, e aconteceu Pearl Harbour. Por conta de acordos assumidos antes do ataque, em que os participantes se faziam solidários em caso de agressões de outros países aos membros do continente americano, o Brasil precisou tomar partido e ingressou ao lado dos Aliados.

Em janeiro de 1942, na Conferência de Chanceleres do Rio de Janeiro, o Brasil rompeu relações com os países do Eixo. Planos de defesa mútuos entre Brasil e Estados Unidos vigoravam desde 1939 e, em 1942, foram reafirmados.

Em seguida veio a relação dos países do Eixo, com torpedeamentos de navios brasileiros comerciais, que até o final da guerra chegaria a 32, causando 972 mortes, sendo 470 de marinheiros e 502 de passageiros (XAVIER DA SILVEIRA, 1989, p.40).

Força Expedicionária Brasileira

A partir de 1943, o Governo começou a organização da Força Expedicionária Brasileira – FEB, e nos quartéis soldados foram impedidos de dar baixa e outros foram reconvocados da reserva. Também surgiram alguns voluntários. Pilotos foram mandados para treinar nos Estados Unidos, e a Marinha do Brasil atuava em conjunto com forças Aliadas para evitar novos ataques nas costas brasileiras. Ao final da organização da FEB, seriam juntados aproximadamente 25 mil soldados, que seriam divididos em cinco escalões e mandados para combater na Europa, mais precisamente na Itália. Desse total, pouco mais da metade seria empregada no front. O restante ficou nos serviços de apoio da retaguarda.

Com a necessidade de tropas americanas para a consolidação de posições na França, onde ocorreu o dia D em junho de 1944, o V Exército dos Estados Unidos, que vinha lutando na Itália, precisava de novos combatentes. Havia avançado para o norte da Itália e estavam estacionados nas proximidades de Pisa/Firenze (Florença). Ali os brasileiros foram colocados. Primeiro para os lados do rio Serchio para um período de adaptação e depois no Reno italiano. (XAVIER DA SILVEIRA, 1989, p.222)

Foram 239 dias de ação na Itália, e nesse período a FEB fez mais de 20 mil prisioneiros alemães, tendo enfrentado baixas de 451 soldados mortos e aproximadamente 1,6 mil feridos, acidentados e desaparecidos em combate. Outros oito mil soldados ficaram doentes por conta das baixas temperaturas.²

Ao fim do conflito, contudo, a FEB estava à altura das divisões dos demais exércitos aliados de diferentes nações que com ela

lutaram os últimos anos da Campanha da Itália na Segunda Guerra Mundial. (OLIVEIRA, 2015, p.41)

Correspondentes de guerra, uma história

A obra mais importante sobre os correspondentes de guerra é o livro *A primeira vítima: o correspondente de guerra como herói, propagandista e fabricante de mitos, da Criméia ao Vietnã*, escrita pelo jornalista Philip Knightley.³ Em 1978, ele se propôs fazer essa cronologia contando sobre a função que alguns entre nós jornalistas assumimos em tempos de guerra.

Conforme Knightley (1978), o primeiro correspondente de guerra nos moldes que hoje são conhecidos foi Howard Russel, irlandês que fazia notícias do seu país e que, com prestígio, foi mandado para a Guerra da Crimeia para relatar os fatos das lutas entre ingleses e russos. Russel inovou para a época e ficou junto da tropa. Seu jornal era o *The Times*, que, por décadas, seria o principal meio de comunicação de guerra do Reino Unido. O ano era 1854 (KNIGHTLEY, 1978, p.9-15).

O problema era que, por estar junto ao Exército, as notícias acabavam por se limitar a declarações oficiais e/ou podiam ser censuradas. A cobertura era bastante falha. Outros dois nomes dessa época são James Robertson (inglês) e Charles Langlois (francês). Mesmo assim, o *The Times* era crítico à forma como a guerra estava sendo conduzida. No final, quando os ingleses perderam, sobrou para os jornalistas e, daquele momento em diante, os ingleses montaram um intricado sistema de censura oficial e também não oficial, negando informações à imprensa. (KNIGHTLEY, 1978, p.20-22)

A imprensa de trincheira teve papel destacado também na guerra civil dos Estados Unidos, entre 1861 e 1865. Porém, as questões éticas estavam longe de ser aceitáveis. Havia notícias fabricadas, fatos irreais e até mesmo propinas para promover oficiais em notícias dos jornais.

Com o telégrafo, na Guerra Franco-Prussiana, o jornalismo ganhou mais velocidade. Dessa época se destaca Archibald Forbes, ex-militar que virou correspondente e elevou a função ao buscar trabalhar com maior responsabilidade e critérios éticos (KNIGHTLEY, 1978, p.28-35).

De 1865 a 1914, aconteceram várias guerras regionais, e sempre havia um correspondente para cobri-las. Os jornais viviam sua era de ouro, vendendo milhões de cópias todos os dias. O rádio só se popularizaria na segunda metade da década de 20. O nome do jornalista chamava mais atenção que o do jornal, até por conta do fator credibilidade da pessoa. Um dos destaques quanto à ética foi o italiano Luigi Barzini, que, para não perder a reputação, não aceitava condecorações de autoridades estrangeiras. Forbes também tinha credibilidade.

A imprensa exercia um grande papel na vida social, ao ponto de fazer com que guerras eclodissem, como por exemplo, a guerra Hispano-Americana, quando um acidente com um navio no porto de Havana foi transformado em um incidente internacional e fez com que os Estados Unidos declarassem guerra em apoio aos cubanos, que mais tarde sofreram intervenção dos Estados Unidos... (KNIGHTLEY, 1978, p.73-76).

Já na I Guerra Mundial (1914-1918), a censura foi ainda maior, afinal, havia o problema dos exageros da imprensa. Todos os

países envolvidos tinham seu modo de trabalho. Nos Aliados, as verdades eram poucas, oficiais foram poupadados de críticas e carnificinas e massacres eram transformadas em vitórias em nome da liberdade humana em textos elogiosos⁴ (KNIGHTLEY, 1978, p.133-38).

Insultos aos adversários eram comuns, e os alemães eram retratados como bárbaros e inferiores. O jornalismo era usado para fazer os lados se odiarem ainda mais, e isso era uma diretriz oficial. A imprensa era a arma de guerra para o ódio e a desumanização. As igrejas se prestavam ao mesmo papel, afinal, Deus estava do lado de quem fosse vencer.

Para tentar fazer a imprensa ser controlada, os franceses mandaram assessores de imprensa para abastecer os jornais. Os alemães fizeram o mesmo. Seis censores e 15 departamentos cuidavam para os informes saírem sem erros estratégicos de informação. Em pouco tempo, tinham o Kriegpresseant, um departamento de imprensa subordinado ao Estado-Maior alemão. Era uma imprensa oficial. Ainda assim, alguém sempre conseguia driblar o que não podia sair (KNIGHTLEY, 1978, p.140-147).

Como as notícias não estavam agradando o público, em 1915 a censura foi reduzindo, e correspondentes foram permitidos, desde que acompanhados por um oficial. Os jornais chegaram a falar em greve para abrandar o que devia ser publicado ou não. Deu certo por um tempo, mas depois os jornais foram levados a abraçar as causas nacionais e terem um lado bem definido.

Boatos, mentiras e omissões de informações marcaram a I Guerra Mundial em todos os fronts. A mesma estratégia seria usada

após a I Guerra, dessa vez contra outro inimigo: o comunismo. Isso porque, depois que acabou a Primeira Guerra, 16 países mandaram soldados para combater os bolcheviques, chegando a ocorrer um cerco a Moscou.⁵ O The Times, inglês, 35 anos depois, reconheceu que faltou com a verdade e admitiu que a ideia de operários tomarem o poder assustava e era muito estranha para a época. O resultado foi um comunismo fechado para o Ocidente e uma imprensa contrária a valores derivados do comunismo ainda hoje (KNIGHTLEY, 1978, p.176).

O mesmo papel parcial da imprensa se deu na invasão da Itália à Etiópia, vendida nas manchetes como a incursão libertadora de um povo mais avançado em relação a outro inferior culturalmente. Na Guerra Civil espanhola, se deu o mesmo, porém havia a imprensa fascista e a imprensa comunista, e entre elas um centro mais para direita ou esquerda (KNIGHTLEY, 1978, p.242-43).

Quando veio a II Guerra, os meios de comunicação existentes eram rádio, impressos, cinema, televisão (de forma restrita) e cinema. Mais do que em outros conflitos, os jornalistas precisariam tomar partido e usar suas habilidades como arma ideológica, uma vez que se transformaram em combatentes também.

Os alemães saíram na frente e montaram a Propaganda Kompanien⁶ ou simplesmente PK, sob o comando do general Hasso Von Wedel. Os jornalistas recebiam treinamento militar para combate e estudavam técnicas de propaganda e guerra psicológica. Não à toa, até o final da guerra, os PKs sofreram 30% de baixas em suas fileiras, um percentual quase idêntico ao da Infantaria (KNIGHTLEY, 1978, p.280-82).

Havia equipamentos modernos para a época, e, sempre que a frente avançava, cabia à PK dominar as rádios e jornais locais para veiculação de propaganda ou noticiário favorável à Alemanha ou desmoralizante aos defensores. A grande quantidade de fotos, imagens e escritos do lado alemão hoje em dia é fruto do trabalho dos PKs.

Do lado Aliado, a censura se mantinha ferrenha e, nos primeiros dias de guerra, as informações eram poucas. A reviravolta veio após a Batalha de Londres, quando a imprensa transformou o feito em uma vitória sem precedentes, e os dirigentes britânicos entenderam que precisavam dos meios de comunicação para alertar, acalmar e incentivar a população quanto à guerra. Porém, certas informações não poderiam ser divulgadas, como baixas e erros estratégicos. Os jornais aceitaram (KNIGHTLEY, 1978, p.276-79).

No governo comunista, após a queda do pacto com os nazistas, a imprensa também ganhou espaço de destaque, porém, cabia ao Estado autorizar o que podia ou não ser publicado. Não sairia nos jornais, por exemplo, que havia 800 mil russos no Exército Alemão pelos mais diversos motivos, que havia deportações de contrários ao governo para a Sibéria ou que milhares de ucranianos estavam sendo alistados compulsoriamente para a linha de frente vermelha (KNIGHTLEY, 1978, p.308-12).

Nos Estados Unidos, não era somente a censura em tempo de conflito que gerava distorções de informações. As omissões propositais também faziam parte do esforço de guerra. Não era noticiado, por exemplo, o fornecimento de petróleo ao Japão antes da guerra e como eles ganhavam dinheiro com as invasões japonesas no Pacífico ou com os

embates de japoneses contra russos. Muito menos citavam as tensões entre os dois países, que poderiam muito bem sugerir o conflito eminente (KNIGHTLEY, 1978, p.342-47).

O Departamento de Guerra dos americanos criou os Regulamentos para correspondentes acompanhando o Exército dos Estados Unidos em campo (que seria usado pelos correspondentes em seguida). Assim, estabeleciam regras para quem quisesse cobrir as batalhas, e a pessoa aceitava ou não ia, simples assim.

No Japão, quem cuidava da censura era uma Junta formada com representantes do Exército, Marinha, Ministério do Interior e Ministério dos Transportes. Os jornalistas sabiam e aceitavam o fato de que seriam produtores de conteúdo para o esforço de guerra japonês e se reuniam na Junta de Informações e na Associação de Críticos Patrióticos. As agências principais eram a Domei e a Rádio Tóquio. Todos os jornais foram declarados de utilidade pública. (KNIGHTLEY, 1978, p.368-76)

Os regulamentos da guerra

Quem assinou pelo Departamento de Guerra dos Estados Unidos foi secretário de Guerra, George C. Marshall. Eram considerados correspondentes todos aqueles que tivessem como “tarefa a indubitável função pública de disseminar notícias sobre as operações do Exército na guerra” (WAR DEPARTMENT, 1942. p.1 in COSTA, 2015, p.4).

Encaixavam-se nessa leva os jornalistas, ilustradores, comentaristas de rádio, fotógrafos, desenhistas e outras funções da imprensa, desde que credenciados pelo De-

partamento de Guerra para um “teatro de operações ou base de comando”, dentro ou fora dos Estados Unidos em tempo de guerra (WAR DEPARTMENT, 1942. p.1 in COSTA, 2015, p.4).

Em caso de transgressões, a lei militar dos Estados Unidos era a balizadora das punições. Da mesma forma, os correspondentes deveriam ser tratados pelos inimigos conforme a Convenção de Genebra de 1929. Deveriam ainda gozar dos mesmos direitos dos soldados e obter acomodações, transporte, atendimento médico e facilitação para o envio de mensagens, tudo pago pelo Governo (WAR DEPARTMENT, 1942. p.4 in COSTA, 2015, p.4).

Estavam livres para conversar com qualquer pessoa da tropa, desde que suas perguntas não comprometessem a integridade do front. Quem definia quem iria ou não para a cobertura era o Departamento de Guerra. No caso do Brasil, foi o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, que dificultou o máximo possível o trabalho da imprensa. Quanto à censura de campo, a função desta era corrigir se o texto não estava fornecendo algum tipo de informação ao inimigo, se continha algum tipo de injúria contra a moral de pessoas, forças ou aliados e se não era embarciosa aos Estados Unidos, seus aliados ou países neutros (WAR DEPARTMENT, 1942. p.6 in COSTA, 2015, p.5).

Nesse ponto, o material escrito era mais rigorosamente fiscalizado, enquanto o mediado por rádio ou via cabos sofria análise posterior. Os jornalistas tinham que ter cuidado para não identificar nomes de zonas de combate,⁷ e, quando anunciadas, nunca deveriam fazer menção ao país em que se desenrolava.⁸ Nomes de pessoas podiam ser pronunciados

desde que liberados, e os de oficiais não poderiam ser divulgados, exceto se autorizados pelo comando (WAR DEPARTMENT, 1942. p.7 in COSTA, 2015, p.5).

Cidades e vilas somente poderiam ser pronunciadas se fossem imprescindíveis para o desenrolar do texto que contava a história. No caso das bases militares, nem sua descrição era permitida. Os movimentos de tropas, reais ou possíveis, somente poderiam ser divulgados se tivessem saído antes em boletins oficiais. Qualquer plano, possível ou não, estava proibido de ser publicado, bem como o número de tropas ou o efeito das armas inimigas junto aos aliados. O que fosse publicado em países neutros também deveria passar pela censura (WAR DEPARTMENT, 1942. p.7 in COSTA, 2015, p.6).

Havia proibição de contar histórias exageradas, mortes coletivas e atos de heroísmo, que só eram liberadas após autorização do Departamento de Guerra e 24h depois de já terem acontecido (WAR DEPARTMENT, 1942. p.8 in COSTA, 2015, p.6). As fotos eram reveladas em um laboratório próprio, dentro do comando do campo. O serviço de Inteligência acompanhava de perto todo o processo (WAR DEPARTMENT, 1942. p.8-9 in COSTA, 2015, p.7). Depois de tudo certo, o correspondente podia usar os meios de envio regulares da época (telefone, telégrafo, carta etc.), desde que esses meios não estivessem sendo usados pelas forças combatentes.

Quem não quisesse ou não pudesse estar direto no front podia ser credenciado apenas para uma visita, em que estaria acompanhado(a) de um oficial, não contando com as mesmas facilidades de envio de

quem estava na guerra como correspondente contínuo (WAR DEPARTMENT, 1942. p.10 in COSTA, 2015, p.6).

Em abril de 1942, com o objetivo de facilitar a identificação dos correspondentes credenciados, o governo estadunidense inseriu na vestimenta dos comunicadores um bracelete de tecido verde com uma grande letra “C” de cor branca para ser usada no braço esquerdo. Os fotógrafos deveriam ter esse mesmo adereço, porém com a letra “P” ao invés de “C” (WAR DEPARTMENT, 1942. p.13 in COSTA, 2015, p.6).

Os correspondentes brasileiros vão para a guerra

A FEB tinha a previsão de um setor de imprensa (ter jornalistas junto à tropa), porém o DIP⁹ era o principal problema, pois, censurava de forma contínua os jornais. Logo, em 1944, quando de fato houve a possibilidade de mandar correspondentes para a Europa, o DIP cortou a responsabilidade do Departamento de Guerra dos Estados Unidos, e coube ao órgão escolher quem poderia ir e quem não poderia. Carlos Lacerda, que mais tarde seria figura fundamental nos eventos que levaram ao suicídio de Getúlio Vargas na década de 1950, foi cortado, uma vez que vinha batendo no governo (XAVIER DA SILVEIRA, 1989, p.125).

Rubem Braga (1996, p.8) é mais crítico e direto. Ele atribui a má vontade do Governo em liberar o credenciamento dos jornalistas, primeiro porque era uma ditadura que “só com grande constrangimento acedera em guerrear o fascismo e o nazismo” e segundo porque “havia a censura política”, ou

seja, todos os que escreviam ou publicavam algo desfavorável ao regime Vargas eram vistos como potenciais inimigos desse mesmo regime.

Xavier da Silveira (1989, p.125) atribui a escolha de quem iria ou não a fatores “evidentemente políticos”. No fim, estavam autorizados a acompanhar a FEB com a missão de produção de conteúdo jornalístico: Rubem Braga (Diário Carioca); Rui Brandão (Correio da Manhã); Joel Silveira (Diários Associados) e Egídio Squeff (O Globo). O Governo mandou outros representantes, no papel de assessores: Thassilo Mitke¹⁰ (fotos) e Fernando Stamato. Juntar-se-iam a eles já na Itália, Alan Fisher, Frank Norall, Henry Bagley e Francis Hallawell. Como visitantes, passaram Carlos Alberto Dunshee de Abranches (Jornal do Brasil) e Silvia Bittencourt (esposa do dono do diretor do Correio da Manhã), que escrevia sob o pseudônimo de “Majoy”.

Joel Silveira (2005) cita nomes de pessoas que, segundo ele, não queriam saber de imprensa no front brasileiro: Eurico Gaspar Dutra (ministro da Guerra) e Lourival Fon tes, que era o chefe do DIP.

Roberto Marinho e Herbert Moses, diretores de O Globo; Assis Chateubriand e Austregésilo de Athayde, dos Diários Associados; Paulo Bittencourt, do Correio da Manhã; e Horácio de Carvalho, do Diário Carioca,

seriam, na visão de Silveira (2005, p.16), os responsáveis por pressionar o DIP a liberar a ida dos correspondentes, sob a pena de não publicar nada dos releases que o departamento enviasse, noticiando apenas o que

as agências internacionais lhes mandassem. Os donos de jornais venceram a disputa.

Já na Itália, no começo, os correspondentes brasileiros tiveram de vencer barreiras de relacionamento para poderem trabalhar, pois, conforme Joel Silveira (2005, p.17), houve uma “frieza e mesmo desconfiança (que nunca chegou a uma declarada hostilidade) do próprio Comando da FEB”. Silveira (2005) descreve essa relação como o terceiro inimigo, já que havia o inimigo real, que eram os alemães, o DIP e a censura, que eram o segundo, e essa falta de confiança do Comando, que era o terceiro.

Silveira (2005, p.17) conta que eles foram recebidos como intrusos quando chegaram ao Quartel-General Avançado de Porreta Terme, e que os líderes se esquivavam deles e evitavam fornecer qualquer informação. Quando eram obrigados, o faziam de forma “reticente”, “como quem não quer puxar conversa”. Esse tipo de comportamento é atribuído por Silveira (2005) ao fato de os veículos de comunicação que eles representavam serem contrários aos procedimentos do DIP e do Governo.

Essa censura velada quanto a prestar ou deixar de prestar informações só foi vencida, segundo Silveira (2005, p.17), após o Comando perceber que eles não estavam ali para falar de política e sim para cobrir a atuação dos soldados da FEB. Já no começo de janeiro de 1945, as inimizades haviam sido amenizadas, após um encontro dos correspondentes com o chefe geral da FEB, general Mascarenhas de Moraes, quando comeram e beberam juntos.

Daquele dia em diante, o general Mascarenhas passou a nos tratar como amigos, e muitas vezes ele próprio quem nos convocava para falar das coisas que devíamos saber. (SILVEIRA, 2005, p.17)

Braga (1996, p.13) afirma que os correspondentes brasileiros não tinham as mesmas facilidades de informações e de transporte que eram dadas aos jornalistas dos outros países e que a metodologia de censura do DIP e do Exército dificultavam o envio de notícias. Mesmo assim, Braga (1996) concluiu que podia ser pior, pois, na visão dele, havia uma “estupidez mesquinha dos feitores da imprensa sob o Estado Novo” (BRAGA, 1996, p.13).

O quartel-general dos jornalistas era em Pistoia, mas sempre que podiam, depois de superada a desconfiança do Exército, embarcavam para alguma parte do front e sem a companhia de algum oficial, o que, em tese, era obrigatório. O mesmo faziam correspondentes estrangeiros credenciados junto às tropas brasileiras (Mitke e Silveira, 1985, p.218).

Depois da amizade estabelecida entre correspondentes e comandantes, nas palavras de Silveira (2005, p.18), “tão juntos nos encontrávamos todos [jornalistas e soldados]” que não havia “qualquer mal-entendido entre um correspondente e um oficial combatente ou mesmo um Pracinha”. A afirmação se encontra amparada, pois, no momento da rendição de 15 mil alemães cercados pelos brasileiros, Rubem Braga está na foto oficial da apresentação do Estado-Maior Alemão, atrás dos oficiais do Exército inimigo. Joel Silveira também.

O perfil dos jornalistas que cobriram a FEB

Alan Fisher



Figura 2 – Allan Fisher
Fonte: Arquivo Nacional

Alan Fisher nasceu em New York, a capital do Estado, em 1913. Pensava em ser engenheiro químico e mudou de ideia depois que arrumou um bico no New York World Telegrams como fotógrafo freelancer.¹¹

Quando a guerra estourou, estava trabalhando havia oito anos na cobertura de esportes de um jornal local. Em princípio, o chamaram para tocar um jornal militar do Exército (1942). Como ganharia mais, aceitou. Era um exímio fotógrafo, tanto em preto e branco como em colorido, que era uma novidade na época. A convite de Alexander Murphy, da American Press – AP, foi indicado para coordenador de

assuntos interamericanos (não oficial), Nelson Rockefeller¹² para uma série de reportagens pela América do Sul pela revista *Em Guarda*. Foi assim que veio parar no Brasil, aprendeu português e espanhol e, em 1944, foi chamado com urgência de volta aos Estados Unidos para servir o Exército como correspondente. Foi enviado para a frente da Itália e, em seguida, transferido para o V Exército Americano, em que a FEB estava inserida.

Tinha 29 anos, era casado e estava habituado aos assuntos militares e às regras do Exército. Serviu junto à FEB do começo ao fim do conflito. Morreu em 1988, aposentado nos Estados Unidos.

Egydio Squeff



Figura 3 – Egydio Squeff
Fonte: Arquivo Nacional

Era gaúcho de Jaguarão, como gostava de ressaltar. Mesmo com vários anos

vivendo no Rio de Janeiro, não perdera o sotaque sulista. Nasceu em 1911. Trabalhava como jornalista desde 1934 em Porto Alegre, no *Correio do Povo*. Por conta do talento, foi convidado para trabalhar no semanário *Diretrizes*, de São Paulo e em seguida saltou direto para *O Globo*, no Rio de Janeiro.

Na Itália, foi um dos responsáveis pelo suplemento *O Globo Expedicionário*, que a direção de *O Globo* usava como sua contribuição aos esforços de guerra do Brasil.

Arguto, persistente e destemido, o “Tchê” fazia com que o Rubem Braga e eu passássemos as 24 horas do dia de olho nele, com medo de sermos “furados”. Foi um dos melhores correspondentes de guerra que estiveram na Europa, respeitado por todos. Um devorador de livros, cultura e sensibilidade excepcionais, como jornalista, crítico literário e poeta. (*O Globo*¹³)

Também colaborava com a Rádio Globo, recém-inaugurada em 1944. Egydio morreu no dia 22 de abril de 1973, aos 61 anos, de hemorragia no esôfago, no Rio de Janeiro. Durante a vida, sofreu de diabetes, tuberculose, cirrose, hepatite e câncer na laringe.¹⁴

Fernando Stamato



Figura 4 – Fernando Stamato
Fonte: Arquivo Nacional

Fernando Stamato trabalhava com o pai, que já era cinegrafista. Ele nasceu em 1917 e, na época da guerra, estava contratado na Agência Nacional. Era viúvo, perdeu a esposa e a filha que ela trazia no ventre. Na Itália, conheceu Rossana Bonfatti, quem trouxe com o sogro e a sogra para morar no Brasil depois da guerra. Morreu na década de 80.

Francis Hallawell



Figura 5 – Francis Hallawell
Fonte: Arquivo Nacional

Francis era filho de ingleses imigrados para Porto Alegre. Nasceu em 1912 e morreu em 2004. Frequentou círculos artísticos no Rio de Janeiro, foi educado na Inglaterra, era anglicano e tentou se voluntariar para o Exército Britânico quando a guerra começou.

A biografia de Francis foi pesquisada e publicada por Rose Esquinazi (2014), em um trabalho que merece elogios pela qualidade. Conforme Esquinazi (2014), o radia-

lista não foi aceito porque já tinha 29 anos de idade. Porém, a BBC o aceitou para fazer parte do time de locutores brasileiros que já estava trabalhando no outro lado do oceano. Foi para Londres em 1942. Lá conheceu a refugiada Julianne Maria Catherine, belga, que fugira do país ocupado pelos nazistas via Callais, França. Casaram-se e, em 1944, Francis foi chamado para a guerra. Recebeu treinamento e foi ser correspondente do Exército Britânico junto às forças brasileiras. Ganhou o apelido de “Chico da BBC” e trabalhava com um estúdio móvel de gravação, que puxava em um jipe.

Ele gravava tudo em disco e levava o conteúdo para Florença¹⁵ de jipe, o que demorava em média três horas de ida e volta. Dali assumia o serviço postal do V Exército, que encaminhava para Roma e de lá para Londres. O som era melhorado e transmitido para o Brasil. Podia ainda ser feita diretamente de Roma, se o agente da BBC lá estivesse. Antes de se aposentar, Francis não quis mais saber de guerra ou jornalismo. Trabalhou como representante de uma empresa de operatrizes russas no Brasil, morou no interior paulista e viveu bem como empresário.

Frank Norall



Figura 6 – Frank Norall
Fonte: Arquivo Nacional

Frank Norall¹⁶ era natural de Omaha, Nebraska, Estados Unidos. Ele nasceu em 1918 e era funcionário do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs.¹⁷ Trabalhava junto com Alan Fisher para a revista *Em Guarda*. Os textos sobre a FEB para a revista costumavam ser dele.

Começou cobrindo a 34^a Divisão de Infantaria, em 1944, em Montecatini, e depois foi transferido para a FEB. Morreu em 2001, aposentado, nos Estados Unidos.

Henry Bagley



Figura 7 – Henry Bagley
Fonte: Arquivo Nacional

Henry Bagley era funcionário da Associated Press e estava na cobertura desde que o Brasil entrou na guerra em 1942. Morreu no Brasil e, quando a tropa foi para o front, não teve dificuldade em conviver com a cultura e o idioma dos pracinhas. No pós-guerra, voltou aos Estados Unidos e trabalhou como relações públicas. Não foi possível encontrar a data de morte dele.

Horácio Gusmão Coelho



Figura 8 – Horácio Coelho
Fonte: Arquivo Nacional

Horácio Gusmão Coelho Sobrinho já era um veterano da imprensa nacional quando partiu para a Itália como membro dos correspondentes oficiais do DIP, pela Agência Nacional. Era assessor do DIP. Morreu em 1963, aposentado, vítima de um ataque cardíaco fulminante. Foi o grande fotógrafo da FEB, talvez o maior entre os fotógrafos (Alan Fisher e Thassilo Mitke eram os outros dois).

Joel Silveira



Figura 9 – Joel Silveira
Fonte: Arquivo Nacional

Joel Magno Ribeiro Silveira, ou simplesmente Joel Silveira, nasceu em 1918 na cidade de Lagarto, Sergipe. Trabalhava desde os 14 anos com imprensa, primeiro no gabinete do governador do Estado e depois no jornal *A Noite*, colaborando com as revistas *Vamos Ler* e *Carioca*. Teve passagens pelo semanário literário *Dom Casmurro* e pela revista *Diretrizes*, de propriedade de Samuel Wainer, onde trabalhou até a metade de 1944.¹⁸

Joel tinha uma tendência mais à esquerda e poupou o comunismo de críticas. Fez o mesmo com a Alemanha, quando da aliança entre Stálin e Hitler. Depois que o pacto foi dissolvido, os nazistas passaram a ser criticados.

Essa foi a justificativa apresentada por Silveira para sua participação num periódico de orientação nazista. Esse momento da vida do jornalista foi lembrado com muito incômodo num de seus livros de memória. (FERRARI, 2012, p.30)

O DIP cuidava de seus textos, e ele era monitorado pelo Estado, um pouco por sua orientação ideológica (os comunistas e pessoas de esquerda não eram bem vistos pelo Estado Novo). Quando saiu de *Diretrizes*, Joel foi para os Diários Associados. Foi assim que foi parar na FEB. Nos pós-guerra, o jornalista também teve passagens pelo *Última Hora*, *O Estado de S. Paulo*, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Manchete*, *Diário de Notícias*, *Revista*

da Semana, *Mundo Ilustrado* e foi conselheiro editorial da *Revista Nacional*.

Com os militares no poder, foi preso acusado de subversão nos textos que escrevia,¹⁹ duas vezes no governo Castelo Branco (1964-67) e três na gestão de Garrastazu Médici (1969-1974).

As perguntas eram sempre as mesmas, uma coisa idiota: “Você é comunista?”. Eu dizia: Eu não sou comunista, não pertenço ao Partido Comunista. Os senhores estão cansados de saber que eu sou é socialista, democrático. Socialismo, sim, mas com liberdade: você ter direito de dizer o que quiser, escrever o que quiser, de pensar o que quiser. Agora, quanto a essa ditadura dos senhores, eu sou violentamente contra. Podem me prender, fazer o diabo, mas eu não vou dizer que não sou. Sou contra esse cinismo, porque não considero revolução. Os senhores deram foi um golpe. (PORTARI, 2015)

Sua condição de ex-correspondente da FEB fez com que recebesse um tratamento melhor no cárcere e, mesmo com as privações, havia oficiais que o deixavam trabalhar em obras de tradução ou em livros. Alguns o conheciam da FEB e por isso o respeitavam (CONY, 2007).

Joel morreu em 2007, de causas naturais, na casa onde morava. Somava 60 anos de carreira, mais de 40 livros publicados e deixou três filhos e a esposa Iracema, que também morreria três anos depois. O corpo de Joel foi cremado no Cemitério do Caju, no Rio de Janeiro.

Raul Brandão



Figura 10 – Raul Brandão
Fonte: Arquivo Nacional

Raul de Castro Brandão nasceu em 1891 e faleceu 1965. Assinava seus artigos junto à FEB como O Veterano, e o motivo era simples: fora correspondente brasileiro na Primeira e na II Guerra. Ele sempre trabalhou no Correio da Manhã, que, de 1901 até 1974, foi um dos principais periódicos do país. Começou aos 17 anos e, no jornal, passou o primeiro ano da I Guerra, de 1914 a 1915, na Holanda, país que estava neutro no conflito. Dali pode se deslocar para o norte da França, para a Bélgica, para a Alemanha e para o Império Austro-Húngaro. Teve boas impressões com o Exército Alemão, a quem atribuiu que poderia vencer a guerra. Errou na previsão, mas, como no começo os alemães estavam na frente, foi um recorte apenas. Com o Brasil ao lado dos Aliados na I Guerra, o jornal não publicou mais notícias positivas aos alemães (QUEIROZ, 2013, p.76-89).

Quando estourou a II Guerra, o jornal se antecipou e fez críticas aos alemães desde 1939, quando o Brasil nem estava lutando. Brandão foi no lugar de Carlos Lacerda,²⁰ rejeitado pelo DIP por suas antigas posições comunistas e porque era um dos poucos críticos do Governo Vargas.²¹ Com a queda de Vargas se aproximando, o jornal começou a atacar o presidente e seus aliados. Na Itália, o correspondente não foi perseguido, até porque parte dos oficiais da FEB era contrária ao Vargasmo.

Já no final do conflito, no último dia de luta, quando se dirigia para acompanhar a rendição dos alemães, Raul encontrou uma coluna tedesca que não sabia do fim da guerra, e soldados atiraram contra o jipe em que estavam ele, Rubem Braga e um sargento. O jipe saiu da estrada. O sargento cortou a testa, Rubem machucou o dedo e Raul quebrou a bacia e a perna. A coluna alemã seguiu viagem. Eles se esconderam em uma casa até que chegasse ajuda (BRAGA, 1996, p.269).

Rubem voltou em tempo de acompanhar o segundo dia de rendição. O sargento foi tratado e teve alta. Já Brandão ficou internado um bom tempo até voltar ao Brasil. Precisou de muletas o resto da vida. Tentaram lhe dar uma medalha pelo ato, mas ele não aceitou (BRAGA, 1996, p.271). Sofreu com dores até o final da vida. Isolou-se do mundo, ficou amargurado com o trauma que sofreu. Faleceu no hospital Miguel Couto em 4 de abril de 1965, onde já estava internado.

Rubem Braga



Figura 11 – Rubem Braga
Fonte: Arquivo Nacional

Rubem Braga era natural de Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo. Nasceu em 1913. Era de família influente politicamente e economicamente na região. Aos 13 anos, já andava com homens mais velhos e acompanhava reuniões de ferroviários sobre melhorias para classe e sobre um tal comunismo, que desde 1922 estava sendo instalado em forma de partido em São Paulo. Em troca de estar presente nas reuniões, Rubem tentava ensinar alguns dos ferroviários a ler (CARVALHO, 2007, p. 45-48).

Aos 15 anos, teve uma experiência com o fascismo, por conta da figura idealizada de Benito Mussolini, mas se desencantou depois, quando começaram a aparecer as arbitrariedades do regime. Então, a admiração transformou-se em crítica ferrenha. Também era crítico ao comunismo,

pelo menos no começo (CARVALHO, 2007, p. 53-55).

Com o golpe de 1930 e a ascensão de Vargas ao poder, a família de Rubem perdeu as posses que tinham, pois eram ligados ao regime que havia sido deposto. Em 1931 ele serviu o Exército, foi dispensado e, morando em Belo Horizonte, na casa de um irmão, teve sua primeira experiência profissional no Jornalismo, no jornal *A Tarde*, um dos vários jornais da cadeia pertencente a Assis Chateaubriand.

Cobriu a Revolta Federalista de 1932 e chegou a ser apreendido por paulistas, simplesmente por trabalhar em um jornal de Minas. Foi liberado depois de desfeito o mal-entendido. Maneirou nos textos e, com escrita mais neutra, conseguia agradar os dois lados (CARVALHO, 2007, p. 100-10).

Foi bacharel em Direito, mas nunca exerceu. Escrevia sobre os vários brasis existentes e, como nem tudo agradava os anunciantes e os políticos, teve que fugir para Recife para não ser preso. Lá editava a *Folha do Povo*, da Aliança Nacional Libertadora, que era contra Vargas. Dali em diante, o associaram ao comunismo, sem nunca se haver filiado ao partido ou mesmo admitido ser comunista (CARVALHO, 2007, p. 140-43).

Do Recife fugiu para Porto Alegre-RS. O único emprego que conseguiu foi no jornal comunista *Amanhã*. Ali cobriu as brigas entre integralistas e comunistas. Já não assinava notícias para não ser preso. No RS voltou para Minas e de lá foi para o Rio de Janeiro, tendo que se esconder em

Minas mais uma vez antes de se fixar por um tempo no Rio de Janeiro e voltar para Porto Alegre, onde trabalhou no Correio do Povo e Folha da Tarde (CARVALHO, 2007, p. 173-75).

Porém, os textos não agradavam ao DIP. Diziam que ele estava organizando o Partido Comunista na capital gaúcha, e só não foi preso porque o interventor, general Cordeiro de Farias (mais tarde comandante da Artilharia da FEB), sabia que eram só boatos e lhe garantiu imunidade, desde que não deixasse o Rio Grande do Sul.

Em 1940, escrevia para o Estado de São Paulo, sob intervenção federal de Adhemar de Barros. Não assinava no Suplemento. Também era redator freelancer para a “Agência de Propaganda e Notícias Inter-Americana”. Depois foi destacado para trabalhar no Serviço Especial de Saúde. Em 1943, Rubem voltou para o Rio de Janeiro, onde foi contratado pelo Diário Carioca. Dali foi para a II Guerra Mundial, já em 1944.

Depois da guerra, voltou ao Rio de Janeiro, se envolveu em política partidária contra Vargas e depois com os comunistas de Cachoeiro e de São Paulo. Tentou abrir uma agência de notícias, mas o negócio falhou. Voltou para o Rio de Janeiro, trabalhou para o jornal A Manhã, do barão de Itararé. Passou pelo Diário de Notícias, O Globo, Correio da Manhã, Comício, Manchete, trabalhou na Embaixada do Brasil no Chile, na revista Senhor, foi embaixador do Brasil no Marrocos, voltou para a Manchete e por último foi funcionário da

Rede Globo de Televisão.

No tempo em que os militares governaram, mesmo com suspeita de comunismo e subversão, foi preservado por conta do respeito do pessoal do Exército pelo trabalho do jornalista junto à FEB. Fugiu várias vezes para não ser preso. Nessas sumidas que dava, havia boatos de que ele estava colaborando com guerrilheiros, o que não era verdade. Estava só escondido mesmo. Morreu em dezembro de 1990 de um câncer que o acometera.

Thassilo Mitke



Figura 12 – Thassilo Mitke

Fonte: Arquivo Nacional

Thassilo Augusto de Campos Mitke ou simplesmente Thassilo Mitke nasceu em São Paulo em 1923. Transferiu-se para o Rio de Janeiro e, com 19 anos, foi trabalhar como secretário-geral do jornal O Dia, já na Capital Federal, Rio de Janeiro. O ano era 1942.

Um ano depois, estava na Agência

Nacional e, aos 21, anos estava partindo para a Itália. Era fotógrafo e redator, algo corriqueiro nos dias atuais, mas inédito na época. Depois da guerra, continuou trabalhando para o Estado até a década de 60. Passou pelo “Repórter Esso” e pelos os jornais O Dia e A Notícia. Ficou no jornal O Dia até 1987. Saiu de lá para o cargo de diretor-editor de Última Hora.

Foi assessor de imprensa no Estado do Rio de Janeiro na década de 90, no período de reabertura política. Foi da assessoria do Metrô do Rio de Janeiro e, em 2007, estava assessor de imprensa da Assembleia Legislativa do Rio, no Gabinete da Deputada Sheila Gama. Faleceu aposentado em 2014, de causas naturais.

Considerações finais

Uma vez apresentados os correspondentes brasileiros da FEB, é possível concluir por suas biografias que não foram mandados jovens inexperientes para acompanhar a guerra na Europa. Pelo contrário, os jornalistas autorizados eram os melhores em seus veículos de comunicação. Da mesma forma, é possível dizer que o DIP abrandou suas próprias regras ao permitir que embarcassem os críticos do Governo e mesmo aqueles com maior proximidade ideológica com o que hoje se considera chamar de esquerda, como Egydio Squeff, Raul Brandão, Joel Silveira e Rubem Braga, para o conflito. Não foram tornados públicos até o presente momento documentos que embasem esse afrouxamento

na escolha de quem seguiria com a FEB.

O que se sabe, pelos escritos de Joel Silveira e Rubem Braga, é que houve uma reunião do Conselho de Imprensa em que os donos de jornais ameaçaram não publicar nada da FEB se o governo não deixasse que eles enviassem seus próprios correspondentes.

Também é possível dizer que os Estados Unidos estavam preocupados em tratar e retratar bem a participação dos brasileiros na II Guerra, uma vez que disponibilizou bons jornalistas, experientes em assuntos e mesmo em técnicas militares, para que fizessem o possível para mostrar os pracinhas ao mundo e principalmente no front interno. A política de boa vizinhança foi praticada com êxito. O mesmo se pode dizer dos britânicos, que disponibilizaram o Chico da BBC para cobrir a FEB e manter os bons serviços da emissora no Brasil.

Quanto à forma de trabalho, após um período de desconfiança, pode-se dizer que os jornalistas gozaram de certa autonomia para circular no front, desde que avisassem o major Souza Júnior, responsável pela parte de Imprensa no Serviço Especial da FEB.

Na parte da censura, dados coletados para esse artigo sugerem que os trechos cortados eram simplesmente reescritos e publicados, que os jornalistas entraram no jogo e se adaptaram à forma de trabalho na linha de frente. Se um texto ou outro não saísse, era problema no Brasil, porque o DIP impedia, uma vez que na Itália

a censura era menos rigorosa do que em território nacional.

No relacionamento entre os jornalistas, exceto pela competição natural de dar a notícia primeiro e de conseguir informações exclusivas, pode-se dizer que o convívio era pacífico e de camaradagem. Não foram encontrados relatos de desentendimentos entre qualquer um dos participantes da campanha, nem entre os de países diferentes.

Quanto às aspirações ideológicas, exceção por Rubem Braga e Joel Silveira, que tiveram maior contato com ideais comunistas, os demais ou trabalhavam para órgãos do Governo, ou eram contrários a Vargas (Egydio e Raul).²² Mesmo assim, todos mantinham a linha e não exteriorizavam suas posições de maneira direta, ainda que existam textos de Rubem Braga que dão a entender conceitos mais à esquerda. A censura deixou passar ou não entendeu.

Não que não houvesse um cunho não oficialista nos textos. Havia, e abertamente os jornalistas escreviam sobre o soldado simples ao invés do “bravo oficial”, e sem exageros, pois, os pracinhas preferiam os textos sem grandes rodeios, com a informação como se deu. Era o estilo que Ernie Pyle vinha adotando na imprensa de guerra dos Estados Unidos e que agradava os brasileiros também.

Desse ponto de vista, era um avanço não ter que ficar glorificando os feitos dos oficiais e sim dando destaque aos homens simples que compunham a FEB. No Brasil, a situação antes da guerra poderia ser vista com certo desconforto por elites militares que existissem nos quartéis. Do mes-

mo jeito que mudou o relacionamento dos soldados com os oficiais, tornando-os mais próximos e informais, a imprensa foi pelo mesmo caminho.

O envio dos jornalistas para a Itália fortaleceu o front interno e o moral dos combatentes. Foi uma experiência jornalística diferenciada, em que os jornais foram usados como arma de combate e persuasão, com uma imprensa mais livre na guerra dos Apenninos do que no próprio Brasil. Dos jornalistas que participaram, Joel Silveira, Rubem Braga e Thassilo Mitke escreveram suas memórias e organizaram suas crônicas, de modo que muito do que se lê hoje sobre a FEB e que não foram memórias de oficiais e soldados vem deles, civis, sem treinamento militar, enviados para a guerra.

Não seria correto dizer que eles conviveram com os soldados todos os dias, afinal, não lhes foi permitido; porém, estiveram em períodos prolongados e, nos ataques mais encarniçados, estavam juntos ou ao lado do Comando nos postos de observação. Jornalista não é infante, logo não seria justo exigir que estivessem ombro a ombro com os pracinhas. Mesmo assim, em Montese eles entraram no segundo dia de batalha e ficaram até que a cidade fosse consolidada, aguentando bombardeiros e tiroteios nas ruas do município.

No entanto, cumpriram de forma honrada seu papel naquele conflito, fortalecendo quem estava em casa e quem combatia, levando palavras de conforto (Rubem e Joel colocavam recados dos pracinhas nas notícias; O Globo tinha uma seção de recados do front), exortando a nação a apoiar a guerra e mostrando os fatos que cobrissem de glória o

cidão brasileiro transformado em soldado naqueles dias de 1944-45, quando o Jornalismo era a arma para derrubar o nazifascismo

e a Ditadura de Vargas também no front interno. Foram notas de uma guerra na Itália, dos jornalistas no front da FEB. **REB**

Referências

BLAINY, Geoffrey. **Uma Breve História do Mundo**. Rio de Janeiro: Fundamento, 2008.

BRAGA, Rubem. **Crônicas da guerra na Itália**. 3 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Record, 1996.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Estado Novo: novas histórias**. In Marcos César Freitas (org). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Marco Antonio de. **Um cíngulo fazendeiro do ar**. Rio de Janeiro: Globo, 2007.

Cony, Carlos Heitor. **Um pouco do Joel**. Folha de São Paulo, p. 2, 16 ago. 2007.

COSTA, Helton. **II Guerra: censura e regulamentos para correspondentes da FEB (1944-45)**. Artigo apresentado no XVIII Seminário de Inverno da Universidade Estadual de Ponta Grossa, realizado entre 15 e 19 de junho de 2015. Ponta Grossa, PR.

COSTA, Helton. **Jornalismo de mentirinha: licença poética e realidade em “Estrada 47”**. Artigo apresentado no XIII Encontro Paranaense de Pesquisa em Jornalismo, realizado entre 19 e 20 de outubro de 2015. Ponta Grossa, PR.

ESQUENAZI, Rose. **O rádio na Segunda Guerra: no ar, Francis Hallawell, o Chico da BBC**. Florianópolis: Insular, 2014.

FERRARI, Danilo Wenseslau. **A atuação de Joel Silveira na Imprensa Carioca (1937-1944)**. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2012.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX - 1914, 1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

KNIGHTLEY, Phillip. **A Primeira Vítima: o correspondente de guerra como herói, propagandista e fabricante de mitos, da Criméia ao Vietnã**, trad. Sônia Coutinho, Rio, Nova Fronteira, 1978.

MITKE, Thassilo; SILVEIRA, Joel. **A luta dos pracinhas**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

O GLOBO. O Globo, 90 anos: as notícias de O Globo Expedicionário direto no campo de batalha. Disponível em <[//oglobo.globo.com/brasil/o-globo-90-anos-as-noticias-de-globo-expedicionario-direto-no-front-de-batalha-16441726](http://oglobo.globo.com/brasil/o-globo-90-anos-as-noticias-de-globo-expedicionario-direto-no-front-de-batalha-16441726)>. Acesso em 07 de junho de 2018.

OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015. p.41.

PORTARI, Douglas. **Repórter velho de guerra**. Disponível em <[//observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo/reporter-velho-de-guerra/](http://observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo/reporter-velho-de-guerra/)>. Acesso: 8 fev. 2018.

QUEIROZ, Tito H.S. **Um correspondente de duas guerras mundiais: Raul Brandão e o Correio da Manhã**. Revista Comum, Rio de Janeiro, v. 15, n. 34, p. 76-89 – jul./dez. 2013.

WAR DEPARTMENT. **Regulamentos para Correspondentes acompanhando o Exército dos Estados Unidos em Campo**. Disponível em <www.ibiblio.org/hyperwar/USA/ref/WM/PDFs/WM30-26.PDF>. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

SILVEIRA, Joel. **O inverno da guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

_____. **Segunda Guerra Mundial: todos erraram, inclusive a FEB**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

VERGARA, Anelize. Rubem Braga: Crônica e censura no Estado Novo (1938- 1939). Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestra em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade). Assis, SP. 2014.

XAVIER DA SILVEIRA, Joaquim. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Há dados que estimam entre 50 milhões e 85 milhões o número de mortos.

² Disponível em <www.educacional.com.br/entrevistas/entrevista0124.asp>. Acesso em 02 de maio de 2016.

³ KNIGHTLEY, Phillip. **A Primeira Vítima: o correspondente de guerra como herói, propagandista e fabricante de mitos, da Criméia ao Vietnã**, trad. Sônia Coutinho, Rio, Nova Fronteira, 1978.

⁴ Um parêntese deve ser feito nesse ponto quanto às questões de ética ou falta dela, no que vem sendo lido até aqui. Isso porque as discussões quanto às questões éticas do jornalismo nasceram da crescente complexidade social e mediação da realidade exercida pelos meios de comunicação no final do século XIX. Em 1893, por exemplo, se reuniram em Chicago (EUA) jornalistas de várias partes do mundo para tratar de temas como a imprensa e a moral pública e a imprensa como defensora dos Direitos Humanos. Na Suécia, em 1896, os jornalistas já haviam estabelecido um compromisso moral em torno da profissão, o que culminou, em 1900, na necessidade de sistematizar essas discussões em um código. Porém, o primeiro Código seria o francês, em 1918, mas também há relatos de um Código de Ética em 1910, no Kansas (EUA). Hoje mais de 100 países de todo o mundo têm seu próprio código.

⁵ Chegaram a 700km da cidade, cortando suas comunicações.

⁶ Companhia de Propaganda.

⁷ Deveriam ser informadas apenas pelos órgãos oficiais.

-
- ⁸ Exceto se divulgado por órgão oficial.
- ⁹ Departamento de Imprensa e Propaganda.
- ¹⁰ Chegou à Itália já no último contingente enviado.
- ¹¹ Não fixo.
- ¹² Milionário americano.
- ¹³ Disponível em <[//oglobo.globo.com/brasil/o-globo-90-anos-as-noticias-de-globo-expedicionario-direto-no-front-de-batalha-16441726](http://oglobo.globo.com/brasil/o-globo-90-anos-as-noticias-de-globo-expedicionario-direto-no-front-de-batalha-16441726)>. Acesso em 07 de junho de 2018.
- ¹⁴ Foi publicado em 973 na Revista Veja: Revista Veja, 2 de maio de 1973, Edição n. 243, p. 13.
- ¹⁵ Firenze, Itália.
- ¹⁶ Norall ou Noral, porque há escrito dos dois jeitos, tanto em artigos em Português, quanto em Inglês. Na revista Em Guarda, está com dois, “Norall”; optamos por deixar assim.
- ¹⁷ Escritório de Coordenação para Assuntos Interamericanos, ligado ao Departamento de Segurança Nacional dos EUA, sendo subordinado ao Conselho de Defesa Nacional. Fazia parte do esforço de guerra para enfraquecer o Eixo e fortalecer a posição dos estadunidenses nas Américas.
- ¹⁸ FERRARI, Danilo Wenseslau. A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. O trabalho de Danilo ajudou a montar o quebra-cabeças que foi contar sobre a vida de Joel Silveira, antes, durante e depois da Guerra.
- ¹⁹ Disponível em <[//tribunadainternet.com.br/ha-45-anos-a-ditadura-militar-baixava-o-ai-5/](http://tribunadainternet.com.br/ha-45-anos-a-ditadura-militar-baixava-o-ai-5/)>. Acesso: 8 fev. 2018.
- ²⁰ Mais tarde seria figura chave para pressionar o Governo Vargas no mandato de 1952, usando a mídia para atacar o Governo.
- ²¹ Edmar Morel dos Diários Associados também foi vetado por motivos semelhantes, segundo Tito Queiroz.
- ²² Depois da guerra, tiveram posicionamentos mais à esquerda [como definidas nos dias atuais]. O mesmo vale para Horácio Coelho. Na época da guerra, eram vistos com desconfiança, mas não demonstravam suas aspirações tão abertamente, talvez por medo de perseguição ou autopreservação diante do Estado Novo.

Vozes femininas da Guerra

O antagonismo do noticiário de duas brasileiras na Segunda Guerra Mundial

*Alvaro Luiz dos Santos Alves**

Apresentação

Nosso artigo, que ainda se encontra em fase exploratória, haja vista a complexidade da vida dos envolvidos, é um exercício de compreender e trazer à luz o que foi o trabalho dos correspondentes de guerra durante a Segunda Guerra Mundial, em especial o trabalho desenvolvido por duas brasileiras, Silvia de Arruda Botelho Bitencourt, conhecida pelo pseudônimo de “Majoy”, e de Margarida Hirschmann, duas mulheres com histórias bem diferentes, que participaram de lados opostos da Segunda Guerra Mundial e servindo a interesses diversos e controversos. Nosso trabalho se apoia nos resultados obtidos após a pesquisa em boletins do Exército, relatórios do ministro da Guerra, acervos particulares, acervos do Judiciário, da Associação Brasileira de Imprensa, manuais do Exército Americano e Brasileiro e revistas diversas, sobre a vida dessas correspondentes.

Durante a Segunda Guerra Mundial, foram enviados diversos correspondentes de guerra para que realizassem trabalhos

jornalísticos visando mostrar ao público o ambiente de guerra. Os jornais brasileiros Diário Carioca, Correio da Manhã, Diários Associados, O Globo, Agência Nacional e o Jornal do Brasil destacaram vários repórteres para a nobre função; dentre eles, podemos destacar: pelo Diário Carioca, Rubem Braga; pelo Jornal do Brasil, Alberto Abrantes; pelo Correio da Manhã, Rui Brandão; pelo Globo, Egídio Squef; pelos Diários Associados, Joel Silveira e José Barros Leite, e, pela Agência Nacional, Tharsilo Nike e Horácio Sobrinho. Não podemos excluir deste rol de correspondentes de guerra Francis Hallawell, da BBC de Londres, que era chamado “Chico da BBC”, e também de Silvia de Arruda Botelho Bitencourt, conhecida pelo pseudônimo de “Majoy”, que trabalhou para o jornal americano United Press.

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) agregou os correspondentes, que, após o desembarque na Itália, ficaram na cidade Pistoia. Pelos correspondentes

* Subten Cav do Exército Brasileiro, graduado em História (Faculdades Simonsen/05), mestre em História (UNIVERSO/18), membro do IGHMB, membro da AHMITB, pesquisador associado do CEPHiMEx. Atualmente, é pesquisador e historiador do Arquivo Histórico do Exército Brasileiro.

foram produzidas várias reportagens de cunho informativo, e podemos verificar algumas delas nos arquivos dos jornais da época, em acervos de associações de ex-combatentes espalhadas pelo Brasil, em arquivos da Associação Brasileira de Imprensa e no Arquivo Histórico do Exército.

As experiências destes correspondentes foram eternizadas em alguns livros, tais como: Crônicas de Guerra na Itália, do correspondente Rubem Braga; O rádio na Segunda Guerra Mundial, de Rose Esquenazi; Scatoletas da Itália, de Francis Hallawell; Expedicionários na Itália, de Amador Cysneiros; Histórias de pracinha: oito meses com a Força Expedicionária Brasileira, de Joel Silveira, e outros.

É importante frisar que o Arquivo Histórico do Exército possui, em seu acervo, um vasto material sobre o tema, que, se for bem garimpado, poderá contribuir sobremaneira para formatação de ideias sobre o tema. Podemos destacar as caixetas nº 165 e 169, nas quais podemos verificar cópias de relatos dos correspondentes Joel Silveira, José César Borba, Egydio Squeff, Rubem Braga e Rui Brandão.

Um outro acervo interessante sobre a FEB, que também se encontra sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército e que pode contribuir com a pesquisa, é o referente aos manuais. Este acervo foi verificado e nele levantado um dado importante, na caixa 32 FEB encontramos um Manual de Campanha de nome C-30-26 – Manu-

al de Campanha – Informações – Instrução para os Correspondentes de Guerra junto às Forças do Exército e Campanha – 1948, que nos chamou bastante a atenção. Sabemos que a FEB utilizou diversos equipamentos do Exército Americano e que também utilizou muitos destes manuais, entre eles o FM 30-26 – Basic Field Manual – Regulations for Correspondents accompanying U. S. Army Forces in the Field. A estas espécies documentais dedicaremos outro item para análise. Dentro deste contexto de buscas ao acervo sobre os correspondentes, podemos observar que os arquivos podem ser um lugar de memória e de história, sendo preferencialmente um lugar de memória. É memória enquanto o documento repousa em caixetas e caixas pelas estantes da instituição, formando uma memória objetivada e não dependente da origem de produção ou dos agentes envolvidos. Esses semióforos,¹ postos a serviço dos interesses da pesquisa, são objetos da história e, com toda a certeza, trazem uma contribuição ímpar para o progresso das nações. Dentro desta perspectiva, é de extrema importância a democratização destes repositórios documentais, principalmente no que tange à documentação referente aos correspondentes de guerra, pois os mesmos prestaram um relevante serviço à Pátria ao partirem para os campos da Itália com o intuito de relatar o dia a dia de nossos “pracinhas” e das tropas envolvidas naquele penoso conflito.

Manual de campanha FM 30-26: uma análise necessária

Como já relatamos, o Brasil utilizou diversos equipamentos americanos durante a Segunda Guerra Mundial e não foi diferente em relação à doutrina militar. Vários manuais de campanha do Exército Americano foram traduzidos para o português e utilizados por nossas tropas na Itália. A exemplo destes, temos em pauta os relativos aos nossos correspondentes de guerra. Durante a guerra, nossas tropas usaram para regular a atividade dos correspondentes o Manual de Campanha FM 30-26 – Basic Field Manual – Regulations for Correspondents accompanying U. S. Army Forces in the Field que, em sua tradução, era conhecido como: FM 30-26 – Manual Básico de Campanha – Regulamento para os correspondentes acreditados junto às Forças do Exército dos Estados Unidos em Campanha – 21 de janeiro de 1942. Nota-se que sua edição é do ano de 1942. O Brasil utilizou o referido manual traduzido até o ano de 1948, quando foi editado pelo Ministério da Guerra o C-30-26 - Manual de Campanha – Informações – Instrução para os Correspondentes de Guerra junto às Forças do Exército e Campanha – 1948. Este manual não sofreu mudanças significativas, até mesmo porque o mesmo já havia sido testado em situações de combate, o que lhe dava a segurança de sua aplicação em contextos bélicos.

Logo em suas generalidades, o manual americano reconhecia o importante trabalho dos correspondentes:

O Exército Americano reconhece que os correspondentes desempenham uma indubitável função pública na difusão de notícias relacionadas com as operações do mesmo, em tempo de guerra. Os correspondentes que acompanham as tropas, em campanha, ocupam uma ambígua e delicada posição, tendo de fazer revelações verdadeiras, ao povo, sobre fatos relacionados com as operações do Exército e, ao mesmo tempo, abster-se de revelar aquelas que, apesar de verdadeiras, seriam desastrosas para nós, se conhecidas do inimigo. É indubitável que esta importante função só pode ser propriamente desempenhada sob regras e regulamentos razoáveis.

Nota-se, nesta introdução genérica, que há uma certa imposição do controle por parte do Exército dos Estados Unidos em relação aos correspondentes e ao que os mesmos publicariam em seus folhetins. Não era diferente no caso dos brasileiros: já a DIP exercia um controle acirrado sob o que seria publicado.

No item 3 do FM 30-26, que versa sobre a situação dos correspondentes, observamos que os mesmos “sem estarem no serviço militar, estão sujeitos às leis militares e ficam sob controle do comandante da força que eles acompanhem” (FM-3026US Army Force). O item 3 numera várias prerrogativas do correspondente de guerra. Uma outra que mereceu nosso destaque é a que disciplina a fato de não andar armado por parte dos correspondentes, como podemos ver a seguir:

Os correspondentes não exercem comando, não têm autoridade sobre o pessoal militar, nem tão pouco poderão andar armados. Estão sob as mesmas leis que os militares com relação à prestação de contas, submissão às ordens em vigor e ao dever de se conduzirem com dignidade e decoro.

Um correspondente torna-se sujeito às leis militares desde o momento em que começa a acompanhar as tropas, ou pessoal que está em serviço ativo. Isto, geralmente, se dará após sua apresentação à força de campanha junto à qual foi acreditado, mas pode começar antes, se ele viaja em transporte do governo.³

Embora não fossem militares e não pudessem andar armados, os correspondentes estavam sujeitos a todo tempo à disciplina militar, até mesmo trajavam uniformes de oficiais sem as insígnias de graduação, arma ou serviço.

Outro item importante e que deve ser analisado neste manual é o que versa sobre o arquivo de documentos produzidos. Todos os documentos passavam pelo oficial de informações e podiam sofrer censura. Este item, além dos outros foi estabelecido pelo Exército Brasileiro nos moldes do Exército Americano, como podemos ver a seguir:

Todos os despachos serão entregues em duplicata ao oficial de informações ou seu auxiliar, para censura, antes de arquivado ou expedido. No processo de censura, nenhuma alteração será feita

pelo censor, nos despachos, exceto apagar o que não pode ser dito. Os correspondentes, a menos que a ocasião seja extraordinária, terão permissão para ver seus despachos depois de censurados, no caso de desejarem fazer uma revisão, ou para científicarem do que é proibido, a fim de evitá-lo futuramente ou para reconstituir o número de palavras para a taxa telegráfica.

Uma cópia deve ser submetida ao censor sobre todas as entrevistas ou noticiários radiofônicos.⁴

O próprio manual, em suas generalidades, alertou sobre este assunto, quando revela o cuidado que deve ser tomado pelos correspondentes ao transmitirem notícias que poderiam ser prejudiciais aos objetivos do Exército. O manual discorre sobre vários pontos relativos a censura e delimita todos.

Encerrando esta sumária análise do FM 30-26, cabe-nos analisar o item referente à disciplina ligada aos correspondentes. Este item possui três pontos. Um é referente à cassação de privilégios, caso sejam modificados despachos para publicação com o intuito de enganar o censor, pelo uso de palavras encobrindo seu real sentido. Outro ponto é o que se refere à presença do inimigo; neste caso, o correspondente não arriscará a segurança da tropa e nem comprometerá a manobra em curso. Finalmente no último ponto, novamente a questão disciplinar entra em voga, pois se refere à violação intencional de qualquer dos preceitos disciplinares, podendo esta violação

ser punida com deportação ou julgamento por corte marcial.

O manual FM 30-26, como já aqui lembrado, foi utilizado por nossas forças, embora fosse americano. O mesmo é uma tradução autorizada e possivelmente tenha sofrido adaptações por parte do Comando brasileiro no decorrer da guerra, mas a sua forma original foi respeitada com as adequações permitidas.

Silvia de Arruda Botelho Bitencourt “Majoy”: uma mulher de que século?

O Prêmio Maria Moors Cabot⁵ é um prêmio anual da Escola de Jornalismo da Universidade Columbia nos Estados Unidos. O referido prêmio é considerado a mais alta distinção internacional do setor jornalístico. Talentosos e eminentes jornalistas já receberam o prêmio, entre estes, a jornalista brasileira Sylvia de Arruda Botelho Bitencourt. Conhecida como “Majoy”, foi a primeira mulher a receber o prêmio. Sylvia Bitencourt participou da cobertura jornalística da FEB na Itália. No momento em que nossos primeiros correspondentes de guerra chegaram à Itália, Sylvia já estava em atuação. Nesta ocasião, a mesma escrevia para a United Press International (UPI), uma agência de notícias internacional dos Estados Unidos.

Sylvia Bitencourt teve pouco contato com a FEB, pois os procedimentos de cobertura da United Press eram diferentes dos procedimentos adotados por jornais brasileiros. A UPI não deixou fixo um re-

pórter e nem estabeleceu funções específicas para eles. Os correspondentes da UPI faziam uma cobertura de modo mais amplo, utilizando reportagens por todo teatro de operações da Itália.

Sylvia Bitencourt era esposa de Paulo Bitencourt, diretor do jornal *Correio da Manhã*, que era de sua família. Este jornal designou como correspondente de guerra Rui Brandão. Não foram encontrados documentos oficiais por parte da FEB que fizessem qualquer registro sobre “Majoy”. Acreditamos que tal fato possa ser justificado pela situação particular da jornalista que prestava serviço para o lado americano e de não haver a necessidade de se documentar isso em nossos relatórios.

Após a guerra, Sylvia continuou seu trabalho como jornalista no Brasil, vindo a falecer em janeiro de 1995 no Rio de Janeiro. Há pouquíssimos relatos sobre a atuação da mesma em documentos e jornais; até mesmo os arquivos da Associação Brasileira de Imprensa pouco têm sobre a personagem.

Margarida Hirschmann a serviço da agência de propaganda alemã: culpada ou inocente?

A americana de origem japonesa Iva Toguri, no final da Segunda Guerra, ficou conhecida como a “Rosa de Tóquio”. A rendição das tropas já havia sido assinada, o Japão ainda enfrentava os aliados e, pelo rádio, uma mulher que falava inglês fluente conclamava os soldados americanos a deixarem o serviço militar sem licença,

ou seja, a desertarem. A mesma transmitia mensagens falsas, tais como batalhas que haviam sido vencidas pelos japoneses e que, na verdade, não haviam acontecido e sobre a derrota dos aliados na guerra. A abrangência da interlocutora foi tão grande que as transmissões da BBC de Londres foram invadidas pela rádio japonesa.

Próximo ao famoso Lago de Como na Itália, surgia uma voz brasileira no “Programa Auri Verde”. Era a voz de Margarida Hirschmann, uma brasileira filha de pais alemães, natural de São Paulo. A mesma foi acusada de ser empregada pela Agência de Propaganda Alemã para fazer irradiações às tropas Brasileiras. Estas mensagens eram de cunho desmoralizante e propagandista alemão. Margarida era conhecida como a nossa “Rosa de Tóquio” brasileira.

Margarida lia anúncios dos números musicais que eram tocados na “Rádio Auriverde”, programa que era dirigido às tropas brasileiras. Ela também lia anúncios sobre prisioneiros de guerra brasileiros, além de outras notícias de interesse das tropas. Ela apresenta-se como datilógrafa e tradutora. O programa brasileiro contava também com um alemão que passou muito tempo no Brasil e com outro brasileiro além de Margarida. Na mesma estação de rádio, encontrava-se Rita Zucca, conhecida como “Axis Sally”, que dirigia um programa parecido, só que destinado às tropas americanas.

Margarida Hirschmann foi para Munique em 1939 com seus genitores, pois seu pai iria realizar tratamento de saúde na

Alemanha; uma irmã e um irmão ficaram no Brasil. De 1942 a 1943, Margarida foi empregada como secretária no Hans der Deutschen Kunst, em Munique. Realizou traduções para um periódico que estava sendo enviado a Portugal para ser distribuído no país.

Segundo relatos de Margarida Hirschmann, quando foi presa em Milão pelo IV Corpo de Exército e cujo documento foi encaminhado à Chefia do Serviço de Polícia da FEB e traduzido:

Quando a mesma deixou o trabalho em Munique, voltou para casa dos pais na mesma cidade, os alemães chegaram e disseram que ela tinha que trabalhar ou em uma fábrica ou em um escritório, ela de preferiu trabalhar em um escritório. Foi enviada à estação de rádio em Stuttgart, onde os programas estavam sendo dirigidos para Portugal.⁶

Em dezembro de 1944, foi para a Itália com o objetivo de trabalhar em uma estação de rádio em Fino Monasco, perto de Como, local este onde irradiações estavam sendo feitas com a direção de agentes de propaganda alemã para soldados que falavam inglês e português que faziam frente aos alemães.

Margarida foi presa em 4 de junho de 1944 e levada a uma delegacia de polícia. Depois que havia sido presa, foi descoberto que ela havia feito irradiações e que era a principal pessoa do programa “Margarida Falando”. Novamente, em seu depoimento, Margarida disse que:

Tentou voltar três vezes ao Brasil, primeira vez em agosto de 1942. Ela disse que foi para Berlim e foi dito que havia dificuldades de troca. Também lhe foi dito que o Ministério das relações Exteriores Alemão tinha que aprovar e aparentemente não mostrou qualquer disposição para concordar. Novamente, um ano mais tarde, ela fez outra tentativa, e nessa ocasião o seu nome foi posto na lista, mas ela nunca foi chamada.⁷

Pelo que pode ser notado no depoimento acima, Margarida tinha o desejo de retornar ao Brasil, e os entraves burocráticos atrapalharam o intento da mesma. Ainda em seu depoimento, ela declara que seu pai não era nazista e que foi obrigado a trabalhar como sensor, fazendo censura em português e espanhol.

Embora tivesse apresentado documento do Serviço de Informações do IV Corpo, em cujo conteúdo declara que a mesma havia prestado informações úteis às Nações Aliadas, Margarida foi mandada sob escolta junto com um dos contingentes da FEB que retornavam ao Brasil. Aqui chegando, foi recolhida à prisão e processada por espionagem e por levantar armas contra o Brasil em guerra.

Margarida foi julgada pela Justiça Militar — 3^a Auditoria da 1^a Região Militar — e teve como advogado de defesa o Dr Evandro Lins e Silva. Neste processo, foi absolvida, mas a promotoria apelou do resultado, a pena foi revista e, nesse caso, recebeu a pena mínima de 20 anos; logo depois, os 20 anos foram transformados

em três anos e em seguida zerados.

Após todos estes acontecimentos, Margarida desapareceu, e não há relatos do que possa ter acontecido com ela. Os registros sobre sua história são muito esparsos.

Considerações finais

Em todas as fontes consultadas para a presente pesquisa, um fato foi sempre observado: a Segunda Guerra Mundial requereu muito esforço de seus partícipes, sejam eles os militares ou os civis. Todos contribuíram para a paz mundial, o papel de todos foi importante para um objetivo final e cada um teve o seu objetivo. Ao analisarmos o papel dos correspondentes de guerra e principalmente o desempenho dessas duas mulheres, de um lado Sylvia Bitencourt e de outro Margarida Hirschmann, um antagonismo de propósitos, não julgaremos aqui o papel de Margarida, ou se estava certa ou errada. Apenas sabemos que a história ainda tem muito a contar e trazer luz sobre a história dessas duas mulheres, mulheres à frente de seu tempo, que passaram por muitos desafios, como foi o caso de muitas outras que desafiaram o mundo onde viviam e entraram no mundo dos homens como foram os casos de Martha Gellhorn, Mary Roberts Rhinehart, Peggy HullClara Hollingworth, Dickey Chapelle, Lee Miller, Marguerite Higgins, que foram correspondentes de guerra em períodos diferentes de nossa história. Todas essas mulheres carregam um legado de luta e sofrimento na conquista de seus direitos, na expectativa de que suas vozes

fossem ouvidas e respeitadas, pois as mais extremas dificuldades foram a elas impostas, desde suas credenciais serem negadas por não haver banheiro compatível para mulheres em ambiente de combate ou outros motivos apresentados.

Há muito o que se pesquisar sobre a história dessas correspondentes, e nosso trabalho está longe de ser conclusivo, pois os meios que surgiram com esta pesquisa são os mais diversos e necessitam de tempo

para serem esclarecidos e buscados a fundo. Necessitam de uma exaustiva busca em arquivos de instituições da esfera pública e privada, nos arquivos da imprensa, nos arquivos do judiciário e também nos acervos particulares.

Deixamos aqui um desafio: a vida dessas duas jornalistas deve ser investigada e a sociedade necessita conhecer mais um pouco da história dessas importantes brasileiras. **REB**

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Coletânea de Orientações sobre Gestão de Arquivos de Organizações Militares. Rio de Janeiro, 2011.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Acervo da Força Expedicionária Brasileira – Fundo Guerras Externas. Rio de Janeiro, 1946.

ARQUIVO NACIONAL. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL. Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro, 2006.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.21, n 1, 1998. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=39>.

CRESPO FILHO, Jayme M. Preservação e Difusão do Patrimônio Cultural do Exército Brasileiro. Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro, 2005.

DERRIDA, J. Mal de arquivo: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

HUYSEN, A. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

C-30-26 - Manual de Campanha – Informações – Instrução para os Correspondentes de Guerra junto às Forças do Exército e Campanha – 1948.

FM 30-26 – Basic Field Manual – Regulations for Correspondents accompanying U. S. Army Forces in the Field”.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

- ¹ Um semáforo só existe se for algo único. Semáforo é algo cujo valor não é medido pela sua força material e sim por seu significado simbólico.
- ² FM 30-26 - Manual Básico de Campanha – Regulamento para os correspondentes acreditados junto às Forças do Exército dos Estados Unidos em Campanha – 21 de janeiro de 1942.
- ³ FM 30-26 - Manual Básico de Campanha – Regulamento para os correspondentes acreditados junto às Forças do Exército dos Estados Unidos em Campanha – 21 de janeiro de 1942.
- ⁵ FM 30-26 - Manual Básico de Campanha – Regulamento para os correspondentes acreditados junto às Forças do Exército dos Estados Unidos em Campanha – 21 de janeiro de 1942.
- ⁶ Fundado em 1938 por Godfrey Lowell Cabot, o prêmio é uma homenagem a sua esposa, Maria Moors Cabot. Desde então, já foram agraciadas mais de 260 pessoas, com um adicional de citações especiais para jornalistas de mais de 30 países das Américas. Entre os vencedores estão Mario Vargas Llosa (Peru); Alma Guillermoprieto (México), Carlos Fernando Chamorro (Nicarágua) e o âncora da Univision, Jorge Ramos.
- ⁷ O Cabot é considerado o mais velho prêmio internacional de jornalismo. São agraciados os profissionais que cobriram o hemisfério oeste e, através de suas reportagens e trabalho editorial, procuraram melhorar o entendimento interamericano. (www.journalism.columbia.edu).
- ⁸ Arquivo da Chefia de Polícia da FEB – Documentos de acusação contra Margarida Hirschmann Locutora Inimiga – Pasta 10 – Subpasta 4 – Caixeta 495 – Arquivo Histórico do Exército.
- ⁹ Arquivo da Chefia de Polícia da FEB – Documentos de acusação contra Margarida Hirschmann Locutora Inimiga – Pasta 10 – Subpasta 4 – Caixeta 495 – Arquivo Histórico do Exército.

1º Brazilian Fighter Squadron

A coletividade de suas memórias

*Andréia Elizabeth Bohn Lüder**

Introdução

Neste estudo, busca-se examinar a relação entre história e memória coletiva, partindo dos livros escritos pelos pilotos do 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB). Essas obras possuem como elemento em comum os relatos das experiências durante a Segunda Guerra Mundial. São elas: Missão de Guerra (1958), do Ten Cel Av Luiz Fernando Perdigão; Missão 60 (1971), de Fernando Pereyron Mocellin; Senta a Pua! (1980), do Cel Av Rui Moreira Lima e Overnight Tapachula (1985), do 2º Ten Av Alberto Martins Torres. O objetivo é analisar as obras e a construção de sua estrutura memorial, que aqui delimitarei da seguinte forma: 1º momento individual e 2º momento coletivo.

As memórias coletivas são construídas por diversas lembranças autênticas, de acordo com o conceito de Maurice Halbwachs (1950). Ou seja, o meio social em que as lembranças teriam sido criadas as sustenta por meio dos diversos testemunhos equivalentes. Essas lembranças passam a ser

memórias possuidoras de uma significação simbólica pertinente ao sentimento de construção identitária e de pertencimento a um grupo; desse modo é possível configurá-la como um lugar de memória, e os livros que a registram, como documento-monumento.

Os autores dos livros analisados foram pilotos do 1º Grupo de Aviação de Caça (1ºGAvCa) da Força Aérea Brasileira e alistaram-se como voluntários atuando como pilotos de combate, voando nos intrépidos P-47 Thunderbolt; o palco de operações desses pilotos foram os céus da Itália entre os anos de 1944 a 1945.

Luiz Fernando Perdigão nasceu em 24.12.1922, na cidade do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro. Ingressou na carreira militar e escolheu como arma a aviação do exército, alistou-se como voluntário para ir à Itália e lutar pelo seu país. No 1ºGAvCa foi piloto de combate e fez parte da Esquadrilha Verde, realizando um total de 77 missões. Ao retornar ao Brasil, continuou como piloto da FAB.

* Subten Cav do Exército Brasileiro, graduado em História (Faculdades Simonsen/05), mestre em História (UNIVERSO/18), membro do IGHMB, membro da AHMITB, pesquisador associado do CEPHiMEx. Atualmente, é pesquisador e historiador do Arquivo Histórico do Exército Brasileiro.

Fernando Pereyron Mocellin nasceu em 20.06.1922, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Proveniente de instrução civil dos aeroclubes de Santa Maria e do Paraná, Mocellin se alistou como voluntário, indo para a Itália em 1944. Foi piloto de combate e pertenceu à Esquadrilha Vermelha, realizando um total de 59 missões pela FAB. Ao retornar, deu baixa de seu serviço militar.

Alberto Martins Torres nasceu nos Estados Unidos, na cidade de Norfolk, do estado da Virginia em 10.12.1919. Filho de pai diplomata, ingressou na carreira militar escolhendo a arma aviação do exército. Atuou nas operações aéreas de defesa do litoral brasileiro durante os ataques dos submarinos alemães aos navios brasileiros, alistou-se como voluntário e atuou na Esquadrilha Vermelha do 1ºGAvCa, realizando um total de 99 missões.

Rui Moreira Lima nasceu em 12.06.1919, na cidade de Colinas, no estado do Maranhão. Ingressou na carreira militar e escolheu como arma a aviação do exército, alistou-se como voluntário e foi piloto de combate da Esquadrilha Verde, realizando um total de 94 missões. Ao retornar ao Brasil, continuou na FAB e foi comandante da Base Aérea de Santa Cruz, entre 14.08.1962 e 02.04.1964, quando foi cassado.

As obras

O primeiro livro a ser analisado é o do Ten Cel Av Luiz Fernando Perdigão, o *Missão de Guerra* (1958); o segundo li-

vro a ser escrito. O seu primeiro livro foi *Avestruzes no Céu da Itália*, publicado em 1945. Ambos os livros possuem fotos da atuação da FAB na Itália.

Missão de Guerra é dividido em 17 capítulos, e seu primeiro capítulo, *A Guerra da Praia*, se inicia no ano de 1942, já na declaração de Guerra do Brasil ao Eixo, nos dando um breve histórico da FAB e sua campanha antissubmarino. No capítulo seguinte, temos o *Adeus a Pátria*, e nele o ano de 1943 com a criação do voluntariado para um grupo de caça para lutar contra o nazismo, em defesa da pátria ameaçada. Mas, para isso, havia o treinamento com os estadunidenses no Panamá e depois nos Estados Unidos e, por fim, a ida à Itália que é retratada nos capítulos subsequentes: *Uma bandeira que vai à guerra*, *A dois passos de New York* e *Rumo ao desconhecido*.

A partir do capítulo sexto ao capítulo décimo quarto, teremos a chegada dos pilotos a Tarquínea na Itália: os desafios do acampamento; do início das operações; a história, mesmo que de um modo breve, do símbolo do avestruz pintado nas aeronaves P-47. Um período de alegria, mas também de tristeza devido à morte de alguns colegas em operações de guerra e em um infortúnio durante a filmagem de uma exibição aérea aos correspondentes de guerra. Temos agora uma sequência de operações, as histórias de Perdigão e de seus companheiros.

No décimo quinto, *Fugindo ao Inferno*, teremos a primeira aparição dos relatos dos pilotos brasileiros que, abatidos, conseguiram refúgio junto aos “partisanos” e

daqueles que foram feitos prisioneiros dos alemães.

Nos dois últimos capítulos, temos o retorno dos pilotos brasileiros à pátria e o canto de louvor a aqueles homens que tanto lutaram e deram as suas vidas à pátria brasileira, e a relação desses homens, que, com seus aviões, se transmutam em uma máquina completa.

A construção da narrativa do livro de Perdigão é pautada primeiramente na história da FAB e, na sequência, na dos pilotos do 1º GAvCa. As memórias são apresentadas para a construção de um coletivo, as suas memórias individuais sómente corroboram com a construção de uma memória geral.

O segundo livro é o Missão 60 (1971), do Fernando Pereyron Mocellin, nascido da necessidade de seu autor escrever sobre os acontecimentos da guerra; como ele mesmo denomina, não é um livro de guerra, mas sim de um homem que foi à guerra. A obra é dividida em 23 capítulos, nominados de A a W; os três primeiros retratam a história de um piloto civil que luta para ingressar na FAB e que vê no voluntariado a oportunidade de ingressar no mundo da aviação.

Teremos, nos próximos vinte capítulos, uma escrita pessoal contando de suas experiências, medo e esperanças para com o seu futuro e de seus colegas durante o período de treinamento no Panamá, nos Estados Unidos e a partida para a Itália. Dos capítulos D ao L, teremos nove capítulos voltados para as lembranças de seu processo de treinamento nos Panamá e Esta-

dos Unidos. Abro um parêntese especial ao capítulo N, que trata tão somente do símbolo do grupo, o avestruz, e de seu grito “Senta a Pua!”. Os capítulos subsequentes tratarão sobre a sua vivência como piloto e suas histórias de amor, como também os feitos de seus colegas de farda.

Mocellin é o narrador que se faz presente na história que está sendo contada, e por isso ela possui dois momentos: o primeiro momento é o das suas lembranças individuais de sua vida em Santa Maria, no Rio Grande do Sul e posteriormente no Aeroclube do Paraná, em Curitiba. Já o segundo são as lembranças com os outros, que só passa a ser relevante para a narrativa a partir do momento da confirmação de sua convocação e participação como piloto de combate. Um fato interessante em sua obra é a presença de referências bibliográficas e entre as obras citadas está o Missão de Guerra de Perdigão.

O terceiro livro é o Senta a Pua! (1980), do Cel Av Rui Moreira Lima, que, do mesmo modo do Missão de Guerra, é voltado especificamente para o histórico da FAB e sua atuação na guerra europeia. Composto por 11 capítulos todos tratam da vida do grupo de caça de forma muito mais minuciosa do que foi apresentado nos dois livros anteriores. Moreira Lima deixa claro aos leitores que foi em busca das lembranças de seus colegas para não confiar tão somente em sua memória individual dos fatos; apoiando-se também nas duas obras anteriormente descritas, elas lhe servem como apontamentos e como fios condutores da construção de sua narrativa.

Os quatro primeiros capítulos tratam especificamente da FAB e das questões com o 350th Fighter Group; da relação dos pilotos brasileiros com os seus P-47 Thunderbolt; e das curiosidades do 1º Grupo de Caça de modo geral e é nessa parte que temos um histórico do símbolo do Senta a Pua! e dos encontros entre a FAB e a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália.

Nos capítulos seguintes, temos os relatos mais ricos de detalhes contados por Moreira Lima. A sua escrita deixa claro que ele passa a ser o intermediador entre aqueles que leem história e aqueles que a estão contando. Mesmo que ele tenha estado presente em diversos acontecimentos, há a busca para que aqueles que foram os autores dos feitos contem a história. Desse modo, Moreira Lima nos traz o sentido de veracidade dos fatos relatados, pois o que antes era presente na oralidade agora está escrito; os testemunhos dos acontecimentos fazem parte do rol dos documentos.¹

Do mesmo modo que no livro de Perdigão, não há o primeiro momento de um núcleo de sua história individual. Existe a necessidade de contar a história da atuação desses pilotos de caça de um modo amplo e em uma riqueza de detalhes que se faz sentida em consequência de suas 500 páginas. Em consequência da grandiosidade dessa obra, é possível ver nela uma espécie de bíblia daqueles que buscam iniciar os seus estudos sobre a atuação da FAB e do 1ºGAvCa na Itália.

E, por fim, temos o livro do 2º Ten Av Alberto Martins Torres, *Overnight Tlapachula* (1985), que, diferentemente dos

três primeiros livros, traz uma profusão de informações de sua vida antes, durante e após a guerra. Podemos separar os trinta capítulos em três períodos: um primeiro, composto por doze capítulos anteriores a ida à Itália; segundo, com dez capítulos envolvendo as histórias dos pilotos e suas atuações na Guerra e, por fim, oito capítulos relatando o retorno ao Brasil e homenagens aos companheiros.

É de Torres que temos a divisão do ato de voar em três fases:² a heroica, a romântica e a profissional. E, na visão do autor, é na fase romântica que ele e o primeiro grupo de caça atuaram e também se inserem as histórias contadas em seu livro.

Nas próprias palavras do autor, a sua obra

guarda bastante fidelidade histórica, sem pretender ser um trabalho de fôlego, mas apenas pinceladas retratando algumas facetas de uma atividade em determinada época.³

Sendo assim, temos uma obra que não busca se aprofundar nos acontecimentos, tal qual o livro de Moreira Lima; sua intenção não é somente falar do 1ºGAvCa, mas também de sua própria história de vida.

Nos livros do Mocellin e de Torres, temos dois momentos em que as lembranças individuais pouco remetem ao período da guerra, mas sim a um período anterior à guerra. E o segundo momento, formado com auxílios da coletividade, neste caso seus colegas de farda. Já nos livros *Missão de Guerra* e *Senta a Pua!*, temos só o segundo momento, o das lembranças coleti-

vas para construir um todo, pois mesmo aquelas que se apresentam como relatos individuais são interessantes, ao acrescentarem detalhes nas lembranças do coletivo.

Sobre a memória

É necessário certo receio ao falarmos de memória, pois ela se apresenta pouco confiável em consequência de ela se apresentar como um recurso de um fato passado do qual afirmamos ter capacidade de nos lembrar. E, para discorrer sobre a produção de nossas memórias, recorro ao filósofo francês Paul Ricoeur, que analisa de modo amplo as relações de história e memória em sua obra: *A memória, a história e o esquecimento* (2007).

Ricoeur me serve principalmente para a construção da análise de que maneira as memórias podem ser construídas, primeiramente no nível individual e posteriormente no coletivo. Em relação à construção da memória individual, utilizo a do filósofo alemão Edmund Husserl, na qual o sujeito passa a construir as suas memórias interiores por meio de suas relações com o objeto vivido; deste modo, a consciência sobre esse tempo (lembraça vivida) é declarada íntima.⁴

De modo simplificado, podemos constituir nos livros do Mocellin e de Torres a questão de uma memória interior na primeira fase de seus livros, já que os testemunhos que eles trazem são tão somente de suas histórias pessoais. E aqui utilizo testemunhos do mesmo modo que Ricoeur o apresenta, ou seja, uma estrutura fundamental de trans-

sião entre a memória e a história.

As construções de memória coletiva dentro dos conceitos de Husserl se apresentam como a comunitarização da experiência. Assim, de acordo com o seu postulado, apenas se pode ter acesso à constituição absoluta de fluxo correlativamente com a constituição de algo que dura. As lembranças, ou fases, como o autor chama, passam a construir um fluxo de memória denso a partir da comunitarização dessas lembranças.⁵

Mas é com o sociólogo francês Maurice Halbwachs que teremos um olhar para o exterior, ou seja, para as memórias de cunho coletivo se apoiando na necessidade de um meio social para a criação e manutenção das memórias compartilhadas; a partir desse momento, nos surge o conceito de memória autêntica. De acordo com Halbwachs, ela provaria a sua validade por estar atrelada a um local social que comprovaria a sua veracidade como um acontecimento.⁶ Assim, as lembranças seriam formadas por testemunhos, que, em seu papel de lembrar, permite reconstruir todo o conjunto de acontecimentos em uma determinada especificidade para um nós que não vivenciou esses fatos.

Ao tratar da questão da construção de uma memória coletiva dos livros, temos, logo no início, um local social que é o fato de serem pilotos, na sequência pertencerem ao 1º GAvCa e atuarem na guerra europeia, as experiências vividas constroem um sentimento de identidade e pertencimento a aquele momento e ao grupo, a significação simbólica também é marcante pelo fato de eles estarem lá para defender

o ideal de honra da nação, palavra recorrente nos quatro livros.

Podemos construir toda a carga identitária desse grupo partindo do livro Missão de Guerra, que já nos traz, mesmo que de modo um tanto quanto panorâmico, a unicidade de todo o grupo. Missão 60 se apoia no que já foi apresentado por Perdigão, com os seus acréscimos em primeira pessoa. Rui Moreira Lima inicia o projeto de Senta a Pua! com a função de trazer ao público de forma mais aprofundada a atuação da FAB na Itália com o pedido de que seus amigos relatem suas histórias a ele. E ainda assim temos a presença dos livros de Perdigão e Mocellin. O livro de Torres é o que mais se diferencia dos outros três devendo à construção de seus capítulos, mas que retoma o pedido feito a ele por Moreira Lima para que ele escrevesse suas histórias do período do 1ºGAvCa.

Temos o local social e a perpetuação de fatos que nós, leitores, não vivenciamos. Sua história é contada por meio de seus testemunhos, que nos sensibilizam para com as suas histórias, algo que talvez um documento oficial não trouxesse aos nossos olhares como leitores-espectadores.

O testemunho

Ricoeur considera o testemunho como uma grande possibilidade de novos caminhos nas operações historiográficas.

Com o testemunho, inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo

e pelos documentos e termina na prova documental.⁷

Contudo ele precisa ser analisado de forma crítica para que possa ser considerado confiável. Para isso, Ricoeur elenca seis operações para uma avaliação crítica dos fatos narrados. Primeiramente, separar em duas vertentes; a primeira seria a realidade do acontecimento relatado e a segunda, a autenticidade da declaração de seu autor, chamada de confiabilidade presumida.⁸

O segundo ponto é o modo como o autor do testemunho atesta a sua participação. O envolvimento passa a ser comprovado por meio da construção semântica constituída pela afirmação de “eu estava lá”, e ela se autoafirma como testemunha. A realidade do acontecimento se mistura com a presença do narrador, e “esses tipos de asserções ligam o testemunho pontual a toda a história de uma vida”.⁹

O terceiro e o quarto pontos são a autenticação e a aceitação daquele testemunho. Isso ocorre quando a testemunha e seu relato são atestados pelos membros de sua comunidade. O relato passa a ser questionado e confrontado, a dúvida sobre a veracidade dos acontecimentos do testemunho é o elemento que criará a confiança de autenticidade e a moralidade do testemunho. Esses dois pontos são críticos, pois, caso não seja atestada a veracidade do testemunho, a palavra de quem o relatou perde a sua credibilidade e confiança para com o seu núcleo social.

O quinto ponto é a confiabilidade

do relato da testemunha e a capacidade de manter o testemunho no tempo, na ideia de manutenção de sua palavra. Deste modo “o testemunho vem assim unir-se à promessa em meio aos atos de discurso”.¹⁰

O sexto e último ponto é a ideia de segurança da testemunha e de seu testemunho para com o seu vínculo social, que por sua vez pode tornar o testemunho como uma instituição natural, que irá distinguir uma narrativa de uma conversação comum para uma narrativa construída por meio de procedimentos técnicos, tais como os processuais. Ricoeur reitera que a instituição dá estabilidade ao testemunho para que o vínculo social tenha mais segurança para com o que foi dito, pois se passa a acreditar na palavra de outro.

O testemunho passa a ter a confiabilidade que um documento escrito possui, permitindo aos pesquisadores uma análise crítica de toda a sua construção e validade como prova documental de um determinado acontecimento. Os livros anteriormente descritos podem sim passar pelos seis pontos elencados para se analisarem os testemunhos e considerá-los verídicos e elementos fundamentais para a construção de uma memória coletiva firmada pelo vínculo social e na confiança pela palavra do outro.

Primeiramente, temos a confirmação da realidade dos fatos contados por meio de documentação oficial da ida de pilotos brasileiros à Itália durante a Segunda Guerra Mundial pela FAB, e as declarações dos autores dos livros são autênticas ao buscarem apoio em seus colegas e na

Instituição que é a FAB.

Os livros são organizados de forma a atestar a participação dos autores e de seus colegas de farda na guerra, a construção fraseológica é permeada por verbos em primeira e terceira pessoa do singular e do plural, sendo o pronome “nós” utilizado em larga escala. A realidade dos acontecimentos apresenta elementos intrínsecos à vida do narrador e de terceiros, e são esses terceiros que podem atestar seu testemunho.

Os testemunhos presentes nos livros são considerados autênticos já que se apoiam um no outro para construírem uma lembrança única da história do 1ºGAvCa. A autenticidade é validada pelo meio social dos autores, ou seja, por outros pilotos da FAB que foram para a guerra, corroborando para a credibilidade e confiança desses testemunhos e de sua permanência no tempo, permitindo uma análise documental por outro ângulo deste momento histórico.

A confiança na palavra de outrem reforça não somente a interdependência, mas a similitude em humanidade dos membros da comunidade. O intercâmbio das confianças especifica o vínculo entre seres semelhantes.¹¹

Por fim, temos uma coletânea de testemunhos que constroem a memória de um coletivo, a instituição da memória passa a ser estabelecida com a criação de um local comum: o fato de serem membros do 1ºGAvCa, de participarem da guerra na Europa e de lutarem pelo ideal de seu país.

Esses testemunhos são memórias e

são constituídos de lugares, criados pela necessidade de manter a sua história de modo material, simbólico e funcional. Os lugares dessas memórias não estão presentes fisicamente, somente os atingimos ao lermos os livros, assim temos um Lugar de Memória,¹² um espaço onde a memória se fixa e serve como uma nova forma de aprender uma memória que não nos é natural, e sua representação nos serve como fonte histórica.

Os livros se tornam um elemento da construção de um espaço cheio de simbolismos; surgiram da necessidade de manutenção de sua própria história, como também a de difundir as experiências vividas para com as próximas gerações. É um momento de nossa história nacional, que não pode ser esquecida, e para isso se faz necessária a coletividade das memórias.

O historiador francês Pierre Nora analisa os lugares de memória como um lugar duplo,

um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.¹³

A história contada do 1ºGAvCa se fecha sobre si mesma na tentativa de manter a sua identidade, mas também se abre para as novas significações de seu legado.

Os livros como lugares de memória podem ser considerados como Documento-Monumento, eles são produtos de um grupo social que os criou e pertencem a

ele, são as escolhas de um passado a ser lembrado.

Conclusão

Esses livros foram escritos com a finalidade de manter e perpetuar as histórias do grupo de pilotos do 1ºGAvCa e da própria FAB, foi um modo de evitar que todo esse conhecimento e experiência fosse esquecido. Porém, ao procurarmos os livros nos dias de hoje encontramos dificuldades, não os achamos em sites de livrarias como na Cultura, Fnac ou Saraiva, já que nenhum dos quatro livros está disponível e sem previsão de estar novamente nos estoques da loja. No caso da Amazon, o site redireciona para outros sites de vendas de livros que possuem o produto pesquisado, mesmo assim somente um dos livros estava disponível para aquisição.

Deste modo, partimos para as buscas nos sebos e encontramos valores exorbitantes, o que passa a dificultar ainda mais a compra dessas obras pelo leitor comum. *Senta a Pua!*, de Rui Moreira Lima, passou por uma 4^a edição em 2011, e em 2018 o encontramos com um preço em média de 60 a 70 reais, sem acrescentar o valor do frete, mas também o encontramos pelo valor de até R\$ 170,00.

A proposta inicial dos livros e seus autores era a de se aproximarem de um público que não teve conhecimento direto dos acontecimentos da guerra, de como atuaram nas operações, com a finalidade de deixar as suas experiências de vida na guerra como um marco, para que a humanidade não cometa os mesmos erros do

passado. Contudo, está ocorrendo um distanciamento dessa proposta inicial e corremos o risco de nos esquecermos das memórias desses pilotos devido à falta de novas edições acessíveis ao público adulto e infantil.

Por meio da obra *Esta é uma historinha que conta como vovô virou avestruz* (2001), do Cap Av Fortunato Camara de Oliveira,¹⁴ dispomos da possibilidade de atrair um público jovem que busca se identificar com os heróis presentes no livro, e a linguagem mais simples facilita para as crianças a compreensão da ideia central da obra.

Temos, com o livro de Fortunato, uma possibilidade de continuarmos com a proposta inicial da manutenção dessas memórias, atraindo a atenção de um público jovem que tenha futuramente um interesse em se aprofundar nas memórias desse grupo de pilotos brasileiros que foram para a guerra. Entretanto, de nada adianta atrair esse público se os livros não estiverem em um formato atualizado e digital, caso contrário eles estarão fadados ao esquecimento restando a nós, pesquisadores, a função resgatá-los. 

Referências

- DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. Tradução: Constancia Morel. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- HUNT, Peter. **Crítica, Teoria e Literatura infantil**. Tradução de Cid Knipel. São Paulo: Cosac-naify, 2010.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. (7^a edição revista).
- LIMA, Rui Moreira. **Senta a Pua!** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.
- MOCELLIN, Fernando Pereyron. **Missão 60**. Memórias de um piloto de guerra brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história**. A problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. In: Projeto História, São Paulo, v.10, Jul-Dez, 1993, pp. 07-28. Disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acessado em: 07/05/2018.
- OLIVEIRA, Fortunato Camara. **Esta é uma historinha que conta como vovô virou avestruz**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.
- PERDIGÃO, Luiz Fernando. **Missão de Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SENTANDO A PUA. **Ficha Biográfica**. Alberto Martins Torres, s.d. Disponível em: <[www.sentandoapua.com.br/portal3/content/view/Alberto%20Martins%20Torres/63](http://sentandoapua.com.br/portal3/content/view/Alberto%20Martins%20Torres/63)>. Acessado em: 11/05/2018.

_____. **Ficha Biográfica.** Fernando Pereyron Mocellin, s.d. Disponível em: <www.sentandoapua.com.br/portal3/content/view/Fernando%20Pereyron%20Mocellin/63/>. Acessado em: 11/05/2018.

_____. **Ficha Biográfica.** Luiz Felipe Perdigão da Fonseca, s.d. Disponível em: <www.sentandoapua.com.br/portal3/content/view/Luiz%20Felipe%20Perdig%C3%A3o%20da%20Fonseca/63/>. Acessado em: 11/05/2018.

_____. **Ficha Biográfica.** Rui Barbosa Moreira Lima, s.d. Disponível em: <www.sentandoapua.com.br/portal3/content/view/Rui%20Barbosa%20Moreira%20Lima/63/> Acessado em: 11/05/2018.

TORRES, Alberto Martins. **Overnight Tapachula.** Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica, 1985.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, pp.175.

² A fase Heroica é um período um pouco antes da Segunda Guerra Mundial, em consequência do desbravamento do ar por meio de uma máquina mais pesada que o ar, durante a qual tantos morreram para que fosse possível desenvolver e aperfeiçoar a arte de voar. A fase seguinte é a fase Romântica, entre os anos 1930 e 1950, um período no qual ser piloto é muito mais caracterizado pelo amor ao ato de voar, já que as condições ainda não eram tão melhores quanto as da fase Heroica, e que, em consequência da Segunda Guerra, terminou por fundar o sentimento de amor, rancor e respeito ao piloto da frente inimiga. A última fase pós-Segunda Guerra é a Profissional, ou seja, o ato de voar não pertence somente aos desbravadores e nem aos momentos de conflitos entre os homens; a guerra acelerou o processo da profissionalização do piloto militar e civil, havendo a ampliação desse setor, no qual há necessidade de se padronizar o uso dos os espaços aéreos.

³ TORRES, Alberto Martins. Overnight Tapachula. Rio de Janeiro, Revista Aeronáutica, 1985, pp.16.

⁴ RICOEUR, Paul. Op cit, 2007, pp.120.

⁵ Ibidem, pp.122-123.

⁶ Ibidem, pp.131.

⁷ Ibidem, pp.170.

⁸ Ibidem, pp.172.

⁹ Ibidem, pp.173.

¹⁰ Ibidem, pp.174.

¹¹ Ibidem, pp.175.

¹² NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. In: Projeto História, São Paulo, v.10, pp 07-28, Jul-Dez, 1993, pp 13.

¹³ NORA, Pierre. Op cit,1993, pp 27.

¹⁴ Fortunato Camara de Oliveira foi piloto do 1ºGAvCa e atuou como Cap Av da Esquadrilha Azul; foi também o criador do emblema de avestruz do “Senta a Pua!”.

Estudo comparado entre os fatos narrados pelos correspondentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial e os relatos dos pracinhas

*Elen C. G. Vasconcellos**

No século XIII, época do comércio de especiarias foi publicada a obra narrativa *Viagens de Marco Polo*, em que um jovem de nome Marco, da família Polo de Veneza, foi, a mando do imperador Kublai-Khan, se aventurar em atravessar a Ásia, através da Mongólia, obra essa que obteve grande sucesso. Esse estilo de comunicação trazia ao leitor uma notícia mais detalhada de um lugar distante e, na maioria das vezes, desconhecido pelo leitor. Nos dias atuais esses relatos continuam comuns entre os correspondentes de guerra (HOHLFELDT, 2001, p.85).

Este trabalho pretende fazer um levantamento da história dos correspondentes de guerra brasileiros na Segunda Guerra Mundial, realizando um estudo comparado de seus relatos com os relatos de pracinhas brasileiros colhidos pós-guerra.

Interessante observar que, ao voltar ao Brasil, alguns desses jornalistas publicam sobre seu trabalho no front, ao mesmo estilo de Marco Polo, no século XIII, enquanto os pracinhas, em sua maioria, não gostavam de relembrar o

que passaram na Itália; poucos se aventuraram a publicar diários ou suas memórias.

Os correspondentes de guerra, em geral, são jornalistas profissionais, com um bom conceito na imprensa, que são enviados de forma especial por seu país até onde está acontecendo a guerra, com objetivo claro de relatar os acontecimentos. Para acompanhar as forças brasileiras na Itália, a imprensa brasileira enviou os seguintes correspondentes de guerra: *Diário Carioca*: Rubem Braga; *Correio da Manhã*: Rui Brandão; *Diários Associados*: Joel Silveira e José Barros Leite; *O Globo*: Egídio Squeff; *Agência Nacional*: Tharsilo C. Nike e Horácio G. Sobrinho (repórteres) e Fernando S. S. da Fonseca e Adalberto Cunha (cinegrafistas); *Jornal do Brasil*: Alberto D. Abrantes. E ainda a jornalista e cronista Silvia Bettencourt (esposa do diretor do *Correio da Manhã*), pela *United Press* (SILVEIRA, 1989, p.125).

Além desses também foi credenciado junto à FEB o jornalista da BBC de Londres, Francis Hallowel, apelidado Chico da BBC.¹

As notícias do front para o Brasil chegavam aos jornais por diversos meios, como

* Licenciada em História (ISE) e bacharel em Direito (FDV – aprovada no Exame da Ordem, contudo não inscrita), ambos pela Fundação Dom André Arcosverde, pós-graduada em Direito administrativo (FIJ), gestora das pesquisas e manutenção do acervo material e imaterial da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – Seção Valença/RJ. (excombvalenca@uol.com.br)

telegramas, radiofotos, de código Morse e também por via aérea, não antes de passarem pelo censor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (RIGONI, 2016, p. 34).

Dessa forma, através do estudo comparado os entre os fatos narrados pelos correspondentes brasileiros da segunda guerra mundial e os relatos dos pracinhas, é possível fornecer dados relevantes para o pesquisador que se proponha a verificar as entrelinhas dessa história, em que a cobertura de uma guerra conta com um desafio a mais: a influência do poder estatal e militar.

Joel Silveira confirma o exposto através de sua resposta na entrevista realizada por Fernando Albuquerque Miranda:

Em relação àquele período, de controle da imprensa por parte do governo de Getúlio, o senhor tentava escrever seus textos com informações nas entrelinhas? Digo, para driblar a censura?

A gente tentava né. Aquela literatura subliminar, mas não dava certo né, mesmo porque a censura era muito esperta também né. Descobria logo. Aí dava problema, não para a gente, mas para o diretor do jornal. Aí a gente evitava né. Escrevia sobre lite-

ratura, essa coisa toda, tal, compreendeu? Não cabia não. O DIP era terrível né. Era de grandes profissionais da imprensa também. De maneira que eles sabiam todos os truques. Eles também eram jornalistas né. Era muito difícil enganá-los, muito mesmo. (MIRANDA, 2007, p.12)

Muitos correspondentes aguardavam nos quartéis-generais os comunicados oficiais para depois escreverem suas crônicas com base nessas informações. Rubem Braga foi o correspondente que mais se aproximou do front e talvez por isso um dos mais censurados pela DIP.

Os ex-combatentes e suas viúvas relatam que também a correspondência da FEB era censurada, como é possível verificar (Figuras 1 e 2) nas cartas enviadas pelo Sr. Sebastião Ribeiro da Silva para a sua então namorada, Juracy Pereira Bastos, com quem se casou após o término da guerra.

Caso curioso de burlar a censura foi o do soldado Oranil Adelmo de Oliveira, do 1º Batalhão de Saúde, que contou que, ao receber uma carta de sua irmã informando que sua tia — que o criara e que, por afeição, tinha-a como mãe — havia falecido, começou

a chorar. Quando o comandante de seu pelotão o viu em tal situação de sofrimento e desespero, falando que sua mãe havia falecido, tomou a carta de sua mão, leu sem entender



Figura 1 – Correspondência 1

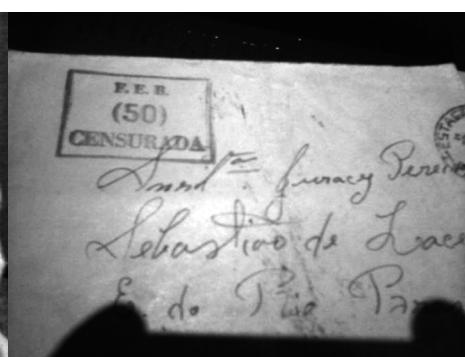


Figura 2 – Correspondência 2

Fonte: arquivo pessoal Juracy Bastos da Silva, fornecido gentilmente à Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – Seção Valença (AECB-SV)

e o indagou como ele sabia, já que na carta não havia nenhuma mensagem de falecimento. Foi quando ele explicou a frase “nossa tia mudou-se para o Riachuelo, quando voltar faça uma visita para ela”. Riachuelo era o nome do cemitério de sua cidade de origem, Valença-RJ. Assim, a família encontrou um jeito de driblar a censura, já que não era permitido enviar notícias desse tipo para os soldados na Itália.

Comparando de fato as notícias jornalísticas da época e os relatos dos febianos, podemos colecionar alguns acontecimentos. Como primeiro exemplo, a chegada do 1º Escalão da FEB à Itália.



Figura 3 – Notícia jornalística
Fonte: O Globo Expedicionário

Em 12 de setembro de 1944, ainda no jornal O Globo:

Largas colunas de jipes e caminhões militares passaram pelas estradas da Itália, cheios

de soldados sedentos por lutar. A FEB apresenta-se bem treinada, muito bem equipada. [...] quando passavam os valentes soldados nos seus uniformes verde-oliva, ouviam-se os aplausos da população. [...] um oficial norte-americano afirmou que os soldados brasileiros saberiam dar conta dos nazistas. (O GLOBO apud RIGONI, 2016, p.32)

Para ilustrar as contestações dos soldados brasileiros em relação às informações prestadas pela imprensa carioca, que dizia que o 1º Escalão fora recebido no Porto de Nápoles pela população local e pelo comando americano com galhardia, o pracinha Ubirajara Dolácio Mendes descreve:

Mais tarde vim a saber que os jornais do Brasil noticiaram termos sidos acolhidos com palmas pelo italiano. Pode ser que isso tenha acontecido com o 2º escalão. Não sei. Nós, do primeiro, fomos recebidos sem entusiasmo nem desagrado. Ou, se uma coisa mais que outra, o sentimento predominante creio que era o desagrado. (MENDES, [199-?] década provável, p.34)

A gravação do jornalista da BBC de Londres, Francis Hallowel, demonstra grandiloquência antes que o Brasil desse o primeiro tiro:

Quero terminar esse meu comentário com algumas palavras sobre o desembarque das tropas brasileiras. Os correspondentes de guerra britânicos ficaram otimamente impressionados com os soldados brasileiros, e as suas impressões foram ouvidas por multidões de ouvintes aqui na Grã-Bretanha. Sentimo-nos orgulhosos de que os homens do Brasil estarão, em breve, combatendo

lado a lado com os nossos e os demais soldados das Nações Unidas, na Itália.²

O soldado Sebastião Rodrigues de Souza, do 1º Batalhão de Saúde, pertencente à 2ª Companhia, que era comandada pelo médico Sílvio de Queiroz Camargo, relatou sobre a difícil viagem e as péssimas condições em que ele e seus companheiros desembarcaram na Itália. Nas palavras dele, “estavam todos sem pernas e enjoados”.³ A viagem foi muito difícil para ele que estava no quinto porão, com todos aqueles treinamentos, o tira e põe dos equipamentos de salva-vidas, e o sobe e desce até o convés. Ele relata que todos vomitavam muito e chegaram enfraquecidos à Itália e que o desembarque foi um “alvoroço que ninguém se aguentava”.⁴ E ainda enfrentaram a dificuldade do idioma para entenderem os americanos.

Outro problema constado na recepção dos pracinhas brasileiros foi a cor dos uniformes, que gerou uma confusão entre os italianos, que acreditaram, por conta disso, que a tropa brasileira era de prisioneiros alemães.

Há vários relatos nesse sentido dos pracinhas brasileiros em suas memórias, como:

No caminho, quando marchavam desarmados pelas ruas de Nápoles, quase foram apedrejados pelos italianos. Tal era a semelhança do uniforme brasileiro com o dos alemães, que passaram a ser vistos como se fossem prisioneiros nazistas. (DEQUECH, 1985, p.33)

E ainda:

(...) Porque muitos rapazinhos, julgando pela cor do uniforme que éramos

prisioneiros alemães, apontavam-nos a mão com apenas o indicador e o mínimo abertos — que é a maneira italiana de fazer figa. E gritavam: “Tedeschi! Prigioneri tedeschi!” (=Alemães! Prisioneiros alemães!). De fato, o uniforme germânico, como viemos verificar pouco depois, tinha cor bem semelhante ao nosso; principalmente o uniforme de inverno. (MENDES, [199-?] década provável, p.34)

E as contradições encontradas não foram apenas em relação aos uniformes, como também em relação ao preparo do soldado brasileiro. Observe a transcrição:

Tive oportunidade de ler um jornal de casa. Um general que chegou trouxe O Jornal do Rio de Janeiro. A descrição confirmou o que sempre pensei de notícia de jornal: falsidade e deturpação consciente e criminosa da verdade. Diziam que viemos preparados. Nada disso. Que trouxemos barracas. Passamos a noite no relento por não termos trazido. Fomos recebidos com grandes ovações de uma grande multidão. Cais deserto sem ter ninguém. Só alguns oficiais nossos, americanos e um grupo de italianos. (UDIHARA apud RIGONI, 2016, p. 32)

Outro caso interessante de relatar é a chegada do general Eurico Gaspar Dutra, que chegou à Itália no dia 24 de setembro de 1944, vindo de avião da Europa, acompanhado do general Wooten, comandante das forças aéreas americanas no Atlântico Sul, baseadas em Natal. Logo após, viajou para Londres a convite do governo britânico e,

quando retornou, inspecionou, em Pisa, os 2º e 3º escalões, que haviam chegado à Itália em 6 de outubro.⁵

Em 27 de setembro de 1944, O jornal O Globo noticiou:

NO <<FRONT>> O MINISTRO DA GUERRA DO BRASIL. Os soldados da F.E.B. com a presença do general Gaspar Dutra, experimentam os pontos fortes do inimigo.

Ao contrário do que se imagina ao ler essa manchete — que a presença dele motivou a tropa —, porém, o relato do soldado Luiz Afonso Rodrigues, do 11 RI, conta que, na revista que o ministro da Guerra fez nas tropas na Itália, esse se demonstrou indiferente e nem olhou para os soldados, enquanto o general americano passou todo simpático, dava tapinhas no rosto dos soldados, falava alguma coisa, mas como era em inglês eles não entendiam. Eles ficaram com a maior raiva do Eurico, nas palavras do próprio pracinha, um “metidão” (O GLOBO EXPEDICIONÁRIO, p.97).

Continuando as comparações, observa-se que não é apenas de incongruências que se revelam os relatos. Há manchetes jornalísticas que se confirmam com os relatos dos ex-combatentes no solo italiano, como por exemplo, o título da manchete do jornal O Globo “VITÓRIA MAIS DIFÍCIL QUE A DE MONTE CASTELO! A Tomada de Montese pelas forças do Brasil constituiu uma espetacular façanha de Guerra” (O GLOBO EXPEDICIONÁRIO, p.113).

Sim, realmente Montese, por unanimidade nas entrevistas realizadas com ex-combatentes brasileiros da Segunda

Guerra Mundial.

Luiz Afonso Rodrigues disse que poderia ter evitado muitos mortos, pois percebeu que a uns dois quilômetros de sua posição havia um paiol de pólvora disfarçado de hospital. Contudo, após várias ligações, apenas dois dias depois que enviaram um capitão, que observou também que a ambulância saia e chegava, saia e chegava, mas não se viam feridos. Sendo assim, a Artilharia realizou um ataque ao local, que explodiu tão forte que a noite parecia dia.⁶

O pracinha Ubirajara Dolácio Mendes explicou a grande concentração de fogo do inimigo em Montese e também uma nova arma usada pela primeira vez, o morteiro químico americano, concluindo “[...]se a frente de Montese não era o inferno na terra, pouco devia faltar”; não precisando assim de maiores explicações sobre a dificuldade da vitória em Montese (MENDES, [199-?] década provável, p.174).

Final de dezembro de 1944, para Diári o Carioca, Rubem Braga se autointitulou um turista na guerra, lembrando que parecia um sonho de criança quando viu as montanhas cobertas de neve pela primeira vez e que se sentiu incapaz de escrever qualquer coisa sobre a guerra. Porém, no final de sua narração, algo o fez lembrar onde estava e acrescentou: “E ao luar essa terra de inverno esplende numa primavera branca de sonho. É uma beleza assassina” (BRAGA, 1996, p.88).

Essa beleza assassina foi testemunhada por Sebastião Rodrigues de Souza, que contou com lágrimas nos olhos e sua voz embargada ao dizer que eles subiam de um lado e os caminhões descendo à direita cheios de

sacos brancos compridos. Eram os cadáveres, que estavam sob o gelo por mais de um mês. Ele explicou que o degelo começa com dois palmos de neve congelada, que, quando o sol vai batendo, vai desfazendo, e os mortos das batalhas anteriores foram aparecendo; assim conseguiram tirar os mortos dali.

Diante do exposto, necessário se faz fomentar a reflexão acerca da imprensa brasileira e seu papel no período em que a FEB combateu durante a 2ª Guerra Mundial, especificamente no teatro de operações da Itália.

Sob a orientação da DIP, verifica-se que os jornais traziam reportagens heroicas como uma forma de estratégia política e militar.

As pesquisas nos jornais da época podem fornecer as tendências dos redatores, do governo, do próprio correspondente, que, em suas crônicas e reportagens, as quais mui-

tas vezes iam além de seus feitos de guerra, como também de fatos excêntricos, pitorescos e curiosos.

Enfim, observar e comparar os fatos narrados pelos correspondentes de guerra e os pracinhas brasileiros é de suma importância para que se tenha a compreensão real da participação dos soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial, pois, mesmo com o discurso exagerado tentando reafirmar o discurso do estado Novo “vendendo” uma imagem de um soldado-herói, que recebeu todo suporte, treinamento e equipamento, a verdade vivenciada pelo pracinha teria sido uma antítese não fosse seu comportamento exemplar, seu espírito cordial e guerreiro, em que coaduna aquele que divide seu próprio alimento com a população local e aquele que não teme a morte em nome de seu país. **REB**

Referências

AGÊNCIA GLOBO SERVIÇOS DE IMPRENSA LTDA. **Globo Expedicionário – O Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Agência Globo, 1985.

BRAGA, Rubem. **CRÔNICAS DA GUERRA NA ITÁLIA**. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Record. 1996.

DEQUECH, José. **NÓS ESTIVEMOS LÁ**. 2ª Edição. Curitiba. Legião Paranaense do Expedicionário. 1994.

HALLAWELL, Francis. **O rádio no Brasil**. BBC Serviço Brasileiro Londres: BBC World Service Publicity, 1989, disco nº 12.

HENN, Leonardo Guede. **OS CORRESPONDENTES DE GUERRA E A COBERTURA JORNALÍSTICA DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**. SOCIAIS E HUMANAS, SANTA MARIA, v. 26, n. 03, set/dez 2013, p. 670 – 686.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz c. et FRANÇA, Vera V. **Teorias da Comunicação – Conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEAL, Maria Isalete de Britto. **História de um Pracinha da Segunda Guerra Mundial – Memó-**

rias de meu pai. Volta Redonda: Edição do Autor, 2012.

MENDES, Ubirajara Dolácio. BRASILEIROS NA GUERRA. (Zé Silva na F.E.B.). São Paulo. [199-?] década provável.

MIRANDA. Fernando Albuquerque, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007. 14 páginas. Entrevistador: Fernando Albuquerque Miranda.

O GLOBO Expedicionário. **O Brasil na II Guerra Mundial.** Agência Globo.

RIGONI, Carmem Lúcia. **1944-1945. A SAGA DOS BRASILEIROS NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.** Caminhos de uma trajetória no front italiano. Curitiba. Editora Multideia, 2016.

RODRIGUES, Luiz Afonso. Luiz Afonso Rodrigues: Depoimento [Nov.2015] Entrevistadora Elen C.G. Vasconcellos. Valença-RJ: Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – Seção Valença. 1 arquivo mp4 (32min19s). Transcrição: Elen C.G.Vasconcellos.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado.** Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1989. p.125.

SOUZA. Sebastião Rodrigues de. **Sebastião Rodrigues de Souza.** Entrevistador Paulo Roberto Reis de Oliveira Soares. Projeto da Monografia: O Presente Esquecido dos Heróis do Passado. Centro Universitário Geraldo di Biase, 2016. 1 arquivo mp4 (21min24s). Transcrição: Elen C.G.Vasconcellos.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Informação obtida no site da BBCC: “Como um engenheiro se transformou no correspondente que imortalizou a voz e a luta dos soldados brasileiros na 2^a Guerra”. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/brasil-43415056> Acesso: 09 jun 2018.

² Arquivo Nacional, gravação 0139, DSO.

³ SOUZA. Sebastião Rodrigues de. Sebastião Rodrigues de Souza. Entrevistador Paulo Roberto Reis de Oliveira Soares. Projeto da Monografia: O Presente Esquecido dos Heróis do Passado. Centro Universitário Geraldo di Biase, 2016. 1 arquivo mp4 (21min24s) Transcrição: Elen C.G.Vasconcellos

⁴ Idem.

⁵ Dutra, Eurico Gaspar. CPDOC. Disponível em <www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dutra-eurico-gaspar>. Acesso em 09 jun 2018.

⁶ RODRIGUES, Luiz Afonso. Luiz Afonso Rodrigues: Depoimento [Nov.2015] Entrevistadora Elen C.G. Vasconcellos. Valença-RJ: Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – Seção Valença. 1 arquivo mp4 (32min19s). Transcrição: Elen C.G.Vasconcellos.

